



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

RENDRIKSON GONÇALVES ALENCAR

**A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NOS PROCESSOS DE
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFAL**

Maceió
2023

RENDRIKSON GONÇALVES ALENCAR

**A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NOS PROCESSOS DE
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Jarbas Mauricio Gomes.

Maceió
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

A368p

Alencar, Rendrikson Gonçalves.

A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da educação profissional e tecnológica do Ifal / Rendrikson Gonçalves Alencar. – 2023.

148 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jarbas Mauricio Gomes.

Dissertação - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2023.

1. Educação. 2. Gestão Escolar. 3. Espaço - Participação. 4. Gestão - Pais.

I. Título.

CDD: 371

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**




RENDRIKSON GONÇALVES ALENCAR

**A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NOS PROCESSOS DE
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFAL**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de novembro de 2023


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **JARBAS MAURICIO GOMES**
Data: 13/12/2023 09:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jarbas Maurício Gomes (Presidente e Orientador/a)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DAS GRACAS CORREIA GOMES**
Data: 14/12/2023 13:04:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Maria das Graças Correia Gomes

Documento assinado digitalmente
 **REGINA MARIA DE OLIVEIRA BRASILEIRO**
Data: 13/12/2023 20:29:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Regina Maria de Oliveira Brasileiro



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**




RENDRIKSON GONÇALVES ALENCAR

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU
RESPONSÁVEIS**


Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de novembro de 2023


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **JARBAS MAURICIO GOMES**
Data: 13/12/2023 09:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jarbas Maurício Gomes (Presidente e Orientador/a)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DAS GRACAS CORREIA GOMES**
Data: 14/12/2023 13:04:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Maria das Graças Correia Gomes

Documento assinado digitalmente
 **REGINA MARIA DE OLIVEIRA BRASILEIRO**
Data: 13/12/2023 20:29:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Regina Maria de Oliveira Brasileiro

Dedico este trabalho a Deus pelo dom da vida e por todas as oportunidades em
minha existência. Que Ele seja glorificado com toda honra e glória.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Edilane Alencar por todos os esforços dedicados para proporcionar acesso à educação de qualidade e apoio integral nesse momento de vida acadêmica.

A minha filha Yasmin Alencar por motivar cada passo dado em minha vida, trazendo experiências para minha vida e o desejo de melhorar em cada passo, orando por minha vida de pai.

A minha noiva Barbara Silva pela participação efetiva na finalização dessa trajetória acadêmica, sua presença em cada semestre foi fundamental para o êxito.

As minhas irmãs, Gislaine Alencar e Elaine Paula Alencar, que me proporcionaram suporte nas aulas durante o período de aulas remotas.

Ao meu pai por ter contribuído com os meus passos até aqui vivenciados enquanto ser humano, estando presente no meu dia a dia, desde a vida pessoal até a profissional.

A minha Avó Maria José Alencar (*in memoriam*) pelo amor e cuidados em cada etapa de minha vida, desde os meus primeiros passos, com as marcas de seu amor plantadas em minha vida.

Ao amigo Iatanilton, Diretor-Geral do Ifal, Campus Piranhas, pela amizade e motivação de longas datas nas fases de minha vida pessoal e profissional, inestimáveis para o meu desenvolvimento.

Ao meu orientador, Prof. Jarbas Gomes, pela partilha de conhecimento e pela resiliência em me orientar, por sua paciência, dedicação e profissionalismo, abrindo portas em suas orientações nos meus limites de fazer ciência.

Ao Instituto Federal de Alagoas - Campus Benedito Bentes pela promoção na minha capacitação profissional, através do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Aos professores, Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti e Beatriz Medeiros de Melo, pela dedicação na Coordenação Local do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Aos meus professores pelo imenso acolhimento e zelo nessa trajetória: Prof. Dr. Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti, Profa. Dra. Beatriz Medeiros de Melo, Profa. Dra. Regina Maria de Oliveira Brasileiro, Profa. Dra. Rossana Viana Gaia, Prof. Dr. Adalberon Moreira de Lima Filho, Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima, Prof. Dr.

Edel Alexandre Silva Pontes, Prof. Dr. Eduardo Cardoso Moraes, Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho, Prof. Dr. Jarbas Maurício Gomes, Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva.

Aos membros da Banca Examinadora, Profa. Dra. Regina Maria de Oliveira Brasileiro, do Instituto Federal de Alagoas (ProfEPT/Ifal) e a Profa. Dra. Maria das Graças Correia Gomes, da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), pelas valiosas contribuições para minha formação e crescimento acadêmico.

Ao Professor Gilberto da Cruz Gouveia Neto, Pró-Reitor de Extensão do Ifal, ex-diretor do Ifal, Campus Santana do Ipanema, pelo apoio prestado nesse processo de qualificação profissional ao longo de sua gestão.

Ao Professor Jose Thales Pantaleão Ferreira, Diretor-Geral do Ifal, Campus Santana do Ipanema, pelo apoio institucional em minha qualificação acadêmica e profissional, fazendo com que o meu estudar e trabalhar se tornasse mais leve.

A minha chefia imediata, Professora Dra. Fabrícia de Almeida Cortez Pereira, por acolher com compreensão esta minha demanda de qualificação profissional, contribuindo com a finalização das atividades do Programa de Mestrado.

Aos amigos Igor Vasconcelos, Franklin dos Anjos, Barnagleison Lisboa, Grazielle Clemente e Juliane Melo, que estiveram, de muito próximos, ao longo do desenvolvimento deste estudo.

Aos amigos Renata Coimbra, Arlene Leão, Vanessa Tavares e Gustavo Correia pelo acolhimento, carinho, incentivo e palavras que me auxiliaram positivamente nesse percurso, por não permitirem que eu desistisse quando surgiram as dificuldades.

A todos os colegas de turma do ProfEPT, pelos momentos de crescimento acadêmico que compartilhamos em cada aula, pela troca de experiências e vivências ao longo do curso.

Aos pais ou responsáveis e aos servidores do Ifal que se disponibilizaram a participar deste estudo, contribuindo com o meu fazer ciência na Educação Profissional e Tecnológica.

Aos estudantes do Instituto Federal de Alagoas dos campi participantes da pesquisa por terem contribuído com o estudo, como canal de comunicação com os pais ou responsáveis.

Aos que não foram citados, mas que são parte desse momento tão especial. Sua contribuição, mesmo que não seja visível, é essencial para a minha caminhada.

Essa gestão trata-se de uma dimensão abrangente e complexa, de caráter eminentemente político, uma vez que dá poder a pessoas, poder esse que é legítimo no contexto educacional, na medida em que é promovido tendo por orientação a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e formação dos alunos, com a participação dos pais, da comunidade interna e externa da escola.

(Heloísa Lück, 2009)

RESUMO

Este estudo tem como temática a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão no Instituto Federal de Alagoas e se constitui em uma pesquisa aplicada que tem como objetivo sistematizar práticas educativas para o trabalho em gestão no âmbito do Ifal. Situado na Área de Ensino e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Educativos da EPT, assume uma perspectiva metodológica com abordagem qualitativa. O universo de análise é composto pelos pais ou responsáveis de estudantes e os servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino de dois campi do Ifal localizados na Mesorregião do Sertão Alagoano. Como procedimento metodológico, utilizou-se de pesquisas documental, bibliográfica e a aplicação de questionários estruturados, em três etapas: I) Pesquisa diagnóstica dos espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão e das práticas de gestão realizadas no Ifal; II) Definição e desenvolvimento do protótipo/produto educacional; III) Aplicação teste e avaliação do Protótipo. Na avaliação do produto, os participantes da pesquisa ponderaram sobre a qualidade do material, sua adequação ao perfil do público-alvo e sobre a relevância do conteúdo apresentado. Com os resultados da discussão, materializou-se um Produto Educacional, para avaliação dos servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, com o intuito de utilização como instrumento formativo de pais ou responsáveis. Os resultados do estudo indicam que ainda é necessário desenvolver canais de informação e de formação que promovam a participação de pais ou responsáveis na gestão do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), de forma que os espaços assegurados em normativos institucionais fortaleçam a gestão democrática e participativa.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Espaços de Participação. Participação de Pais na Gestão. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino na EPT.

ABSTRACT

The theme of this study is the participation of parents or guardians in management processes at the Federal Institute of Alagoas. It is an applied research project that aims to systematize educational practices for management work within the scope of Ifal. Located in the Teaching Area and developed in the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), in the research line Organization and Memory of Educational Spaces in EPT, it takes a methodological perspective with a qualitative approach. The universe of analysis is made up of the parents or guardians of students and the staff of the Pedagogical and Teaching Management Teams of two Ifal campuses located in the Sertão Alagoano Mesoregion. The methodological procedure used was documentary and bibliographic research and the application of structured questionnaires in three stages: I) Diagnostic research into the spaces for participation by parents or guardians in management and the management practices carried out at Ifal; II) Definition and development of the educational prototype/product; III) Application, testing and evaluation of the Prototype. When evaluating the product, the participants considered the quality of the material, its suitability for the profile of the target audience and the relevance of the content presented. The results of the discussion led to the creation of an Educational Product for evaluation by staff from the Pedagogical and Teaching Management Teams, with the aim of using it as a training tool for parents or guardians. The results of the study indicate that it is still necessary to develop information and training channels that promote the participation of parents or guardians in the management of the Federal Institute of Alagoas (Ifal), so that the spaces guaranteed in institutional regulations strengthen democratic and participatory management.

Keywords: School Management. Spaces for Participation. Parental Participation in Management. Professional and Technological Education. Teaching in EPT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mecanismos de participação na Gestão Democrática

Figura 2 – Dados Acadêmicos PNP

Figura 3 – Área de abrangência do Ifal

Figura 4 – Espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão escolar do Ifal

Figura 5 – Escala Likert

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos pais ou responsáveis.

Gráfico 2 – Faixa etária dos pais ou responsáveis.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos pais ou responsáveis.

Gráfico 4 – Quantidade filhos de pais ou responsáveis.

Gráfico 5 – Quantidade filhos de pais ou responsáveis que estudam no Ifal no ano letivo de 2023.

Gráfico 6 – Quantidade de filhos que estudaram no Ifal em anos letivos anteriores a 2023.

Gráfico 7 – Curso técnico dos filhos de pais ou responsáveis.

Gráfico 8 – Ano do curso técnico dos filhos de pais ou responsáveis.

Gráfico 9 – Conhecimento sobre Gestão Escolar Democrática de pais ou responsáveis.

Gráfico 10 – Conhecimento sobre leis, normativos e documentos do IFAL sobre gestão escolar pelos pais ou responsáveis.

Gráfico 11 – Sentem-se preparados para participar da gestão escolar.

Gráfico 12 – Relevância da discussão sobre a participação de pais ou responsáveis na gestão do Ifal pelos servidores.

Gráfico 13 – Contribuição da participação de pais ou responsáveis na gestão do Ifal para um espaço democrático.

Gráfico 14 – Dificuldades pessoais para participar das reuniões de pais ou responsáveis do Ifal.

Gráfico 15 – Participação de reuniões de pais ou responsáveis no ano letivo de 2022 no Ifal.

Gráfico 16 – Participação de reuniões de pais ou responsáveis no início do ano letivo de 2023 no Ifal.

Gráfico 17 – Avaliação da relação família-escola.

Gráfico 18 – Participação em assembleias, órgãos colegiados ou conselhos escolares em outra escola da rede particular, municipal ou estadual.

Gráfico 19 – Participação em reuniões de pais ou responsáveis em outra escola da rede particular, municipal ou estadual.

Gráfico 20 – Participação em plantão pedagógico em outra escola da rede particular, municipal ou estadual.

Gráfico 21 – Opinião sobre o material didático/instrucional (folder).

Gráfico 22 – Opinião sobre informações no material didático/instrucional (folder).

Gráfico 23 – Opinião sobre exemplos práticos de como os pais podem participar na gestão democrática do Ifal no material didático/instrucional (folder).

Gráfico 24 – Opinião sobre o material didático/instrucional (folder) motivar os pais a participarem ativamente na gestão democrática do Ifal.

Gráfico 25 – Opinião sobre a aparência do material didático/instrucional (folder).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de participação no contexto escolar

Tabela 2 – Marcos jurídicos da EPT

Tabela 3 – Alocação dos gráficos na categorização

Tabela 4 – Respostas dos pais ou responsáveis em perguntas abertas

Tabela 5 – Perguntas de questionário para servidores do Ifal

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMI - Ensino Médio Integrado
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IFAL - Instituto Federal de Alagoas
IF - Instituto Federal
IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PE - Produto Educacional
PNE - Plano Nacional de Educação
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
PPPI - Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
TAE - Técnico-Administrativo em Educação
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS ...	22
2.1 A gestão democrática na legislação nacional	22
2.2 A participação de pais ou responsáveis na gestão escolar	26
2.3 A Rede Federal de EPT e a gestão democrática no IFAL	29
2.4 Os espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão do IFAL	35
3 METODOLOGIA	39
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	45
5 PRODUTO EDUCACIONAL	73
6 CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	91
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES	116
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS	119
ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES	123
ANEXO II – TERMO DE CONCORDÂNCIA DOS SERVIÇOS NA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	125
ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS DE ARQUIVO (TCUD)	126
ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	129
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E SUAS CONSEQUÊNCIAS	134
ANEXO VI – DECLARAÇÃO SOBRE A DESTINAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	135
ANEXO VII – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ E DEPOIMENTOS PARA FINS DE PESQUISA	136
ANEXO VIII – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEPESH/IFAL	138

1 INTRODUÇÃO

A gestão escolar ou gestão educacional configura uma mudança de contexto da educação brasileira, como um esforço de superação às teorias de administração em direção a uma abordagem mais dinâmica, participativa e democrática dos processos escolares e de ensino. A concepção de gestão escolar democrática está amparada na Constituição Federal de 1988, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei Federal 9.394/96) e sistematizada no Plano Nacional da Educação 2014-2024, por meio de diretrizes, metas e estratégias, para promoção de uma construção coletiva dos projetos e processos pedagógicos do ambiente escolar. Democratizar a escola, torná-la uma instituição aberta à comunidade, passa pelo fortalecimento da participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escolar. A participação destes na escola e na vida escolar dos estudantes tende a contribuir para o êxito na formação humana e profissional das novas gerações.

A Constituição Federal, no capítulo “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, estabelece que as instituições escolares devem se pautar na gestão democrática. Tal alicerce da Carta Magna é fundamental à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao Plano Nacional de Educação 2014-2024, na normatização de que os sistemas de ensino definam normas para a gestão democrática em consonância com suas peculiaridades, seguindo os princípios [...] da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – Ifal é uma autarquia federal, com educação profissional, básica e superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. O Regimento Geral do Ifal define que a autarquia tem como função social a promoção da educação científico-tecnológica e humanística, tendo o trabalho como princípio educativo, visando à formação do homem desenvolvido multilateralmente, de modo que permita ao homem cidadão e trabalhador participar, ativamente e de forma ética, do processo de construção social, política e cultural (Ifal, 2018).

Ainda de acordo com o Regimento Geral do Ifal, o Departamento de Ensino é órgão vinculado hierarquicamente à Direção Geral do campus, responsável pelo

planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas de ensino, no âmbito do campus, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e da Reitoria do Ifal. Dentre as competências e atribuições do Departamento de Ensino do campus, destaca-se: (A) promover conjuntamente com as coordenações e/ou departamentos atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos cursos em nível básico, técnico, tecnológico, licenciatura e bacharelado, no âmbito de sua competência; (B) promover reuniões com a comunidade interna e externa, pais, empresários, profissionais de educação, visando ao acompanhamento e à avaliação das atividades implementadas no campus.

As Equipes Pedagógicas e as de Gestão do Ensino, na RFEPCT, são compostas por servidores Técnico-Administrativos em Educação e por Docentes: seja nos campi, lotados em um Departamento de Ensino ou Direção de Ensino e suas coordenações (pedagógica, de curso, de formação geral, de apoio acadêmico, de núcleos de inclusão), seja na Reitoria, lotados na Pró-Reitoria de Ensino e suas coordenações. Dentre as carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação está a de Pedagogo-Área, que integra estas equipes nos campi e na Reitoria, e tem como fontes normativas: a Lei nº 11.091/2005 que estrutura o plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE) e, o Ofício Circular nº. 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC que, mesmo sem efeitos legais desde 14 de março de 2017, quando o MEC divulgou o ofício circular nº. 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, entretanto, na prática, permanece utilizado como referencial pelas áreas de gestão de pessoas das Instituições Federais de Ensino em todo o País. São também servidores Técnicos, no interior das escolas da RFEPCT, como por exemplo o cargo de Pedagogo-Área do pesquisador deste estudo, que contribuem para que os alunos adquiram informações, habilidades e valores socialmente relevantes, em uma ação educativa desenvolvida por meio de processos educativos complementares, como a comunicação interativa e a vivência coletiva, conduzidos pelos servidores técnicos, que são trabalhadores em educação não-docentes que atuam nas unidades de ensino em todo o país (Brasil, 2004).

O apreço pela temática da Gestão Democrática tem a sua gênese no Curso Superior em Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade Estadual de Alagoas (2001-2006), por meio das aulas da disciplina de Gestão Educacional I e II, culminando em um Trabalho de Conclusão de Curso sob título: GESTOR ESCOLAR: DIVERSOS MOMENTOS NA HISTORICIDADE EDUCACIONAL E SEU PAPEL NA

CONTEMPORANEIDADE. Ainda nos anos de 2006 e 2007 foi possível cursar uma Especialização em PEDAGOGIA E OS DESAFIOS À GESTÃO: NOVOS MERCADOS, tendo em sua conclusão uma monografia sob título GESTÃO ESCOLAR: UMA MUDANÇA PARADIGMÁTICA. Com a conclusão da graduação e a aprovação no Concurso Público para Secretário Escolar, Cargo de Nível Superior, da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, as primeiras experiências de trabalhar em ambiente escolar se tornou uma realidade, no período de 2006 a 2014.

Em 2014, por meio da Portaria nº 1.834, de 19 de agosto de 2014, é publicada no Diário Oficial da União, a nomeação para o cargo de Pedagogo-Área do Instituto Federal de Alagoas, para atuação profissional no Campus Piranhas. Naquele campus, desenvolvi também funções de Coordenador Pedagógico, de Chefe de Departamento de Ensino e de Diretor-Geral substituto, o que promoveu a possibilidade de experienciar mais sobre a gestão escolar e as possibilidades de utilizá-la em favor da comunidade acadêmica. Guardo com muito carinho a portaria de elogio por relevância profissional, recebida do campus Piranhas, Portaria nº 131, de 10 de janeiro de 2020: “elogiar o servidor pelos relevantes serviços prestados a este Instituto Federal de Alagoas - Campus Piranhas, no período de 29/08/2014 a 10/01/2020, desempenhando as atividades com profissionalismo, competência, responsabilidade, coleguismo, conduta ilibada e alto comprometimento das ações no âmbito de sua atuação”. Em 2020, fui removido para o campus Santana do Ipanema, e no presente ano de 2023, desenvolvo a função de Coordenador Pedagógico.

A partir dessa trajetória profissional como Pedagogo, Técnico-Administrativo, lotado no Departamento de Ensino e Coordenador Pedagógico do Santana do Ipanema, do Instituto Federal de Alagoas, surgiu uma inquietação a partir da percepção de ausência dos pais ou responsáveis no acompanhamento dos processos de ensino dos filhos estudantes, bem como da participação na tomada de decisão no âmbito da gestão escolar da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como problematização desse trabalho.

Diante do exposto, propõe-se nesse estudo revisitar os processos de gestão do ensino e os espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão escolar do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), tendo como objetivo geral desenvolver material didático/instrucional sobre a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Como hipótese, indica-se a necessidade de aprimoramento dos canais de informação e de formação para

promover a participação engajada de pais ou responsáveis de estudantes do Instituto Federal de Alagoas na gestão escolar.

De forma complementar, o estudo objetiva especificamente: (A) realizar um levantamento bibliográfico sobre a participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão do ensino na educação profissional e tecnológica; (B) identificar os espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão do ensino e das práticas de gestão que buscam aproximar os pais da gestão escolar do campus do Ifal; (C) analisar as práticas de gestão do ensino e os espaços de participação dos pais na gestão escolar do campus do Ifal; (D) desenvolver o protótipo do produto educacional sobre a organização dos espaços de gestão do ensino de modo a promover a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão da EPT; (E) aplicar e avaliar o produto educacional.

Situado na Área de Ensino da CAPES¹ e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Educativos da EPT e ao macroprojeto Organização de espaços pedagógicos da EPT, este estudo tem como objetivo geral desenvolver material didático/instrucional sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão na Educação Profissional e Tecnológica.

3.2 Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) - Trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, a construção temporal, através dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos.

II - Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que estruturam a Linha 2 de Pesquisa - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT
Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT - Abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e ao planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. Os projetos devem investigar as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais (ProfEPT, 2022a, p. 3-5)

¹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. A Área de Ensino integra a Grande Área Multidisciplinar, uma das quatro áreas criadas em 6 de junho de 2011, pela Portaria CAPES nº 83/2011.

Para atender a este estudo, o texto está estruturado em 6 seções, a iniciar pela Introdução e mais 5 capítulos. Na segunda seção, é apresentada a fundamentação teórica. Na terceira seção, a metodologia utilizada em todo o percurso do estudo. A quarta seção refere-se à análise dos dados e, na quinta seção, aborda-se o Produto Educacional. Por fim, na sexta seção, as considerações finais do estudo.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS

2.1 A gestão democrática na legislação nacional

A utilização da terminologia Gestão Escolar, pautada a partir dos movimentos em defesa da democratização na década de 80, configura uma mudança no contexto da educação brasileira, como um esforço de superação às teorias de administração em direção a uma abordagem mais dinâmica, participativa e democrática dos processos escolares, com a proposta da melhoria da qualidade do ensino, na perspectiva da formação integral do cidadão, tendo o trabalho como princípio educativo.

A gestão surge como superação das limitações de enfoque fragmentado, simplificado e reduzido do conceito de administração. A gestão educacional, em caráter amplo e abrangente, do sistema de ensino, e gestão escolar, referente à escola, demanda preparação e envolve a capacidade de tomar decisões de forma compartilhada e comprometimento com a implementação das decisões tomadas. A lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões, com vistas à melhoria das ações e processos educacionais, voltados para a melhoria da aprendizagem dos alunos e sua formação. O enfoque da gestão educacional não prescinde nem elimina o enfoque da administração, apenas o supera, dando a este um novo sentido, mais significativo, colocando-o a serviço e como substrato do trabalho de gestão. A utilização do termo gestão não corresponde a simples substituição terminológica, mas sim da proposta de um novo entendimento dos processos e das relações da educação com a sociedade e das pessoas dentro da escola (Lück, 2015).

A concepção de gestão escolar democrática está amparada na Constituição Federal de 1988, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei Federal 9.394/96), e no Plano Nacional da Educação 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII – garantia de padrão de qualidade;
VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal (Brasil, 2023a, p. 170-171, grifo nosso).

A gestão democrática consta dentre os 8 princípios-base do ensino do Brasil no artigo 206 da Constituição Federal, bem como no artigo 3º da LDB 9.394/96, inciso “VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. Nos artigos seguintes, a lei trata no Art. 12 das incumbências dos estabelecimentos de ensino, dentre elas a articulação com as famílias e a comunidade, com a criação de processos de integração da sociedade com a escola, informando aos pais ou responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola. No Art. 13, as incumbências são dos docentes no âmbito escolar, na colaboração nas atividades de articulação da escola com as famílias, zelando pela aprendizagem dos alunos.

Um recente avanço no aprimoramento da gestão democrática da educação em todo o país foi a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da Lei 14.644, de 2 de agosto de 2023, que estabelece regras para o estabelecimento e funcionamento dos conselhos escolares e dos fóruns de conselhos escolares. A regulamentação teve origem no projeto de lei (PL 2.201/2022), de autoria da deputada Luiza Erundina (PsoL-SP), aprovado no Senado em 11 de julho, com o relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO), e traz alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares. O Art. 14, § 1º, regulamenta o Conselho Escolar, como órgão deliberativo, composto do Diretor da Escola, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares, inserindo os “pais ou responsáveis” como uma das 5 categorias de representação. A finalidade do Fórum dos Conselhos Escolares é o fortalecimento dos Conselhos Escolares e a efetivação do processo democrático

nas unidades educacionais, visando a melhoria da qualidade da educação, norteado pelos princípios da democratização da gestão, da democratização do acesso e permanência e da qualidade social da educação (Brasil, 2023b).

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, estabelece 20 (vinte) metas, acompanhadas de suas respectivas estratégias, para o período de 2014-2024, por meio das diretrizes do PNE, em seu artigo 2º, inciso “VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”, além da obrigatoriedade dos sistemas de ensino nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, aprovarem leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação pública em seus âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação da lei.

Com o potencial de trazer significativos avanços para a educação brasileira, este segundo PNE aprovado por lei na história da educação brasileira, versa em suas metas 7 e 19, sobre a gestão democrática e estimula a participação da comunidade escolar.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb (...).

Estratégia 7.4. induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

Estratégia 7.16. apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Meta 19. assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégia 19.4. estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

Estratégia 19.6. estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos

escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares (Brasil, 2015, p. 61-62 e 83-84, grifo nosso).

Nessa trilha, a gestão democrática no contexto da legislação brasileira, através de metas, estratégias e diretrizes, é medida para promoção do envolvimento de toda a comunidade escolar, conclamando a participação no âmbito educacional, com o objetivo de descentralizar ações e de favorecer o compartilhamento de decisões, de maneira que esse princípio legal seja efetivado nos sistemas de ensino e nas unidades escolares, nos Estados e Municípios e no Distrito Federal.

A importância da integração da comunidade na escola decorre, em primeiro lugar, da necessidade de controle democrático do Estado pela população usuária (BOBBIO, 1989); em segundo lugar, da própria natureza da educação fundamental que supõe, pelo menos num grau mínimo, a continuidade entre educação familiar e escolar. No primeiro caso, trata-se de reconhecer que, numa democracia, não basta a participação popular nas eleições de membros do executivo e do legislativo. É preciso que os cidadãos se façam presentes no local mesmo em que os serviços a que têm direito são oferecidos pela ação do Estado (Paro, 2016, p. 227).

A gestão escolar democrática e participativa é uma política educacional fundamental no processo de elaboração, implantação, implementação, monitoramento e avaliação de todas as questões inerentes ao espaço educativo, e representa a participação da comunidade escolar nos assuntos pedagógicos, políticos, administrativos e financeiros da unidade escolar. Dourado (2008) apresenta uma definição de Gestão Democrática nos alicerces da participação para um trabalho conjunto no espaço escolar, como ruptura de estruturas autoritárias:

A gestão democrática é entendida como um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do jogo democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (Dourado, 2008, p. 79).

Portanto, as políticas educacionais adotadas pelo Governo Federal, desde a Lei nº 9.394/96, representam esforços para democratizar a participação e as deliberações da comunidade escolar: profissionais, estudantes, pais/responsáveis e gestores, com o intuito de alcançar a cada dia mais autonomia para que esse ambiente escolar tenha um grau de independência e liberdade para a coletividade pensar, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político pedagógico, entendendo que

neste está contido o projeto de educação ou de escola que a comunidade deseja, bem como a definição dos processos de participação no dia a dia da unidade escolar, visando à superação das estruturas autoritárias, centralizadoras, fragmentadas e burocráticas, para uma sociedade mais justa e igualitária (Brasil, 2004).

2.2 A participação de pais ou responsáveis na gestão escolar

A gestão democrática é uma forma de gestão da escola que envolve a participação de todos os segmentos da comunidade escolar: estudantes, professores, servidores técnicos, pais ou responsáveis, equipe gestora e comunidade. Para que ela aconteça, é necessário desconstruir as prerrogativas de decisão sobre a escola, viabilizar processos e instâncias deliberativas, na construção de propostas coletivas de educação a fim de promover uma educação de qualidade.

Figura 1 – Mecanismos de participação na Gestão Democrática



Fonte: Elaborado pelo autor (2023), adaptado de Dourado (2006), Lück (2013), Paro (2017).

Os diversos mecanismos de participação na gestão democrática (a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP); a eleição para diretores; os Conselhos Escolares; as Associações de Pais, Mestres e Funcionários; o Grêmio Estudantil; os Conselho de Classes; os CRECEs (Conselhos de Representantes dos Conselhos de Escola); e demais órgãos similares representativos da comunidade), a participação de pais ou responsáveis na escola corresponde aos ideais pedagógicos da gestão democrática, o que pode trazer contribuições para o êxito na formação humana e profissional dos alunos.

A relação família-escola na atual legislação brasileira já tem seus marcos legais definidos claramente por meio de diretrizes, com metas e estratégias para o êxito da participação da comunidade escolar nas unidades escolares públicas em todo o País, no incentivo à participação dos pais ou responsáveis nas escolas dos filhos, no movimento de articulação entre essas duas instâncias sociais, na busca pela consolidação da gestão democrática do ensino como princípio constitucional.

Por pequena que seja, em comparação com tudo o que há por fazer na escola, a contribuição que os pais podem dar para o processo pedagógico escolar precisa ser levada em conta para evitar o risco de se ignorar algo que é imprescindível para o bom desempenho dos alunos (Paro, 2001, p. 111).

Nessa relação família-escola, entre professores, equipe técnico-pedagógica, funcionários, alunos, pais e comunidade, Lück (2013) apresenta 5 formas de participação no contexto escolar, desde a participação da vontade individual até a expressão efetiva de compromisso social, objetivando a cooperação e a interação nas ações conjuntas do percurso administrativo, pedagógico e financeiro da escola: (1) A participação como presença; (2) A participação como expressão verbal e discussão; (3) A participação como representação política; (4) A participação como tomada de decisão; (5) A participação como engajamento.

Tabela 1 – Formas de participação no contexto escolar.

FORMAS	ASPECTOS
(1) A participação como presença	É participante quem pertence a um grupo ou organização, independente de sua atuação nele, como, por exemplo, quem é membro de uma escola, de um grupo de

	<p>professores, de associação de pais e mestres etc. Essa participação pode, muitas vezes, ocorrer por obrigatoriedade, por eventualidade ou por necessidade e não por intenção e vontade própria.</p>
<p>(2) A participação como expressão verbal e discussão</p>	<p>A participação com essas características e, portanto, muitas vezes limitada. É fácil observar que ela não passa, com muita frequência, de simples verbalização de opiniões, de apresentação de ideias, de descrição de experiências pessoais e de fatos observados, sem se promover o avanço num processo compartilhado de entendimento sobre as questões discutidas e de tomada de decisão para o enfrentamento de desafios e superação de limitações, que corresponda também ao compartilhamento de poder e de responsabilidade por sua realização.</p>
<p>(3) A participação como representação política</p>	<p>Essa forma de participação é, portanto, tipicamente praticada nas sociedades e organizações democráticas. Ela pode, no entanto, ser expressa como um arremedo de participação e como uma falsa democracia. Isso porque, considerando o sentido clássico de democracia como o governo do povo, pelo povo e para o povo, participar não significa simplesmente delegar a alguém poderes para agir em seu nome, desresponsabilizando-se pelo apoio e acompanhamento ao seu trabalho.</p>
<p>(4) A participação como tomada de decisão</p>	<p>Essa prática tem sido, no entanto, muito mais associada à preocupação com a solução de problemas definidos anteriormente pelo dirigente da escola e sobre os quais os demais membros da comunidade escolar deixam de ser envolvidos na análise de seu significado e desdobramentos. Não se discute, por exemplo, qual o papel de todos e de cada um na vida da escola, qual o significado pedagógico e social das soluções apontadas</p>

<p>(5) A participação como engajamento</p>	<p>na decisão; que outros encaminhamentos poderiam ser adotados de modo a obter resultados mais significativos.</p> <p>O engajamento representa o nível mais pleno de participação. Sua prática envolve o estar presente, o oferecer ideias e opiniões, o expressar o pensamento, o analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas.</p>
---	---

Fonte: Lück (2013).

A participação de pais ou responsáveis no contexto escolar, por meio dos instrumentos legais, deve ser incentivada pela escola na perspectiva da participação como engajamento, pois nessa forma de participação esses membros podem envolver-se dinamicamente nos processos sociais e assumir responsabilidade por agir com empenho, num movimento que supere o autoritarismo, a alienação, a passividade, a centralização, a cobrança e o controle, visando à promoção qualitativa de tomada de decisões, em contraste com a gestão hierárquica paternalista ou autoritária (Lück, 2013).

2.3 A Rede Federal de EPT e a gestão democrática no IFAL

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), inicia sua história em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Dessas escolas surgiram os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológicas, os CEFETS, que hoje são “importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (Brasil, 2022a). Essa história da EPT no Brasil é marcada por debates que demonstram a existência da dualidade educacional, com a formação profissional “[...] reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que

detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional) (Brasil, 1999, p. 2).

Nesse histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, é possível dar ênfase em marcos jurídicos, nos 112 anos de EPT no País, iniciando com as Escolas de Aprendizes e Artífices até os dias atuais com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs):

Tabela 2 – Marcos jurídicos da EPT.

ANO	EVENTO
1909	Escolas de aprendizes e artífices: Decreto nº 7.566
1942	Criação do Senai: Reforma Capanema
1946	Criação do Senac: Decreto-Lei nº 8.621
1961	1ª Lei de Diretrizes Básicas da Educação: Lei nº 4.024
1971	EPT torna-se obrigatória: Lei nº 5.692
1982	EPT torna-se facultativa a cada escola: Lei nº 7.044
1988	A educação como preparo para o exercício da cidadania e qualificação: Constituição Federal
1991	Criação do Senar: Lei nº 8.315
1996	Preparação do jovem para vida social, política e produtiva: Lei nº 9.394
1997	EPT torna-se distinta do Ensino Médio: Decreto nº 2.208
1999	Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia
2004	EPT integrada ao Ensino Médio Regular: Decreto nº 5.154
2008	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e IFs: Portaria MEC nº 870, Lei nº 11.741, Lei nº 11.892
2012	Definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT: Resolução CNE/CEB nº 6
2017	EPT articulado ao Ensino Médio Regular: Lei nº 13.415
2018	Cursos Técnicos, Qualificações Profissionais e Aprendizagem: Resolução CNE/CEB nº 3
2020	4ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos: Resolução CNE/CEB nº 3
2021	Definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais: Resolução

	CNE/CP nº 1
2021	Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA): Resolução CNE nº 1
2021	Nova portaria do Programa de Aprendizagem Profissional: Portaria/MTP nº 671/2021
2022	Resolução CNE/CP 1/22 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação profissional técnica de nível médio.
2023	Lei 14.645/23 - Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Observatório da EPT (2023).

Um século depois, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Lei nº 11.892/2008, constituída pelas seguintes instituições: I – os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; II – a Universidade Tecnológica Federal do Paraná; III – os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; IV – as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Brasil, 2008b). Em 2012, sua redação foi atualizada pela Lei nº 12.677 de 2012, para incluir o Colégio Pedro II na RFEPCT.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação, necessárias a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (Pacheco, 2010, p. 11)

Pelas características da organização curricular dos Institutos Federais, com oferta da Educação Básica até a Pós-Graduação, cada campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, é um espaço de formação e de produção de conhecimento, por meio do compartilhamento de ideias, para formação de uma cultura de participação, numa rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como

um efetivo polo cultural. Para isso, torna-se indispensável um trabalho integrado entre Conselhos e Direções. Nosso objetivo central, nesse aspecto, deve ser a disponibilização de todos os espaços escolares/acadêmicos para a comunidade. Isso somente será possível à medida que as organizações comunitárias passem a assumir, também, a tarefa de gerir esses espaços e zelar pelo patrimônio público. Não se trata de tarefa simples, mas é possível ser concretizada por meio do diálogo e da organização (Pacheco, 2015, p. 9-10).

De acordo com dados de 2023 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), através da Plataforma Nilo Peçanha, a Rede Federal possui uma estrutura composta por 41 Instituições Federais e 656 unidades, espalhadas por todo o país, com a maior capilaridade de educação que existe no Brasil, com mais de 1,5 milhão de estudantes matriculados nos 11.814 mil cursos ofertados e é reconhecida pela qualidade do ensino, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atuando para potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

Figura 2 – Dados Acadêmicos PNP



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, Ano Base 2022, Edição 2023.

A criação do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) deu-se por meio da integração entre duas autarquias: a Escola Agrotécnica Federal de Satuba e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), a partir de 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei

nº 11.892, com todas as prerrogativas de uma instituição de ensino superior, destacando-se na oferta de ensino técnico e tecnológico no Estado de Alagoas. O Instituto Federal de Alagoas (Ifal), vinculado à RFEFCT, está presente em 16 cidades, de norte a sul do Estado de Alagoas: Arapiraca, Batalha, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira do Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Satuba, Santana do Ipanema e Viçosa. Assim, o Ifal integra o rol de instituições escolares da RFEFCT comprometidas com a melhoria da qualidade da educação e com a criação de condições para a construção de uma sociedade menos desigual, por meio de seus planos de expansão impressos no Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI e referendado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023.

Figura 3 – Área de abrangência do Ifal



Fonte: Alves (2021).

Enquanto instituição federal vinculada ao Ministério da Educação, o Ifal defende uma educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade socialmente referenciada, como importante estratégia no desenvolvimento social do País, por meio de princípios que visam uma formação integral do cidadão trabalhador, unificando, assim, as dimensões da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura; educação como transformação da realidade; a redução das desigualdades

sociais; preparação para a vida cidadã; inserção social participativa; integração entre formação geral e profissional; formação crítica, humanizada e emancipadora; o desenvolvimento socioeconômico; a vinculação à educação básica; a educação pública de qualidade social (Ifal, 2019).

Portanto, faz-se necessário instituir princípios gerais que norteiem a condução do ensino, da pesquisa e da extensão como tripé que articula a reunificação entre cultura e produção. Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delinea: • a gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo; • a unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando a dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente; • a adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica; • a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; • a opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social. (Ifal, 2019, p. 62)

No Instituto Federal de Alagoas, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, é um exemplo de normativo que apresenta em seu objetivo estratégico de nº 5 o fortalecimento da gestão democrática e participativa, e descreve que as iniciativas devem ser baseadas na promoção da participação social e da comunidade acadêmica, pautadas nos princípios da gestão democrática, com a mobilização e a participação de gestores, comunidade acadêmica e sociedade nas tomadas de decisões pela instituição (Ifal, 2019).

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 reafirma uma concepção de ensino pautada na gestão democrática e como uma de suas diretrizes gerais de política de ensino: “consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN nº 9.394/1996, na Lei nº 11.892/2008 e legislações correlatas” (Ifal, 2019, p. 122).

Desse modo, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal), em harmonia com a Constituição Federal, a LDBEN nº 9.394/1996, a Lei nº 11.892/2008, as legislações correlatas, e os normativos internos, propõe uma formação ampla e omnilateral, concebida no ser humano em sua integralidade na busca de todas as suas potencialidades, na perspectiva da emancipação humana e consciente de seu papel na sociedade.

A discussão da Gestão Democrática no interior do campus, no Ensino Médio

Integrado, requer uma política pública pautada no critério básico da visão que ela assume quanto à sua concepção societária e de educação (Maldaner, 2016). Nesse propósito, promover a participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escolar deve ser um caminho que ultrapassa o limite da mera participação e da responsabilização, para seguir na ótica das oportunidades de aprender as habilidades de participação e a manutenção da noção de participação no contexto da gestão democrática construída nas lutas dos anos de 1980.

Sendo assim, para que haja a participação de pais ou responsáveis na gestão da EPT há a necessidade de Políticas Públicas na própria RFEPCT que favoreçam essa participação, com estratégias que envolvam os sujeitos na produção de mudanças no interior da escola, de relações hierárquicas de tomadas de decisão para mais relações democráticas e participativas, na busca de consenso em torno de ideias que vem sendo disseminadas e reorientam a gestão da educação ao longo das duas últimas décadas (Shiroma *et al.*, 2011).

As políticas de educação profissional buscam atender ao objetivo da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho, mas se tornam precárias e promovem a inclusão em trabalhos precarizados, sofrendo críticas pelos próprios gestores públicos da educação profissional, pois os programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da educação e trabalho têm assumido um caráter fragmentado, assistencialista e compensatório (Kuenzer, 2010). A Gestão do Ensino no campus, tem um papel estratégico no diálogo com a comunidade escolar e pode fomentar a aproximação dos atores sociais desse ambiente escolar, a partir das competências e atribuições regulamentos no Regimento Geral do Ifal, do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional, florescendo o fortalecimento da gestão democrática com as iniciativas da participação social.

2.4 Os espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão do IFAL

Paulo Freire, em seu pensamento político e pedagógico, buscou pensar uma educação para além da sala de aula, com o objetivo de desenvolver pessoas autônomas, críticas e reflexivas, que possam construir uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, defendeu uma educação voltada para a inserção das classes populares na escola, a fim de que estas tivessem oportunidades de construir conhecimentos e se tornarem críticas, com a transformação de sua condição de

oprimidas para protagonistas e transformadoras da sua própria realidade. Nessa seara, repensar a participação de pais ou responsáveis no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, é pertinente e caminha com os objetivos propostos para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT):

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde as novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, coresponsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla (Libâneo, 2001, p. 114).

Freire (2001, p. 127) convoca para uma reflexão necessária no ambiente escolar:

[...] é absolutamente impossível democratizar a nossa escola sem superar os preconceitos contra as classes populares [...]. Sem abrir a escola à presença realmente participante dos pais e da sua própria vizinhança nos destinos dela. Participar é bem mais do que, em certos fins de semana, 'oferecer' aos pais a oportunidade de, reparando deteriorações, estragos das escolas, fazer as obrigações do próprio Estado. Participar é discutir, é ter voz, ganhando-a, na política educacional das escolas, na organização de seus orçamentos. Sem uma forte convicção política, sem um discurso democrático cada vez mais próximo da prática democrática, sem competência científica nada disto é possível.

Caminhar com o pensamento freiriano requer uma mudança no interior da escola, do campus, no Instituto Federal de Educação, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), para que o Ensino Médio Integrado alcance os objetivos de uma concepção que ultrapassa a dimensão pedagógica e alcança a dimensão política da formação humana desejada para os participantes da comunidade escolar. Freire, deixa assim o seu legado teórico na educação para o desenvolvimento de trabalho pedagógico escolar que alcance mais êxito, beneficiando sempre o aluno no seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

O projeto político-pedagógico institucional do Instituto Federal de Alagoas assume o objetivo de ampliar a qualidade da educação que desenvolve, com a projeção de metas a serem perseguidas: a ampliação do acesso aos seus cursos, a permanência com sucesso dos estudantes na Instituição e a sua efetiva aprendizagem, com vistas à conquista da qualidade social da educação ofertada. E, nessa perspectiva, dentre os indicadores estabelecidos está a constituição de espaços de

atuação de pais ou responsáveis para que cada campus do Ifal seja um local de exercício da cidadania, para que haja essa relação com a família possa auxiliar na permanência e no êxito dos estudantes. Posto isso, por meio dos normativos do Ifal, **as reuniões de pais, os plantões pedagógicos e a participação dos representantes legais dos estudantes no Conselho de Campus**, são espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão dos campi do Ifal, para instituição e fortalecimento de canais de participação popular e democratização da gestão (Ifal, 2019).

Figura 4 – Espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão escolar do Ifal.



FONTE: Elaborado pelo autor (2023).

Além das reuniões de pais, os plantões pedagógicos, formato de reuniões de Pais e Mestres adotado no Ifal, são o principal espaço de participação de pais ou responsáveis no âmbito escolar, pois se configuram como espaços de reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem, constituindo-se como uma via de mão dupla

na qual participam pais, responsáveis, professores, equipe pedagógica, coordenadores de curso e a direção da escola. Esses espaços de participação se apresentam como uma das principais estratégias para a melhoria dos rendimentos acadêmicos na gestão escolar, pois essa parceria entre família e escola, promove benefícios aos estudantes: (A) melhora os resultados acadêmicos; (B) desenvolve habilidades sociais; (C) previne o absenteísmo; (D) maior motivação para os estudos; (E) aprimora as habilidades acadêmicas; (F) fortalece a reputação escolar; (G) adoção de comportamentos mais saudáveis; (H) previne o abandono escolar.

O Conselho de Campus (Concamp) é um órgão superior do campus, de caráter consultivo e deliberativo, instituído pelo Regimento Geral do Instituto Federal de Alagoas, Resolução nº.15/CS/2018, de 05 de setembro de 2018. Sua finalidade é regulamentar a execução das normas aprovadas pelo Conselho Superior (CS) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), podendo complementá-las, no âmbito do campus, a fim de democratizar a tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral. No que diz respeito à participação de pais, o Concamp contará com a participação de 2 representantes titulares e 2 suplentes dos responsáveis legais dos discentes do campus, que não sejam servidores do IFAL e não tenham matrícula regular ativa. Esses representantes serão eleitos por seus pares, em reunião convocada pela Direção-Geral do campus especificando esse fim.

De acordo com o Art. 160 do Regimento Geral do Ifal, compete ao Concamp, dentre outras atribuições: (A) subsidiar o diretor-geral do campus com informações sobre assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; (B) apreciar e aprovar os projetos e os planos de ação, no âmbito do campus; (C) acompanhar e avaliar a execução da política educacional institucional, em consonância com o PDI e o PPPI; (D) apreciar, referendar e encaminhar ao CEPE o calendário acadêmico anual do campus; (E) assessorar a direção-geral na divulgação das atividades desenvolvidas pela Instituição junto à comunidades interna e externa. Os pais ou responsáveis, como membros do Conselho de Campus, terão a competência de: comparecer as reuniões e participar das atividades do conselho, contribuindo com o debate de matéria em discussão, bem como requerer informações, providências e esclarecimentos de assuntos ao presidente, propondo matéria sobre questões do campus, e desempenhar outras atividades que forem delegadas.

3 METODOLOGIA

Durante muito tempo, as pesquisas qualitativas eram usadas como uma alternativa à pesquisa quantitativa. Contudo, seu perfil transcende a mera análise de dados quantificáveis, constituídas de características próprias, fundamentando-se na subjetividade e ancorando-se na compreensão da complexidade das experiências humanas, na noção da construção social das realidades em estudo, no interesse em explorar as perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (Flick, 2009).

O universo de análise do estudo é composto pelos pais ou responsáveis de estudantes e os servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino de 2 (dois) campi do Ifal localizados na Mesorregião do Sertão Alagoano. A fundamentação metodológica utilizou-se de pesquisas documental, bibliográfica e a aplicação de questionário estruturado, em três etapas: I) Pesquisa diagnóstica dos espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão e das práticas de gestão realizadas no Ifal; II) Definição e desenvolvimento do protótipo/produto educacional; III) Aplicação teste e avaliação do Protótipo.

A pesquisa realizou-se a partir da análise de livros e documentos oficiais que discutem a gestão democrática escolar, para compor as pesquisas bibliográfica e documental. Os arquivos foram coletados em acervo pessoal, livros impressos e sites oficiais do governo, a partir dos conceitos centrais do estudo: “gestão democrática” e “participação de pais na gestão escolar”.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se nos escritos de autores consagrados: Freire (2001), Libâneo (2001), Dourado (2006, 2008), Flick (2009), Pacheco (2010, 2015), Lück (2009, 2013, 2015), Paro (2016, 2017), Gil (2017), Lüdke e André (2018), a partir de acervos próprios, para uma busca de autores consagrados que abordassem o objeto de estudo e o percurso metodológico a ser seguido.

A pesquisa documental teve seu desenvolvimento a partir de sites oficiais (Senado Federal; Supremo Tribunal Federal; Ministério de Educação e Cultura; Instituto Federal de Alagoas), à busca dos enunciados: gestão democrática e variações da palavra democracia: democrática(s), democrático(s) e democratização, participação de pais, para um recorte acerca dos artigos, parágrafos, metas e estratégias que tratassem da gestão democrática. Neles, documentos legais como: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN – Lei Federal 9.394/96), o Plano Nacional da Educação 2014-2024, e o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, do Instituto Federal de Alagoas, foram visitados para uma interlocução com os teóricos.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. [...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2017, p. 34).

Lüdke e André (2018) contribuem com bases conceituais das abordagens qualitativas na pesquisa em educação, aqui com a pesquisa documental.

Embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares (Lüdke; André, 2018, p. 44-45).

As pesquisas documental e bibliográfica realizadas são importantes para o desenvolvimento de um conjunto de informações que poderão ser utilizados por pesquisadores da temática, em especial os servidores do Instituto Federal de Alagoas, para implementação de estratégias para que os pais ou responsáveis participem dos processos de gestão, em cada campi, contribuindo para a melhoria da qualidade do Ensino ofertado e para o desenvolvimento dos estudantes.

A coleta e análise de dados foram vinculadas à aprovação do Projeto de Pesquisa pelo CEPESH/Ifal. A versão 3 do Projeto de Pesquisa, de CAAE nº 55083621.4.0000.0195, teve sua submissão à Plataforma Brasil, com a aprovação ocorrida no dia 25 de agosto de 2022.

Procedeu-se à coleta de dados por meio de questionários estruturados. Esses questionários consistiram em 29 perguntas, incluindo 4 questões abertas. Foram disponibilizados em formato impresso, para os pais ou responsáveis, visando facilitar

a participação. Os dados coletados por meio dos questionários passaram por uma análise qualitativa e submetidos a categorização a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin. Para Bardin (1977, p. 117), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos”.

Dessa forma, os dados passaram por três etapas fundamentais, tais quais: a pré-análise, a categorização do material, bem como o tratamento dos resultados, onde foram realizadas a inferência e a interpretação, culminando na elaboração das discussões. A pré-análise consistiu em ler os dados de forma exploratória para familiarizar-se com eles e facilitar a categorização. Em seguida, os dados foram categorizados em cinco grupos, conforme os objetivos da pesquisa: 1. Características dos pais ou responsáveis; 2. Conhecimento sobre gestão escolar democrática; 3. Percepção dos pais ou responsáveis sobre a participação na gestão escolar; 4. Atividades de participação de pais ou responsáveis; e 5. Avaliação do material didático/instrucional (folder). Por fim, os dados de cada categoria foram interpretados e inferidos para gerar discussões a partir da análise.

Os questionários estruturados foram distribuídos aos pais ou responsáveis por meio dos estudantes que frequentam os cursos técnicos integrados ofertados no campus onde a pesquisa foi conduzida. Essa perspectiva foi informada aos pais ou responsáveis nas reuniões ocorridas no mês de agosto de 2023, momento que a pesquisa foi apresentada. Posteriormente, nos locais de convivência do campus, os estudantes receberam os questionários para entregá-los aos seus pais ou responsáveis.

Mediante a aprovação da pesquisa em agosto de 2022, a realização das primeiras atividades ocorreu em novembro de 2022, quando surgiu uma oportunidade de participar, como pesquisador, em uma reunião de pais ou responsáveis e plantão pedagógico que seriam realizados no dia 2 de dezembro de 2022 em um dos campi do Ifal do Sertão. Diante da proposta de participação, uma sala temática com o tema da gestão democrática definiu-se para o horário de 11h com o objetivo do contato com os pais ou responsáveis. No entanto, esta atividade institucional foi cancelada no dia 30 de novembro, por meio da Direção-Geral, conforme orientações da equipe de saúde do campus, considerando as questões ligadas à Covid-19² e o espaço físico

² Em 19 de março de 2020, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) decidiu pela suspensão das atividades presenciais, em virtude da pandemia da Coronavírus 19, decretada pela

para receber um quantitativo considerável de pais ou responsáveis.

Com o surgimento deste impeditivo, no dia 07 de dezembro de 2022, aconteceria uma reunião de pais ou responsáveis em outro campus localizado no Sertão de Alagoas. Ajustada toda a documentação necessária à Plataforma Brasil, com a anuência da Direção-Geral e apoio da Coordenação Pedagógica daquela unidade, houve a participação na referida reunião. Após o trabalho inicial da Coordenação Pedagógica junto aos pais ou responsáveis, abriu-se um momento de fala para apresentação da pesquisa e entrega do material didático/instrucional (folder) formativo desenvolvido. Em seguida, os pais foram convidados a participar da pesquisa e que seria enviado através dos estudantes (filhos) o TCLE e um questionário para respostas. O material produzido também foi apresentado a 2 servidores técnicos que participaram da reunião, visto que compõem a Coordenação Pedagógica naquele campus. Os registros fotográfico e documental da 2ª reunião de pais de 2022 foram realizados para arquivo da pesquisa, mantendo o sigilo dos participantes. A próxima reunião de pais ocorrida naquele campus ocorreu em janeiro/2023, contudo por motivos de saúde do pesquisador, não foi possível a participação e o prosseguimento da pesquisa com os pais convidados naquele campus.

A primeira reunião de pais ou responsáveis do ano de 2023, no primeiro campus planejado para início da pesquisa, ocorreu apenas em 1 de agosto de 2023, sendo possível a participação para apresentação da pesquisa e entrega do folder formativo e convite aos pais ou responsáveis presentes para participação na pesquisa. Diante do tempo resumido, adotou-se a mesma metodologia após a apresentação da pesquisa e entrega do material, informando aos presentes que seria enviado por meio dos estudantes (filhos) o TCLE e um questionário para participação na pesquisa. No dia 5 de setembro ocorreu no mesmo campus o Plantão Pedagógico, oportunidade relevante para observação, participação e nova apresentação da pesquisa aos pais ou responsáveis presentes. Os registros fotográfico e documental das reuniões foram realizados para arquivo da pesquisa, mantendo o sigilo dos participantes. Em seguida,

Organização Mundial de Saúde (OMS). A Portaria nº 3343/IFAL, de 25 de outubro de 2021, autoriza o retorno às atividades administrativas e acadêmicas presenciais nas 16 unidades de ensino e reitoria do Ifal a partir de 03 de novembro de 2021. As aulas presenciais no campus que se deu o início das primeiras atividades da pesquisa ocorreram em 24 de janeiro de 2022. Ao longo do ano civil de 2022 o campus passou por inúmeras dificuldades referentes às limitações estruturais da unidade, aliadas ao surgimento dos casos confirmados, suspeitos e contactantes de Covid-19, no âmbito do campus.

ainda no mês de setembro de 2023, os pais ou responsáveis receberam, de forma impressa, o TCLE, uma nova via do folder formativo e o questionário para participação na pesquisa, por meio dos estudantes que foram localizados nas áreas de convivência do campus, para atender ao quantitativo da amostra de pesquisa idealizada de 24 pais ou responsáveis, com base nos critérios de inclusão e exclusão deste grupo.

No dia 16 de outubro de 2023, realizou-se convite aos servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, com base nos critérios de inclusão e exclusão deste segundo grupo, com a entrega, de forma impressa, do TCLE, do Produto Educacional que contempla o folder formativo e de um questionário de avaliação do material proposto para o trabalho destas equipes junto aos pais ou responsáveis. Utilizou-se da Escala Likert na avaliação do PE sobre a qualidade do material, sua adequação ao perfil do público-alvo e sobre a relevância do conteúdo apresentado, como descrito a seguir:

- ❖ **Discordo Totalmente (DT):** Este nível delimita o mínimo de concordância. Quando alguém escolhe "Discordo Totalmente", está expressando forte desacordo com a afirmação, diminuindo que não concordam de forma alguma com o que foi apresentado.
- ❖ **Discordo Parcialmente (DP):** "Discordo Parcialmente" significa que uma pessoa não concorda completamente com a afirmação, mas há aspectos com os quais concordam. Isso destaca a capacidade de reflexão sobre nuances e complexidades nas questões avaliadas.
- ❖ **Indiferente (I):** A opção "Indiferente" sinaliza um ponto neutro de avaliação. Isso significa que uma pessoa não tem uma preferência clara a favor ou contra a afirmação. É uma maneira de indicar que uma pessoa não se sente fortemente inclinada de nenhuma maneira em relação ao tópico em questão.
- ❖ **Concordo Parcialmente (CP):** Ao optar por "Concordo Parcialmente", a pessoa está posicionada que concorda com parte do que foi aqui, mas tem algumas ressalvas ou questões em relação a outras partes da afirmação. Isso reflete uma abordagem mais ponderada à concordância.

- ❖ **Concordo Totalmente (CT):** Este nível representa o mais alto grau de concordância possível. Quando alguém escolhe o "Concordo Totalmente", significa que está completamente de acordo com a afirmação, sem nenhuma ressalva ou dúvida.

Por fim, os dados físicos (documentos) da pesquisa estão armazenados em pastas e os digitais em pendrive(s) e/ou HD (interno e/ou externo a um computador), para proteção aos dados pelo período de 5 anos, sob guarda e responsabilidade do pesquisador principal, em armário privativo com chave, na Coordenação Pedagógica de um dos campi, conforme o item XI.2 (f) da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. Após esse período os dados físicos e os digitais serão destruídos/descartados.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

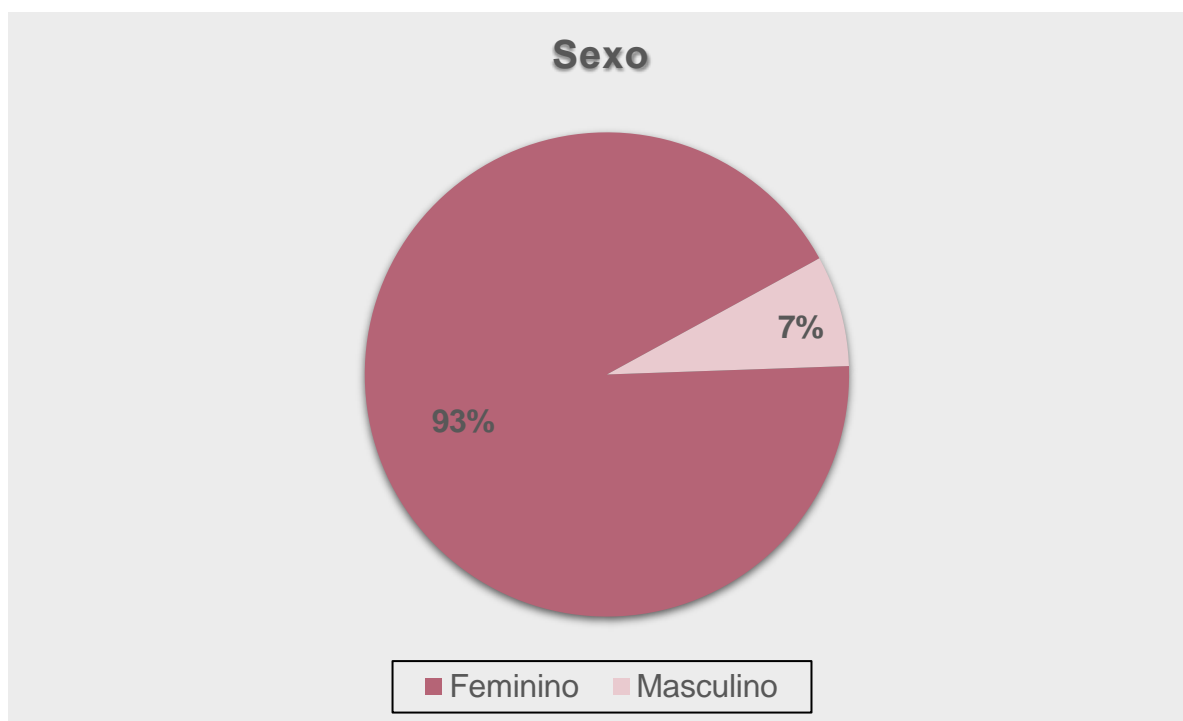
Nesta seção, os dados dos questionários estruturados serão apresentados com categorizações e descrições detalhadas, em cada gráfico, enquanto a discussão desses resultados ocorrerá de forma textual após o gráfico. Na tabela a seguir, está disposta a alocação dos gráficos em cada categoria.

Tabela 3 – Alocação dos gráficos na categorização.

GRUPO	GRÁFICOS	CATEGORIZAÇÃO
1	1 a 8	Características dos pais ou responsáveis
2	9 a 11	Conhecimento sobre gestão escolar democrática
3	12 e 13	Percepção dos pais ou responsáveis sobre a participação na gestão escolar
4	14 a 20	Atividades de participação de pais ou responsáveis
5	21 a 25	Avaliação do material didático/instrucional (folder)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 1 – Sexo dos pais ou responsáveis.

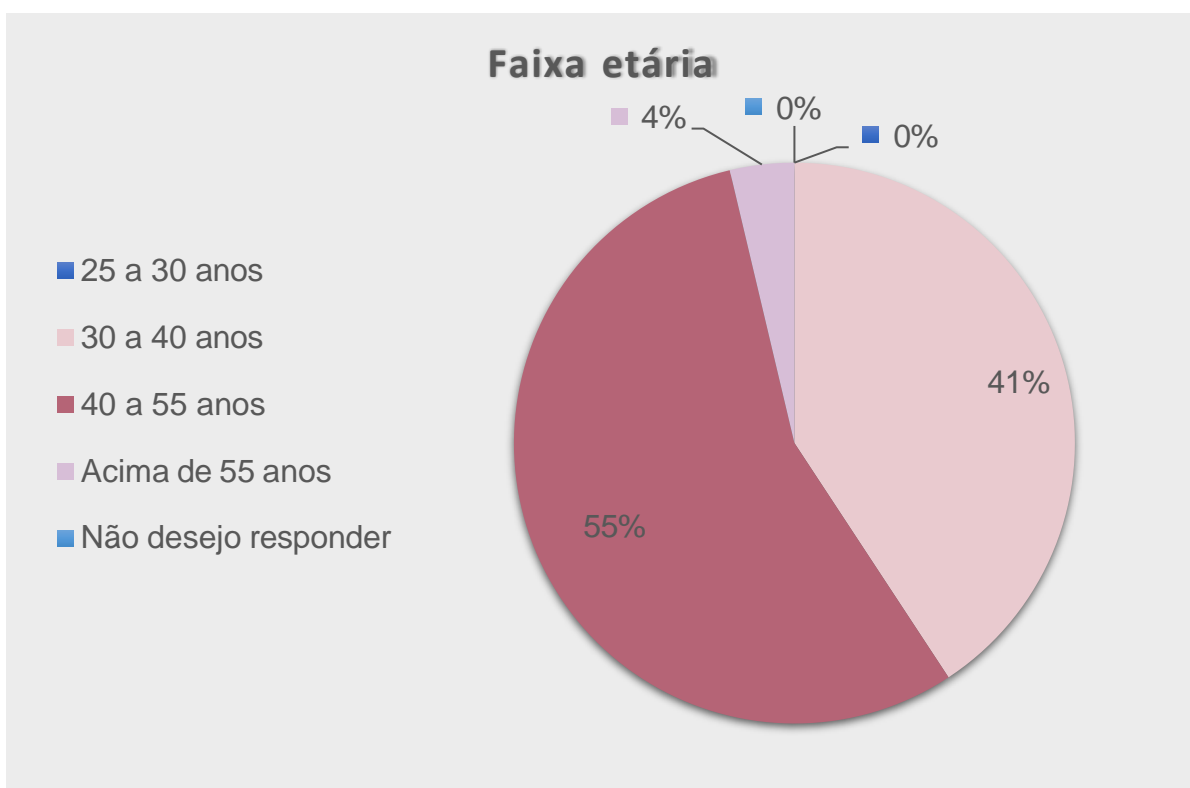


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No gráfico inicial (gráfico 1), é notável que a maioria dos participantes do questionário se identifica com o sexo feminino. Os dados revelam que 93% das respostas, o que equivale a 25 dos pais ou responsáveis, pertencem ao sexo feminino, representado pela cor rosa-vermelha. Por outro lado, o sexo masculino, representado pela cor de tonalidade mais clara, compreende 7% das respostas, correspondendo a 2 pais ou responsáveis.

Essa diferença significativa entre os sexos dos pais ou responsáveis participantes podem ser explicadas por diversos fatores, uma delas é que se infere-se que as mulheres são mais propensas a participar dos processos educativos com os filhos.

Gráfico 2 – Faixa etária dos pais ou responsáveis.

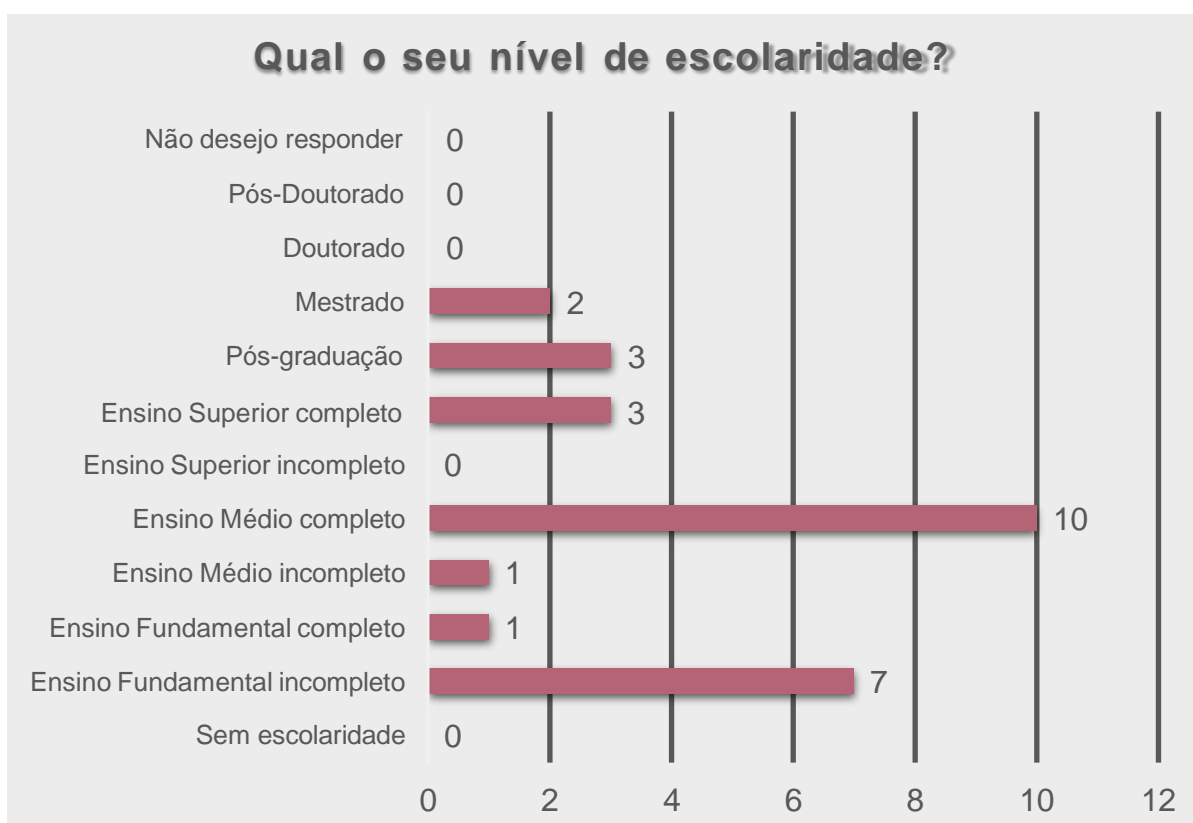


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No gráfico 2, apresenta-se a distribuição das faixas etárias dos participantes. As idades foram divididas em grupos de 25 a 30 anos, 30 a 40 anos, 40 a 55 anos e acima de 55 anos. Observa-se que a maioria dos participantes está concentrada nas faixas etárias de 30 a 55 anos, o que demonstra que o público participante de pais ou responsáveis são jovens.

A faixa etária de 40 a 55 anos, representada pela cor rosa-vermelha, abrange 55% das respostas, correspondendo a 15 pais ou responsáveis. Na faixa de 30 a 40 anos, encontra-se 41% das respostas, o que equivale a 11 pais ou responsáveis. Por fim, a faixa etária acima de 55 anos, representada pela cor cardo, abrange apenas 4% das respostas, ou seja, 1 pai ou responsável, enquanto nenhuma resposta registrou-se para a faixa etária de 25 a 30 anos ou na opção de “não desejo responder”.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos pais ou responsáveis.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

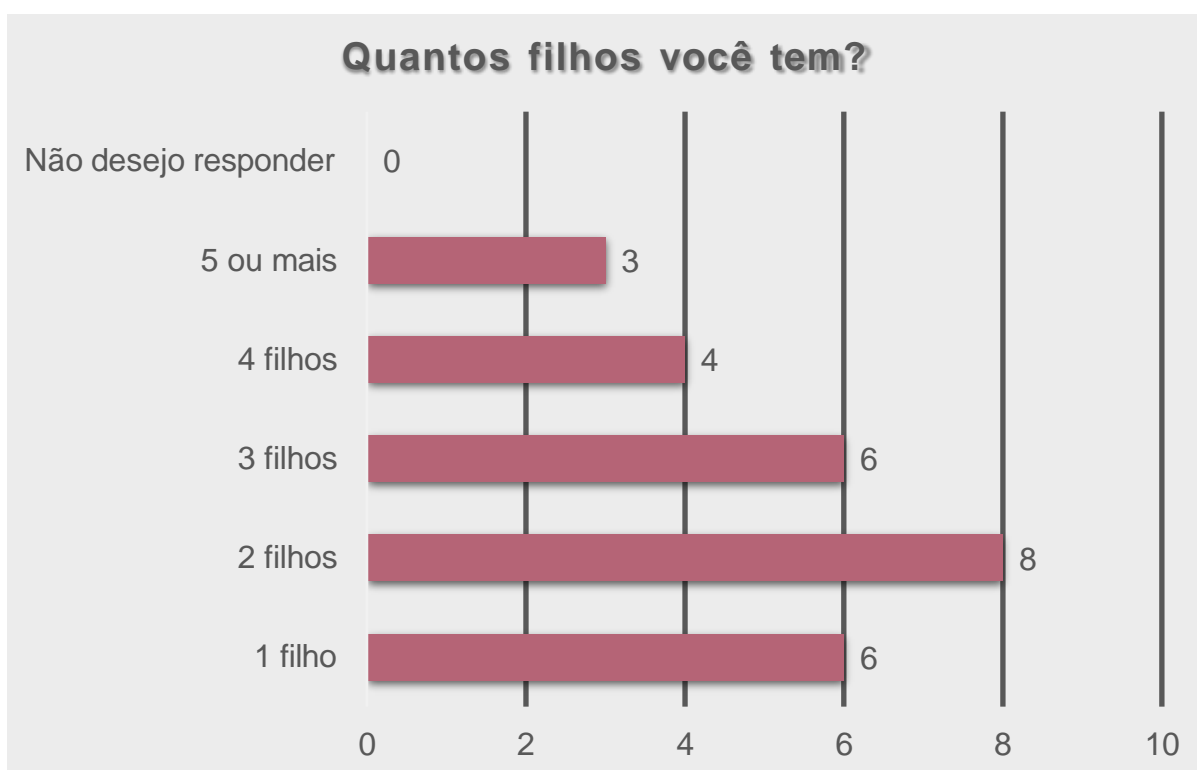
No gráfico 3, representa-se o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis que participaram da pesquisa. O gráfico abrange diversas categorias educacionais, incluindo Ensino Fundamental completo ou incompleto, Ensino Médio completo ou incompleto, Ensino Superior completo ou incompleto, Pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Conforme os dados, a maioria dos pais ou responsáveis possui pelo menos o Ensino Médio completo, com uma quantidade total de 10 pais ou responsáveis, correspondendo a 37% dos participantes.

Em seguida, 7 pais ou responsáveis têm Ensino Fundamental incompleto, representando 26%. Cerca de 11% dos pais ou responsáveis têm Ensino Superior

completo, o que se traduz em 3 participantes, da mesma forma, 11% de pais ou responsáveis que têm pós-graduação. Observa-se que apenas 4% dos pais ou responsáveis possuem Ensino Fundamental completo, o que equivale a 1 pessoa. O mesmo percentual se aplica à categoria de Ensino Médio incompleto. Não são identificados pais ou responsáveis sem escolaridade, com doutorado, pós-doutorado ou que responderam a opção “Não desejo responder”.

Além disso, para entender as características dos pais ou responsáveis que participaram, considerou-se relevante investigar a quantidade de filhos que possuem e quantos deles estudam no ano letivo de 2023 ou em anos letivos anteriores. Esses dados podem ser úteis para entender melhor o perfil dos pais ou responsáveis que participaram da pesquisa e sua participação na gestão escolar.

Gráfico 4 – Quantidade filhos de pais ou responsáveis.

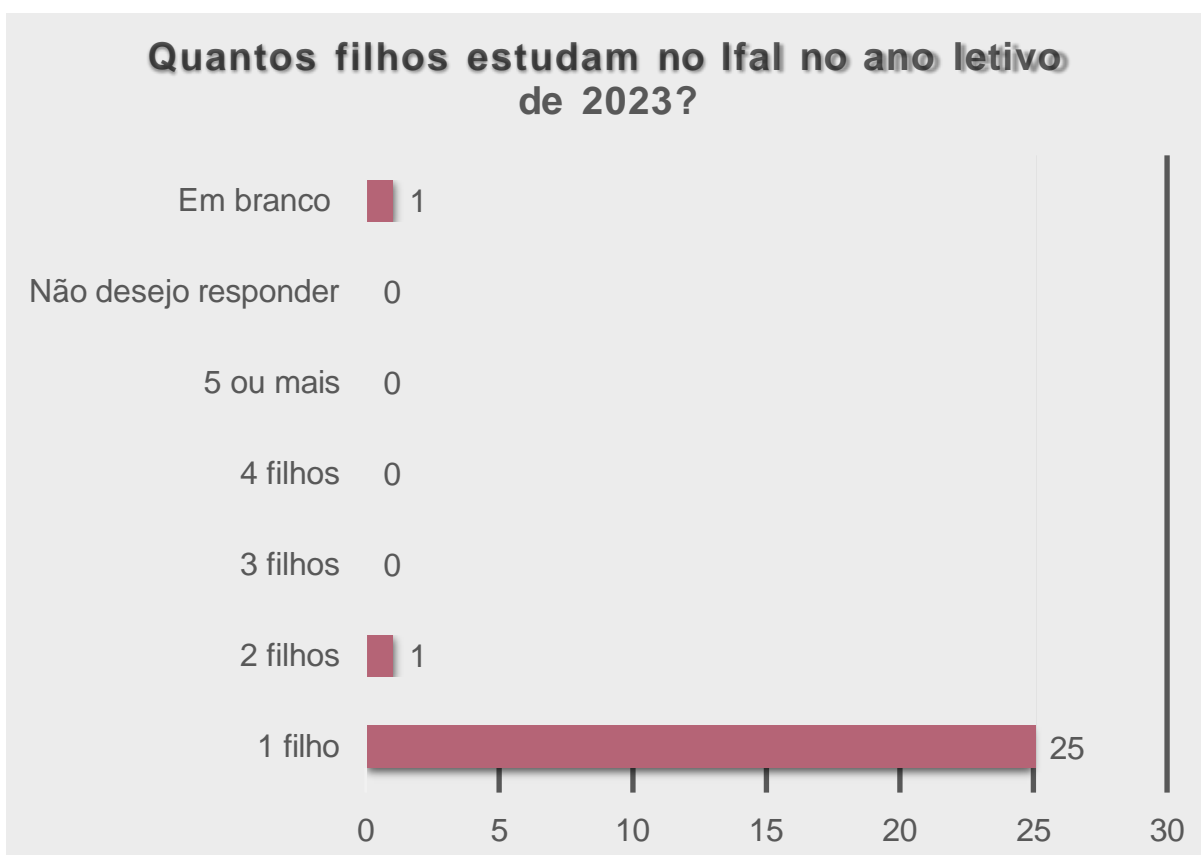


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com base nos dados coletados no questionário, podemos observar que a maioria dos participantes tem 2 filhos, o que corresponde a 30% do total, ou seja, 8 pais ou responsáveis tem 2 filhos. Em seguida, há 6 pais ou responsáveis com 1 filho, o que representa 22% dos participantes. O mesmo percentual, 22%, também se aplica àqueles que têm 3 filhos. Já 4 pais ou responsáveis têm 4 filhos, o que equivale a 15%

do total. Por fim, três pais ou responsáveis têm 5 ou mais filhos, o que corresponde a 11% do grupo. É relevante notar que nenhum dos pais ou responsáveis optou pela opção “Não desejo responder” sobre a quantidade de filhos.

Gráfico 5 – Quantidade filhos de pais ou responsáveis que estudam no Ifal no ano letivo de 2023.



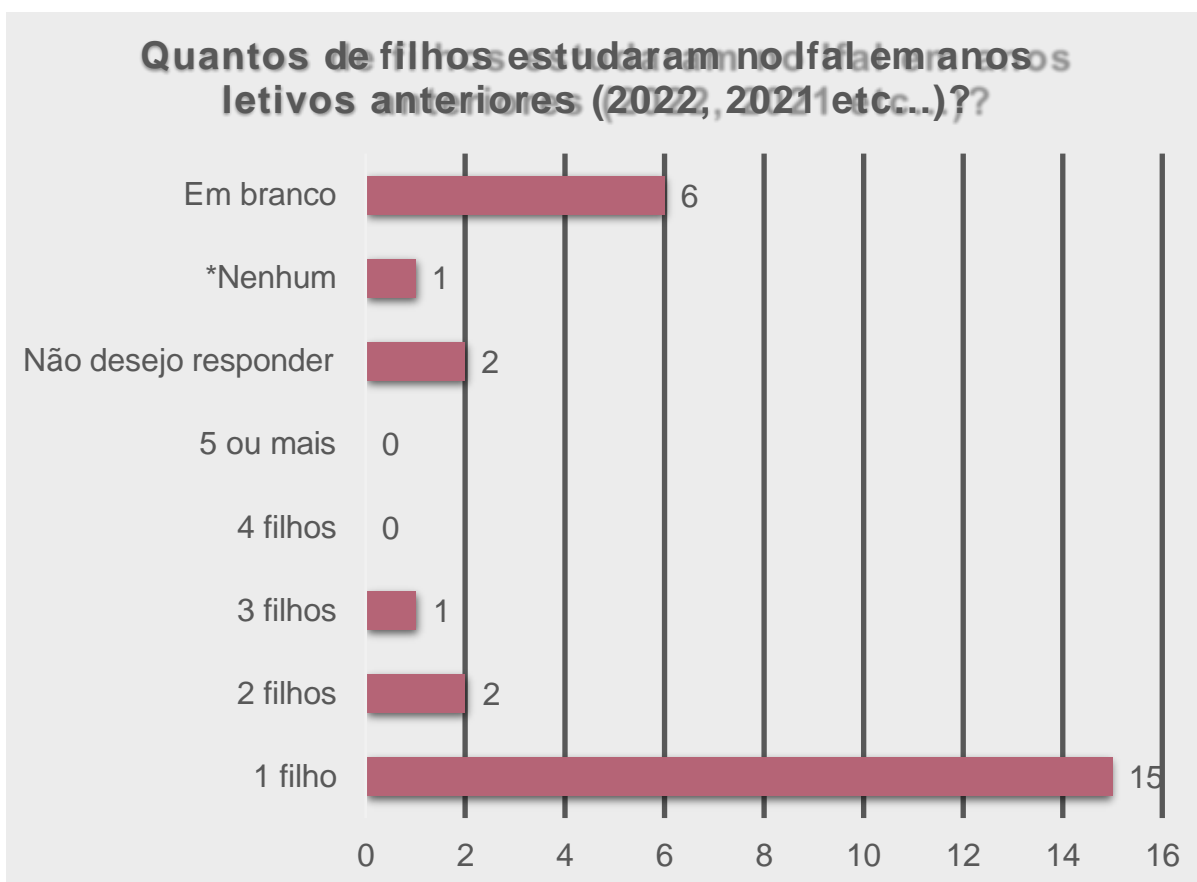
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ao analisar o gráfico 5, referente à quantidade de filhos matriculados no IFAL no ano letivo de 2023, pode-se destacar que a grande maioria dos pais ou responsáveis, totalizando 92% dos participantes, tem pelo menos 1 filho matriculado na instituição, o que equivale a 25 pais. Isso pode demonstrar que os pais ou responsáveis tem pelo menos 1 dos seus filhos ou seu único filho presente na instituição nesse ano letivo de 2023.

Contudo, é relevante notar que apenas 1 pai ou responsável respondeu que possui 2 filhos matriculados, o que representa 4% do total de respondentes. É importante mencionar que não houve registros de respostas indicando que algum pai ou responsável tenha mais de 3 filhos matriculados no IFAL, e as opções de 3 filhos,

4 filhos e 5 ou mais filhos, assim como a opção "Não desejo responder", não receberam nenhum registro. Houve também um único participante que optou por deixar em branco, não especificando a quantidade de filhos presentes na instituição.

Gráfico 6 – Quantidade de filhos que estudaram no Ifal em anos letivos anteriores a 2023.



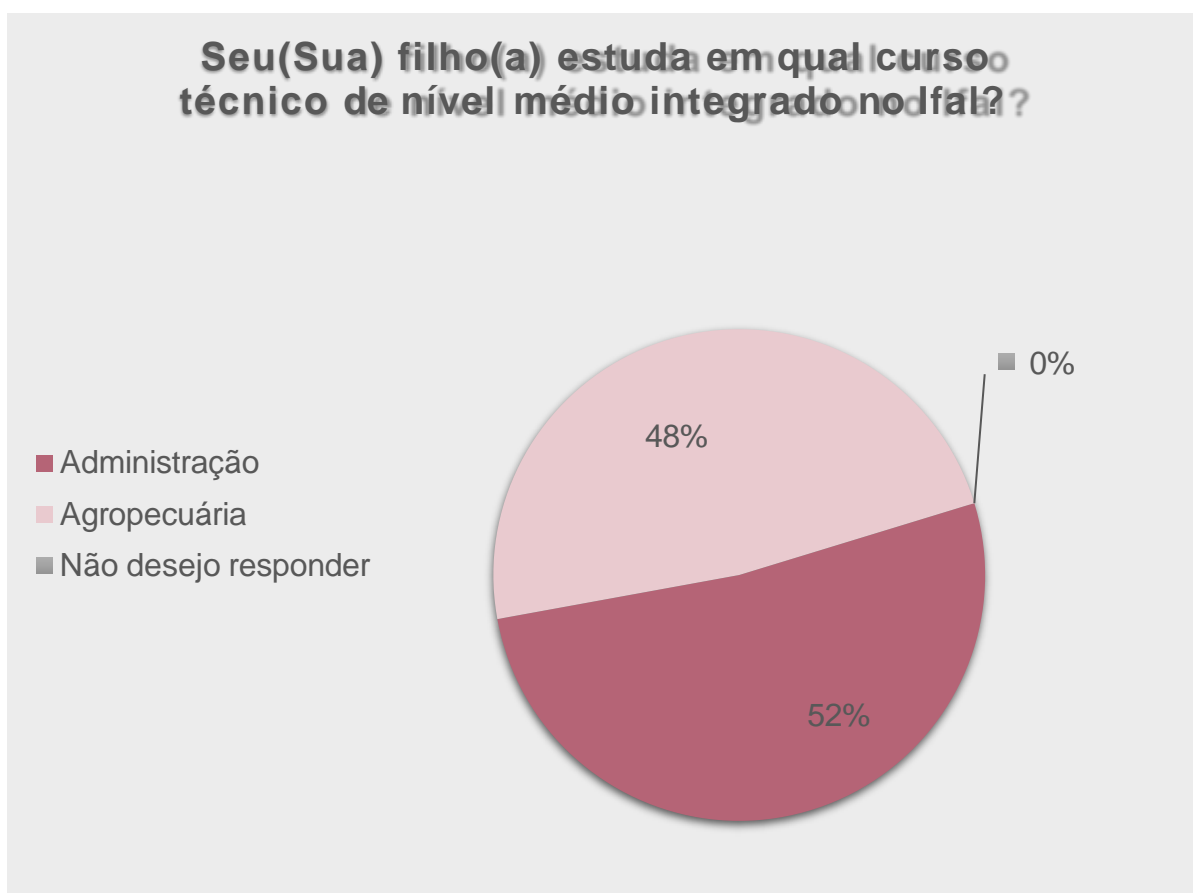
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que diz respeito ao número de filhos que frequentaram os anos letivos anteriores a 2023, observa-se uma variação significativa, conforme evidenciado no gráfico 6. Verifica-se que a quantidade de pais ou responsáveis que indicaram ter apenas 1 filho matriculado anteriormente é de 15, representando 56% do total de respondentes. Além disso, ao analisar outros dados, é possível inferir que alguns pais ou responsáveis tiveram filhos que concluíram esses anos letivos. Isso se torna aparente quando é observado o gráfico 5, onde é identificada a presença de 1 filho matriculado. Entre os pais ou responsáveis que indicaram essa situação, dois deles mencionaram ter tido 2 filhos matriculados anteriormente, o que equivale a 7% do total de respostas.

Outro dado interessante é que 1 pai ou responsável, representando 4%, informou que teve três filhos matriculados em anos anteriores, o que pode sugerir que esses são filhos mais velhos daqueles que tiveram dois filhos matriculados no ano letivo de 2023. Por fim, é relevante notar que não houve registros de pais ou responsáveis com 4 filhos ou mais de 5 filhos matriculados anteriormente. No entanto, é importante ressaltar que 6 pais ou responsáveis optaram por deixar suas respostas em branco, e um deles adicionou a opção "nenhum" como resposta por não está nas opções. Esses resultados podem indicar que a formulação da pergunta pode ter causado dúvidas ou que houve uma lacuna nas respostas coletadas.

Ademais, é importante considerar outros dados significativos que contribuem para a compreensão das características dos pais ou responsáveis. Isso inclui informações sobre o curso técnico de nível médio em que o filho está matriculado e o ano desse curso.

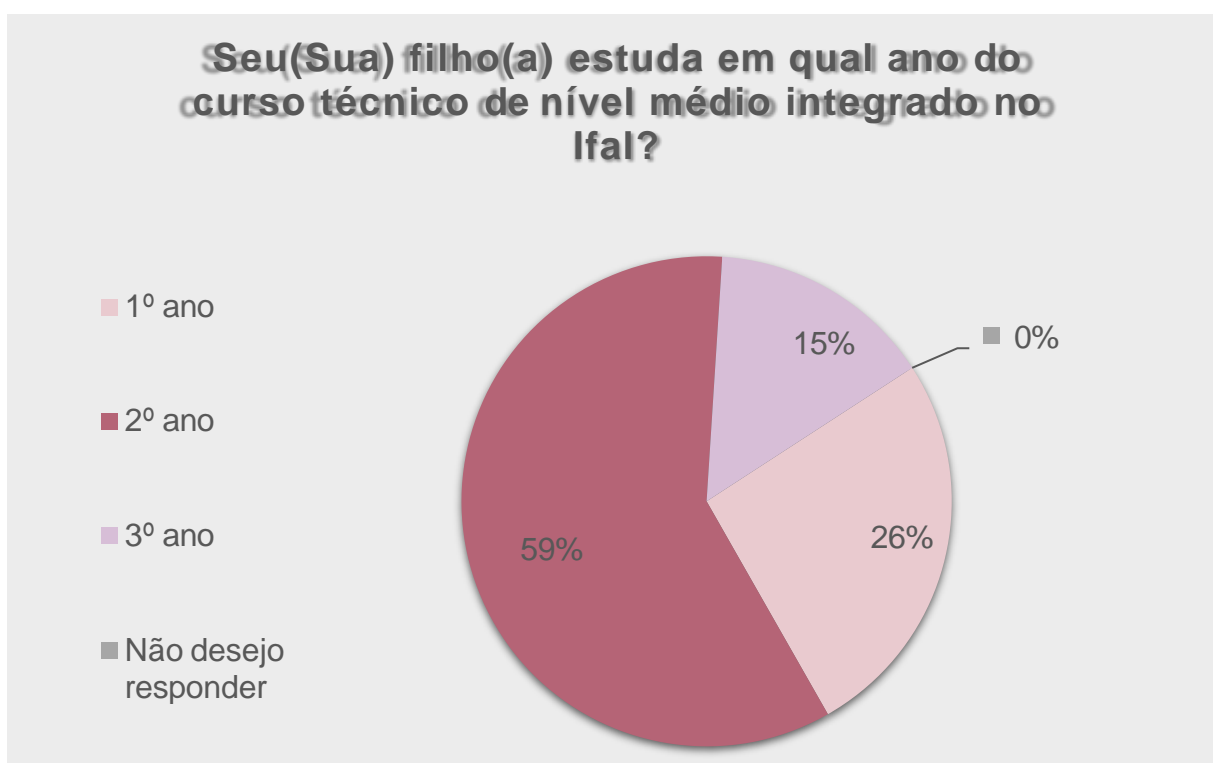
Gráfico 7 – Curso técnico dos filhos de pais ou responsáveis.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que se refere ao curso técnico em que os filhos estão matriculados no Ifal, no gráfico 7, a Administração é o curso mais mencionado, representado pela cor rosa-vermelha. 14 pais ou responsáveis, o que corresponde a 52%, informam que seus filhos estão no curso de Administração, seguido por 13 pais ou responsáveis, equivalente a 48%, que informaram que seus filhos estão no curso de Agropecuária. Não se teve registro de respostas para opção “Não desejo responder”.

Gráfico 8 – Ano do curso técnico dos filhos de pais ou responsáveis.



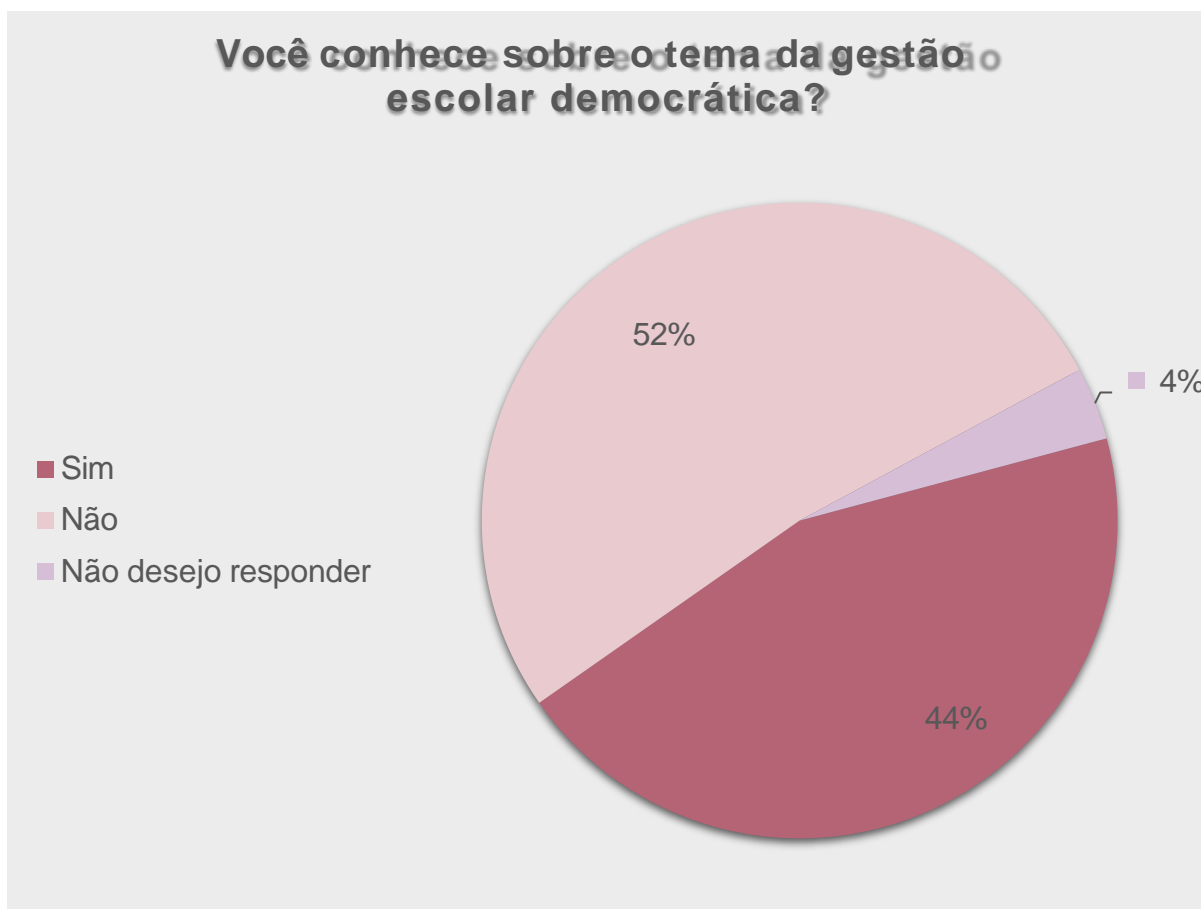
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na análise dos dados referentes ao ano do curso em que seus filhos estão matriculados, destaca-se no gráfico 8 com predominância 16 pais ou responsáveis que informaram que seus filhos estão no 2º ano, compreendendo 59%, indicado pela cor rosa-vermelha. Enquanto 7 pais ou responsáveis, o que representa 26% do total tem seus filhos no 1º ano, e 4 pais ou responsáveis, equivalentes a 15%, indicaram que seus filhos estão no 3º ano. Não houve pais ou responsáveis que responderam a opção “Não desejo responder”.

Outra categoria essencial para a análise de dados tem o foco no conhecimento dos pais ou responsáveis acerca da gestão democrática escolar. Essas informações são fundamentais para entender a percepção dos pais ou responsáveis em relação

ao funcionamento da instituição escolar.

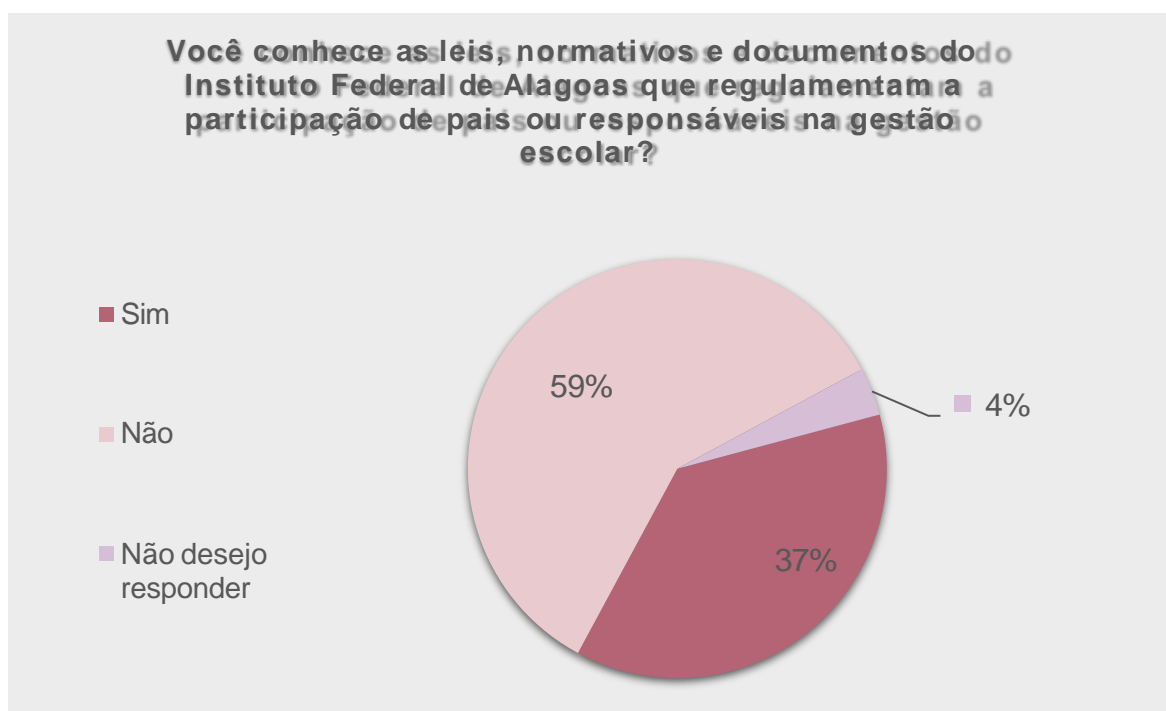
Gráfico 9 – Conhecimento sobre Gestão Escolar Democrática de pais ou responsáveis.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados apresentados revelam informações sobre o conhecimento dos pais ou responsáveis em relação ao tema da gestão escolar democrática. Dessa forma, no gráfico 9, 12 pais ou responsáveis afirmam conhecer sobre o assunto, o que representa 44%, destacado na cor azul. Enquanto 14 pais ou responsáveis disseram não conhecer, correspondendo a 52%, representado pela cor laranja. No entanto, 1 pai ou responsável, representando 4%, na cor cinza, optou por pela opção “Não desejo responder”. Esses dados podem indicar uma divisão na compreensão sobre a gestão escolar democrática. O fato de que 14 pais ou responsáveis afirmam não conhecer sobre assunto sugere uma necessidade de desenvolvimento de práticas educacionais mais participativas para a melhoria do envolvimento desses pais ou responsáveis na gestão democrática.

Gráfico 10 – Conhecimento sobre leis, normativos e documentos do IFAL sobre gestão escolar pelos pais ou responsáveis.

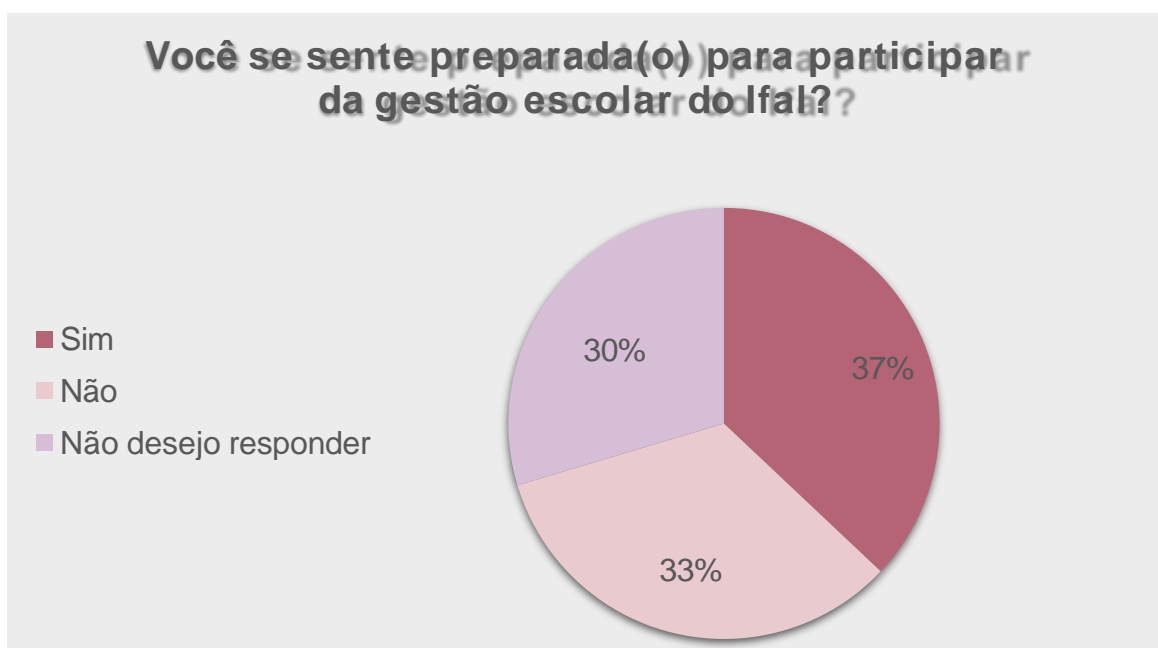


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já os dados em relação às leis, normativos e documentos do Instituto Federal de Alagoas que regulamentam a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar, de acordo com as respostas presentes no gráfico 10, 10 pais ou responsáveis disseram conhecer essas regulamentações, que equivale 37%, na cor rosa-vermelha, mas 16 disseram não conhecer, sendo a maioria, com 59%. 1 pai ou responsável optou pela opção “não desejo responder”.

Percebe-se pela maioria das respostas, tanto no gráfico 10 como no gráfico 9, uma falta de conhecimento significativa sobre o funcionamento da gestão escolar democrática e as leis e normativos específicos do Ifal referentes à participação de pais ou responsáveis. Isso implica a dedução de vários cenários, como a ausência de divulgação mais ativa e acessível das informações sobre a participação desses sujeitos na gestão escolar. Essa falta de conhecimento implica também negativamente para o funcionamento da gestão escolar democrática e destaca a necessidade de aprimorar a comunicação e a conscientização dos pais sobre essas regulamentações.

Gráfico 11 – Sentem-se preparados para participar da gestão escolar.

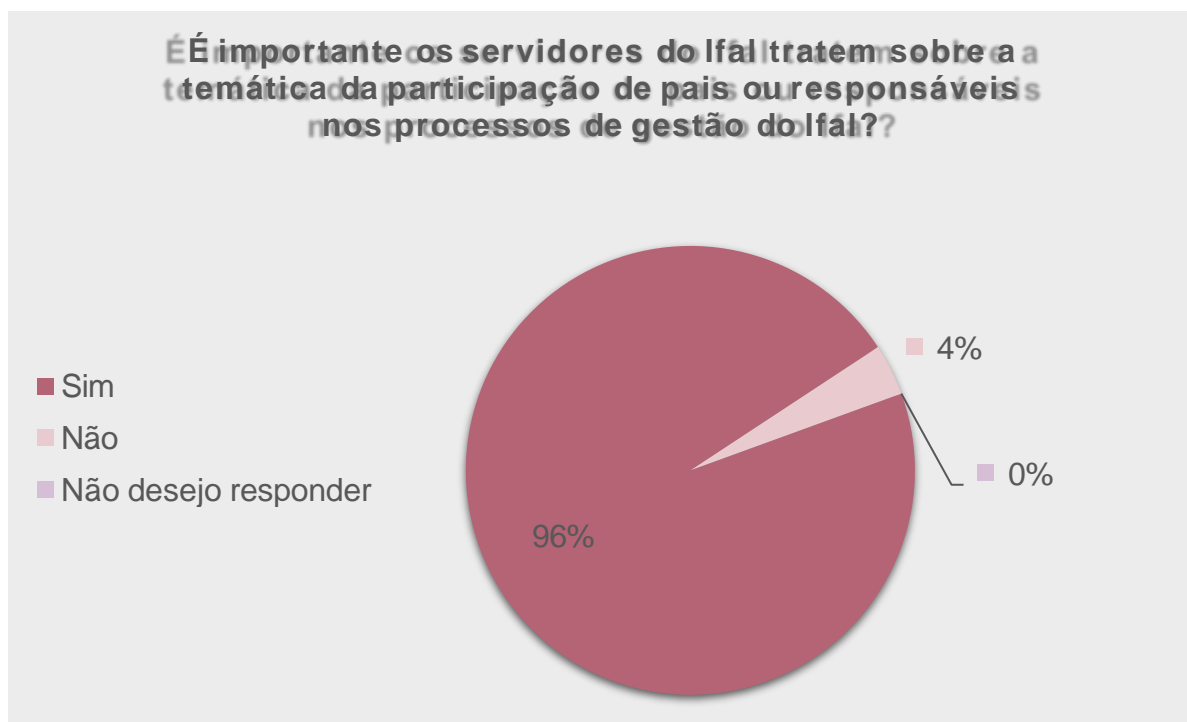


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Diante disso, também julgou necessário compreender se os pais ou responsáveis sentem-se preparados para participar de alguma forma da gestão escolar do Ifal. Assim, perceberam-se respostas uniformes no gráfico 11, em que 10 pais ou responsáveis afirmam estar preparados, o que demonstra 37%, na cor rosa-avermelha. No entanto, 9 pais ou responsáveis informam não estar preparados para assumir uma participação na gestão. Enquanto 8 pais ou responsáveis escolheram a opção “não desejo responder”, o que pode indicar estarem indecisos, visto que teve um número de respostas significativas.

Dessa maneira, embora não tenham tanto conhecimento sobre gestão escolar democrática e os normativos do Ifal sobre a participação dos pais ou responsáveis, infere-se a partir da maioria das respostas, que os pais ou responsáveis estão dispostos a se envolver ativamente nas decisões e processos da escola. Por outro lado, os 9 pais ou responsáveis, que expressaram não se sentirem preparados para assumir uma participação na gestão escolar, pode-se dar pelo motivo de não conhecerem sobre os processos e funcionamento da gestão escolar.

Gráfico 12 – Relevância da discussão sobre a participação de pais ou responsáveis na gestão do Ifal pelos servidores.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No gráfico 12, as informações apresentadas indicam a opinião de pais ou responsáveis em relação à importância de os servidores do Ifal abordarem a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da instituição. Dessa forma, percebe-se por parte da maioria dos pais ou responsáveis, com um total de 26, que abrange 95%, em azul, concordam com a necessidade de os servidores do Ifal tratarem sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão. Isso pode representar que os pais ou responsáveis reconhecem e apoiam a discussão pela equipe de servidores da instituição sobre o tema, o que pode ser usado para promover um maior envolvimento dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escola.

Contudo, apenas 1 pai ou responsável declarou não concordar com a importância dessa discussão, representando 4%. Embora seja uma minoria, pode haver razões específicas para essa discordância. Além disso, não houve registro na opção “Não desejo responder”.

Gráfico 13 – Contribuição da participação de pais ou responsáveis na gestão do Ifal para um espaço democrático.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

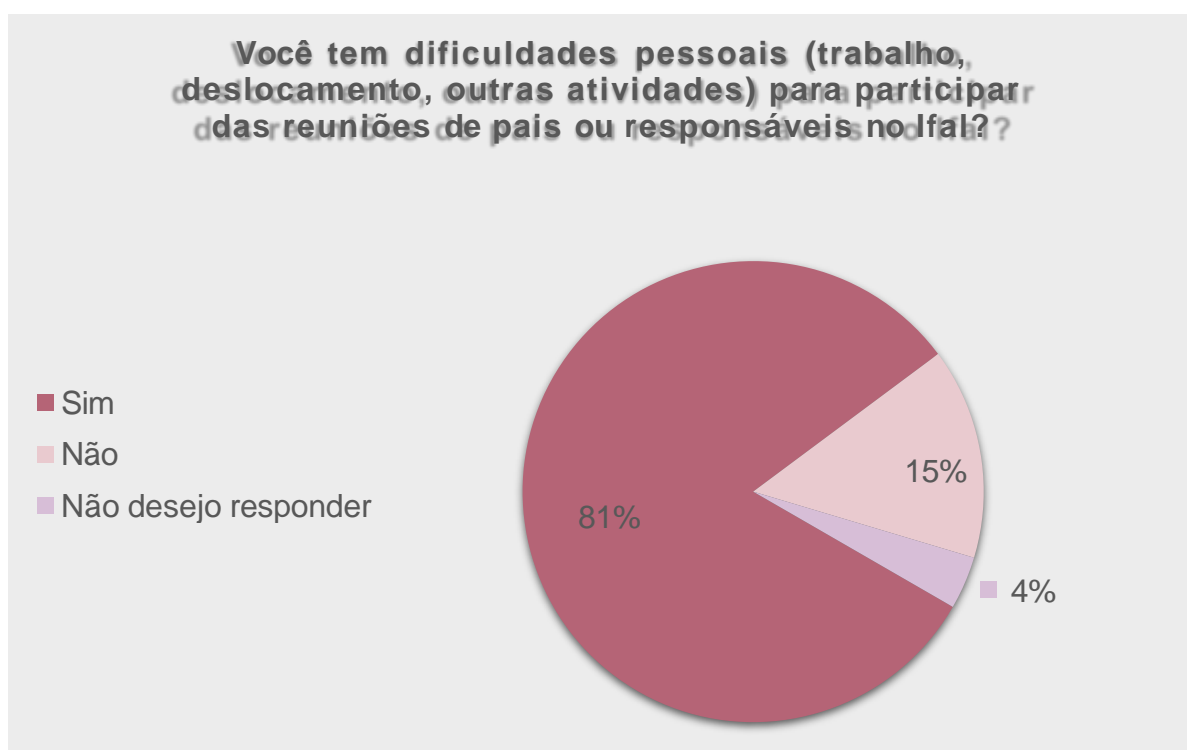
O gráfico 13 demonstra a opinião dos pais ou responsáveis sobre a participação de pais ou responsáveis na gestão do Ifal contribui para o espaço democrático na escola. Nesse sentido, percebe-se, assim como no gráfico 12, que a grande maioria dos pais ou responsáveis acreditam que sim, com 96%, num total de 26 pais ou responsáveis, que a participação contribui para a promoção de um espaço democrático na escola. Embora os pais não tenham domínio sobre gestão (gráficos 9 e 10), isso pode sugerir que os pais ou responsáveis sabem da importância e das contribuições que essa participação pode trazer aos processos de gestão escolar, principalmente, na tomada de decisões educacionais de políticas e práticas da instituição em busca de um ambiente democrático.

Em contrapartida, observou-se que nenhum dos participantes respondem "não". Isso pode significar que os pais ou responsáveis indica não se opõem a ideia de que a participação destes contribui para um ambiente escolar mais democrático, além de reforçar que eles sabem que é relevante da participação na gestão escolar. Por fim, é notável que 1 pai ou responsável, que representa 4%, na cor cinza, optou pela opção "Não desejo responder".

Nesse contexto, dando continuidade as análises, concentra-se nas opiniões dos pais ou responsáveis em relação às atividades de participação nos processos de

gestão escolar. Essa análise é de suma importância para compreender as percepções desses indivíduos e compreender o envolvimento na educação oferecida aos seus filhos.

Gráfico 14 – Dificuldades pessoais para participar das reuniões de pais ou responsáveis do Ifal.



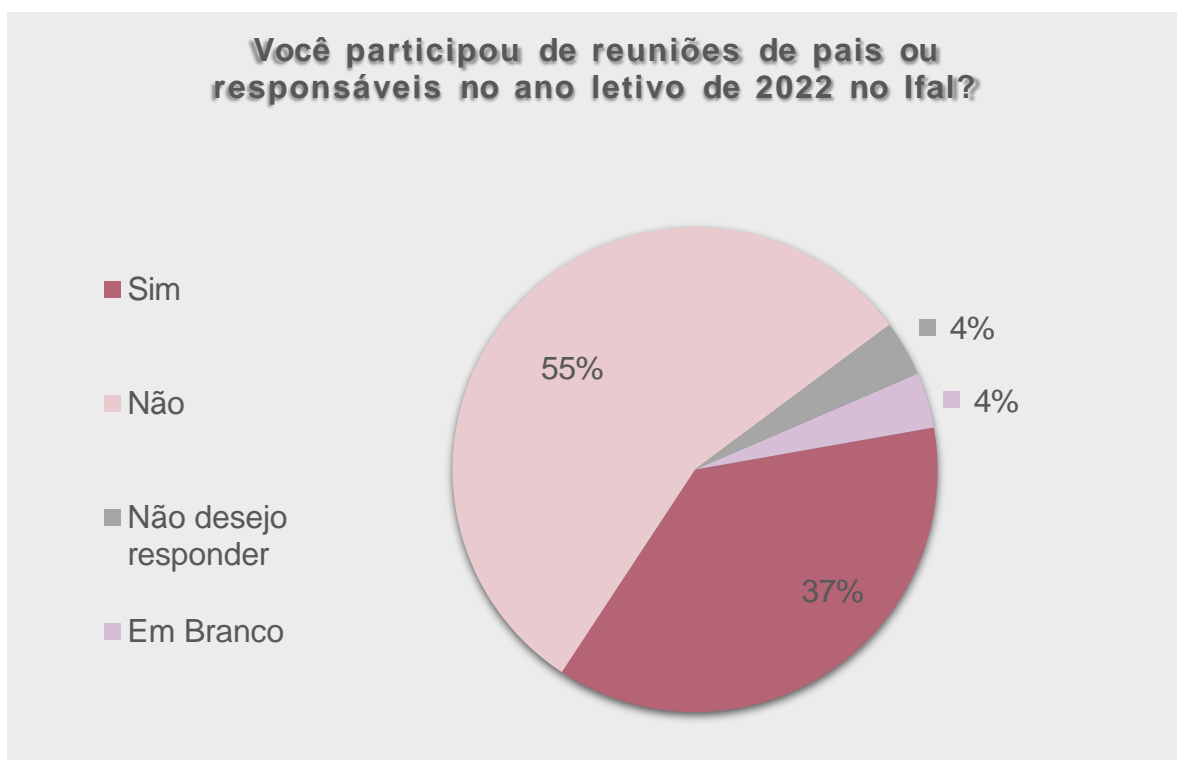
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados apresentados no gráfico 14 revelam sobre as dificuldades pessoais em relação à participação nas reuniões de pais ou responsáveis do Ifal, em que 22 pais ou responsáveis, que equivale a 81%, na cor rosa-avermelhada, afirmam ter dificuldades pessoais que os impedem de participar das reuniões de pais ou responsáveis no Ifal, o que abrange a maioria. Essas dificuldades pessoais podem implicar no envolvimento dos pais ou responsáveis na escola e podem sugerir a necessidade de promover estratégias que facilite a participação como de flexibilizar os horários ou os dias das reuniões para aqueles que enfrentam dificuldades pessoais por questões de trabalho, deslocamento ou outras atividades.

Enquanto 4 pais ou responsáveis, somente 15%, afirmam não ter dificuldades pessoais para participar das reuniões e 1 pai ou responsável optou pela opção “Não desejo responder”, o que pode refletir uma preferência por não compartilhar

informações sobre suas circunstâncias pessoais.

Gráfico 15 – Participação de reuniões de pais ou responsáveis no ano letivo de 2022 no Ifal.

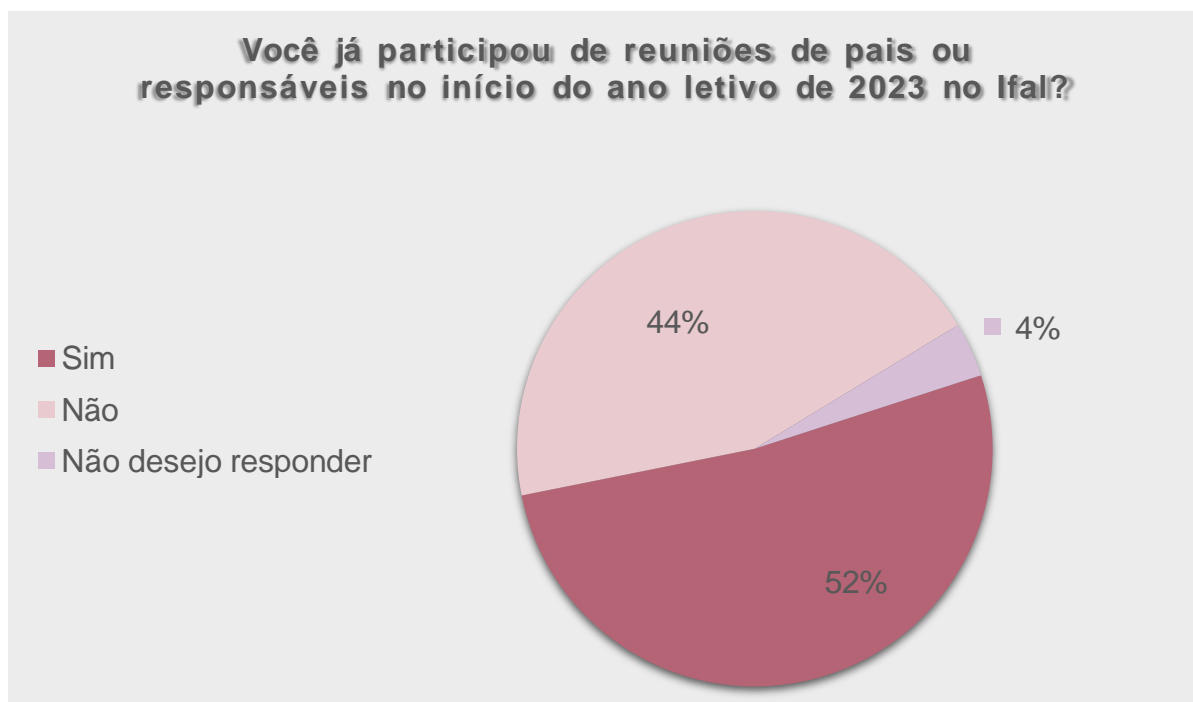


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No gráfico 15 indica a participação dos pais ou responsáveis nas reuniões no ano letivo de 2022 no Ifal. Em que se observa a participação de 10 pais ou responsáveis, que equivale a 37%, nas reuniões de pais ou responsáveis em 2022. No entanto, 15 pais ou responsáveis responderam que não participaram das reuniões no ano letivo de 2022, representando 56%.

As informações sugerem que uma maioria significativa dos pais ou responsáveis não esteve presente nas reuniões, o que pode ser influenciado por diversas razões, como as dificuldades pessoais mencionadas anteriormente (gráfico 14). O que demonstra também uma concordância com as informações do gráfico 14. Além disso, 1 pai ou responsável optou pela opção "Não desejo responder", enquanto 1 deixou a questão em branco.

Gráfico 16 – Participação de reuniões de pais ou responsáveis no início do ano letivo de 2023 no Ifal.

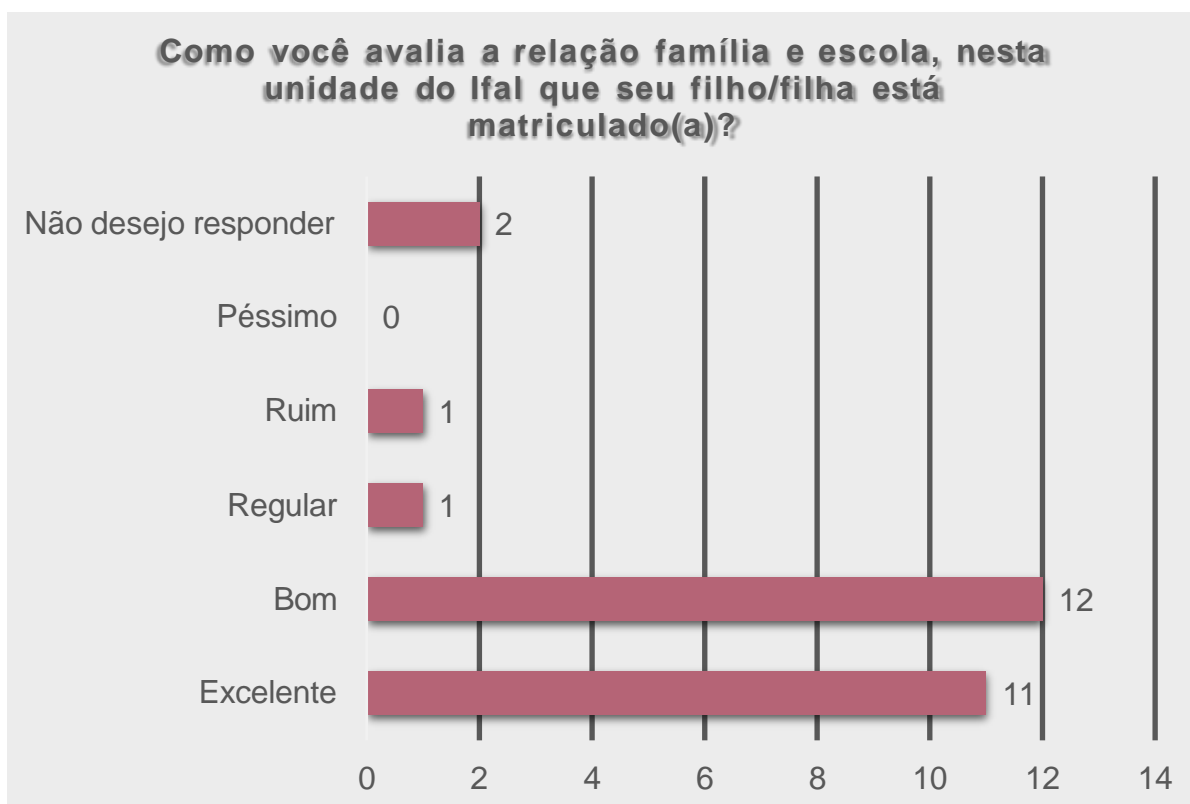


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já as informações da participação dos pais ou responsáveis nas reuniões de pais ou responsáveis no início do ano letivo de 2023 no Ifal (gráfico 16). Observa-se que 14 pais ou responsáveis afirmam ter participado das reuniões de início de ano letivo de 2023, o que demonstra 52%, na cor rosa-vermelha. Em contrapartida, 12 pais ou responsáveis responderam que não participaram das reuniões de início de ano letivo de 2023, representando 44%.

Pode-se verificar em relação às informações do ano letivo anterior que houve um aumento na participação dos pais ou responsáveis nas reuniões no início deste ano letivo e o número dos que não participaram das reuniões é menor em comparação com o ano anterior. Ademais, 1 pai ou responsável respondeu com a opção “Não desejo responder”, mantendo assim uma posição privada sobre o assunto.

Gráfico 17 – Avaliação da relação família-escola.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

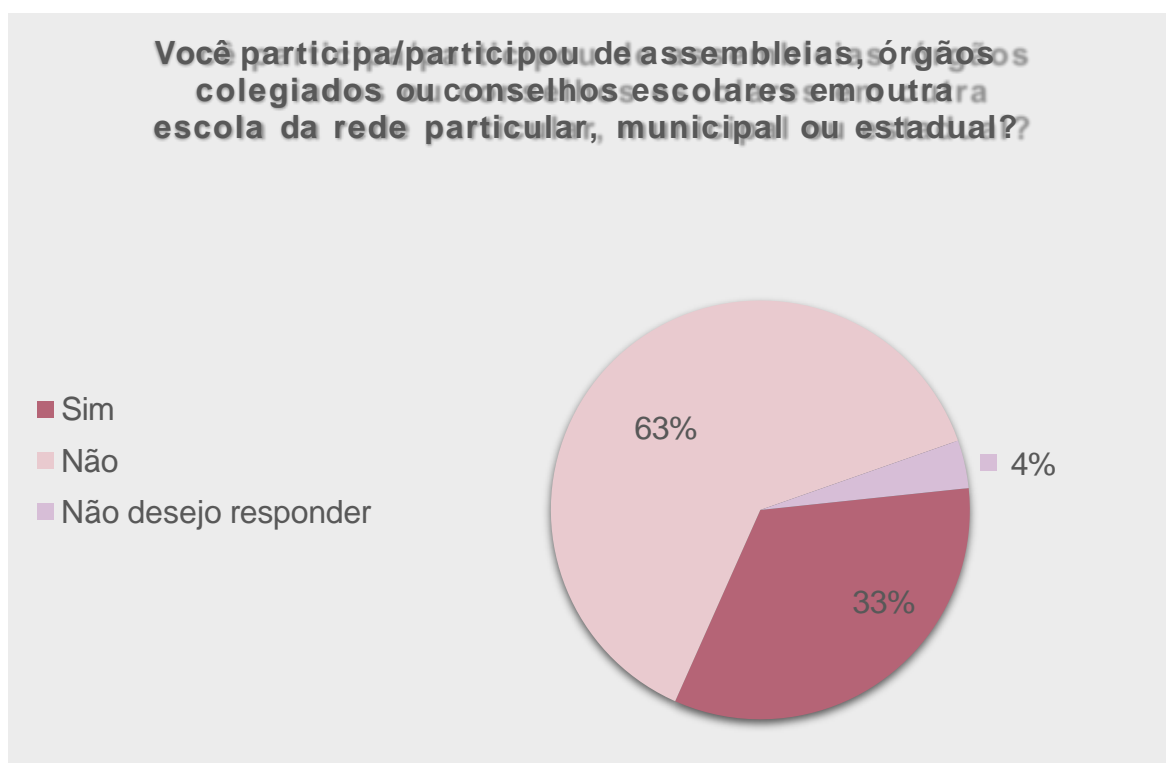
No gráfico 17 revela-se as percepções dos pais ou responsáveis referente à relação entre a família e a escola na unidade do Ifal onde seus filhos ou filhas estão matriculados. A maioria dos pais ou responsáveis indicaram estar satisfeitos com a interação entre eles e a unidade do Ifal em que seus filhos estudam. Isso pode ser visto através das informações, em que 11 pais ou responsáveis, com percentual de 41%, avaliou a relação família-escola como "excelente". outros 12 pais ou responsáveis avaliaram a relação como "bom", totalizando 44%.

No entanto, alguns pais ou responsáveis demonstram estar insatisfeitos, mesmo que sejam minorias, onde 1 pai ou responsável respondeu "regular", representando 4%. O mesmo aconteceu com outro que respondeu "ruim". Essas avaliações sugerem que há áreas que provoquem descontentamento a alguns pais ou responsáveis na relação entre a família e a escola em questão. Sendo assim, importante tentar identificar os problemas específicos para que melhorias possam ser feitas.

Sobretudo, nota-se que nenhum dos pais ou responsáveis classificou a relação como "péssima", isso é significativamente positivo para escola, visto que apesar de

algumas avaliações menos favoráveis, há caminhos que possam fortalecer a parceria entre família-escola. Ainda assim, 2 pais ou responsáveis responderam a opção “Não desejo responder”, indicando que podem preferir manter suas opiniões sobre o assunto em sigilo.

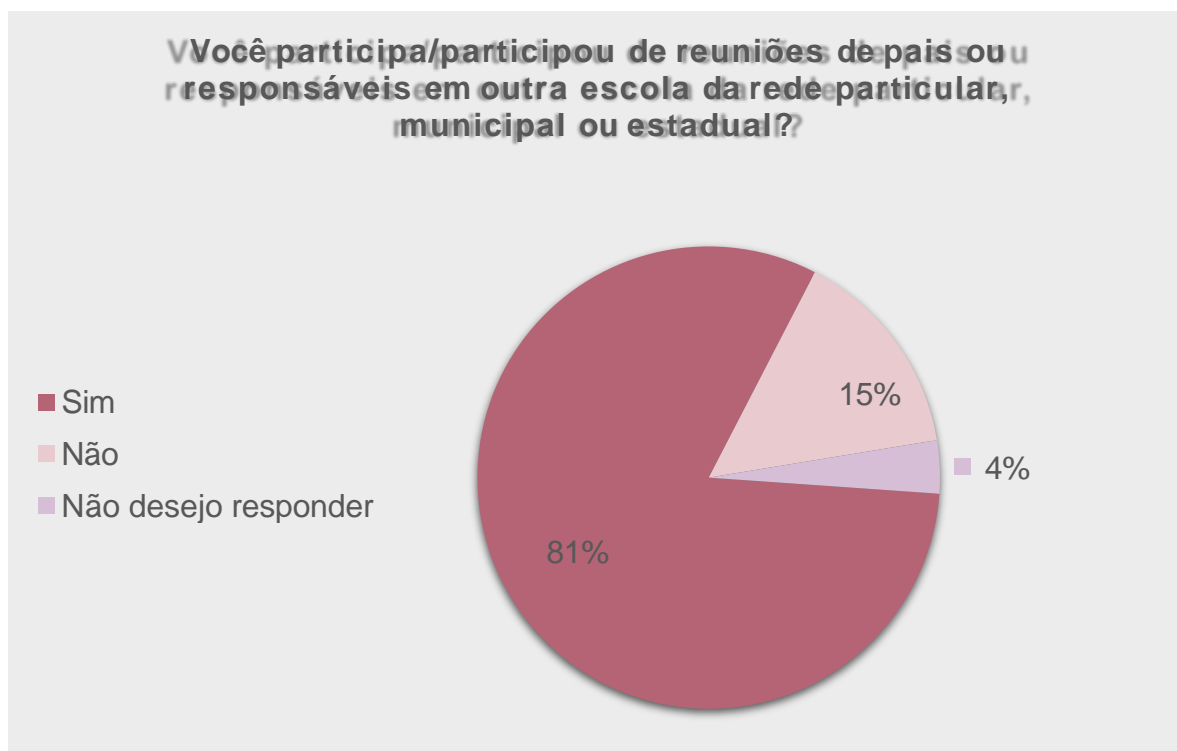
Gráfico 18 – Participação em assembleias, órgãos colegiados ou conselhos escolares em outra escola da rede particular, municipal ou estadual.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As informações presentes no gráfico 18 indicam a participação dos pais ou responsáveis em assembleias, órgãos colegiados ou conselhos escolares em outras escolas da rede particular, municipal ou estadual. De acordo com as respostas, 9 pais ou responsáveis respondem que sim, que abrange 33%, na rosa-vermelha, indicando que já participaram de tais órgãos em outras escolas. Por outro lado, a maioria dos pais ou responsáveis, representados por 17 respostas, que equivale a 63% afirmou que não participou de assembleias, órgãos colegiados ou conselhos escolares em outras escolas. Essas informações muito se assemelham aos resultados sobre a participação dos pais ou responsáveis nas reuniões de pais no Ifal (gráfico 15 e 16). Também houve 1 pai ou responsável que respondeu a opção “Não desejo responder”, indicando uma possível neutralidade.

Gráfico 19 – Participação em reuniões de pais ou responsáveis em outra escola da rede particular, municipal ou estadual.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

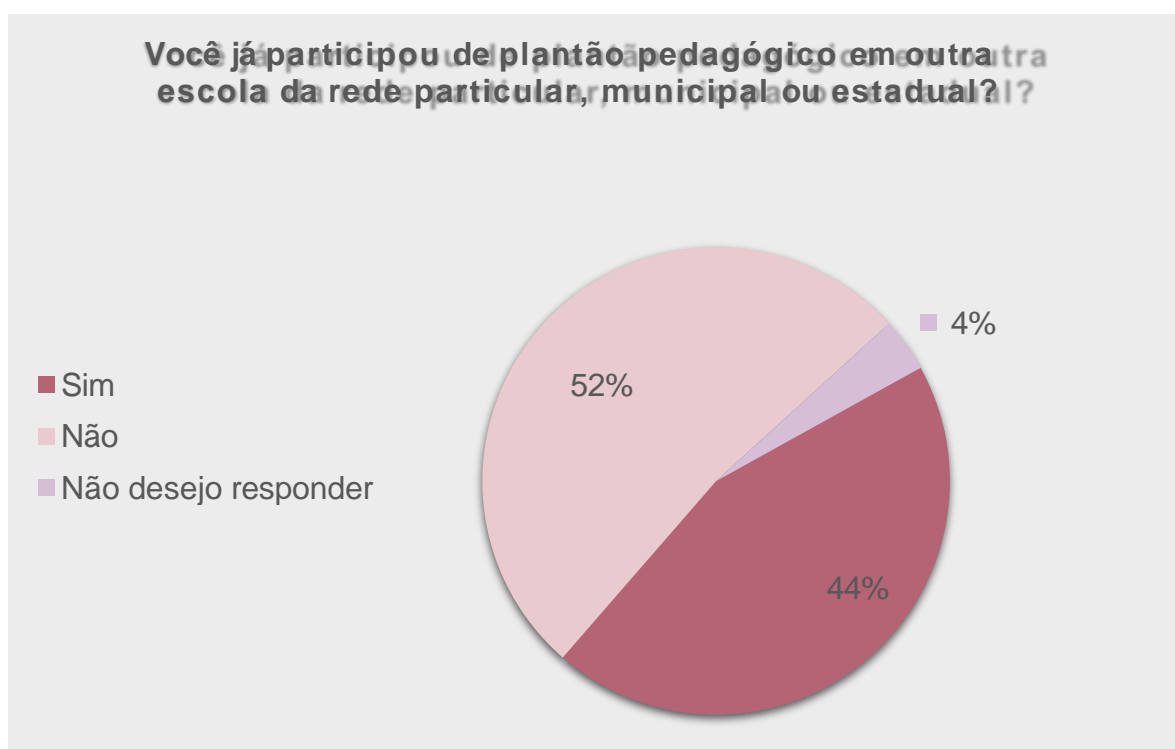
Os resultados sobre a participação dos pais ou responsáveis em reuniões de pais ou responsáveis em outras escolas da rede particular, municipal ou estadual presentes no gráfico 19, demonstra que 22 pais ou responsáveis afirmam que já participaram de reuniões de pais ou responsáveis em outras escolas, o que representa 81%, na cor rosa-vermelha. Isso sugere os pais ou responsáveis já participaram em atividades escolares em outros contextos educacionais.

Por outro lado, apenas 4 pais ou responsáveis, responderam que não participaram de reuniões de pais ou responsáveis em outras escolas, correspondendo 15%, na cor laranja. 1 pai ou responsável optou por não responder à pergunta. Desse modo, com base nos dados apresentados, podemos inferir algumas das principais diferenças entre a participação de pais ou responsáveis nas reuniões no Ifal e a participação em outras escolas (rede particular, municipal ou estadual), levando em consideração que no Ifal, a participação nas reuniões de início de ano letivo de 2023 aumentou em comparação com 2022 (gráficos 15 e 16).

Portanto, ao analisar essa relação de participação em outras escolas, percebe-se que o percentual de pais ou responsáveis que já participaram indica um histórico

de envolvimento desses pais ou responsáveis em atividades escolares ao longo do tempo. Isso pode sugerir que esses pais ou responsáveis são habituados a participar em reuniões ao mesmo tempo que podem indicar que as ausências em reuniões de pais ou responsáveis nas outras escolas podem estar relacionadas com as dificuldades pessoais mencionadas no gráfico 14.

Gráfico 20 – Participação em plantão pedagógico em outra escola da rede particular, municipal ou estadual.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

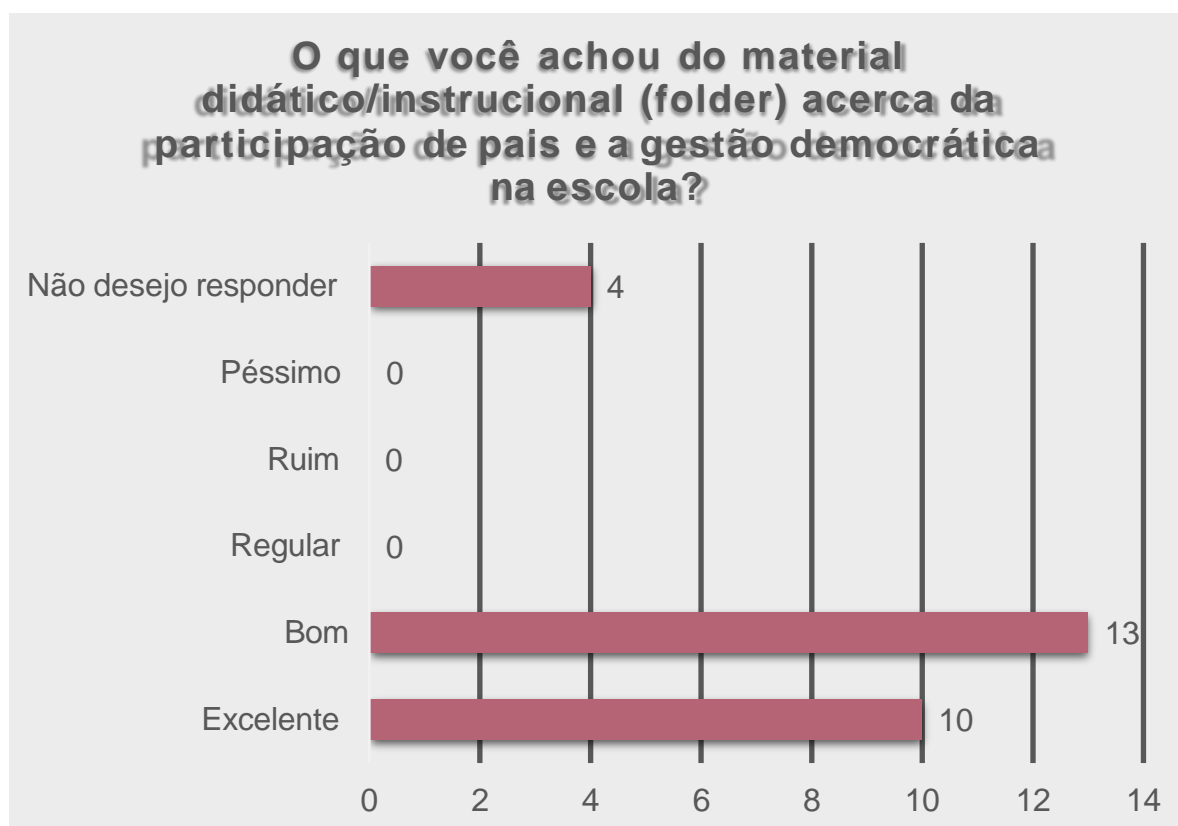
O gráfico 20 indica a participação dos pais ou responsáveis em plantões pedagógicos em outras escolas da rede particular, municipal ou estadual. Assim, 12 pais ou responsáveis, com 44%, na cor azul, expressam que já participaram de plantões pedagógicos em outras escolas e 14 respostas, 52% dos pais ou responsáveis afirmam que não participou de plantões pedagógicos em outras escolas. 1 pai ou responsável optou pela opção “Não desejo responder”.

Por fim, as informações descritas até aqui revelam uma diversidade de experiências em relação à participação dos pais ou responsáveis. Algumas informações indicam maior envolvimento dos pais ou responsáveis, enquanto outras não apresentam essa mesma oportunidade. Essas variações podem ser influenciadas

por uma série de fatores. Nesse contexto, é importante destacar a necessidade de a instituição estar aberta ao diálogo com os pais, a fim de fortalecer ainda mais a sua participação e a relação desses pais ou responsáveis com a escola, uma vez que tudo isso exerce um impacto significativo no processo de ensino dos alunos.

Diante desse contexto, juntamente com o questionário, forneceu-se aos pais um material didático/instrucional, no modelo de folder, que resume as informações essenciais sobre o produto educacional desenvolvido com base neste estudo. O objetivo é oferecer aos pais informações mais acessíveis sobre suas oportunidades de participação na gestão escolar democrática. Portanto, observou ser necessário realizar uma avaliação deste material.

Gráfico 21 – Opinião sobre o material didático/instrucional (folder).



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

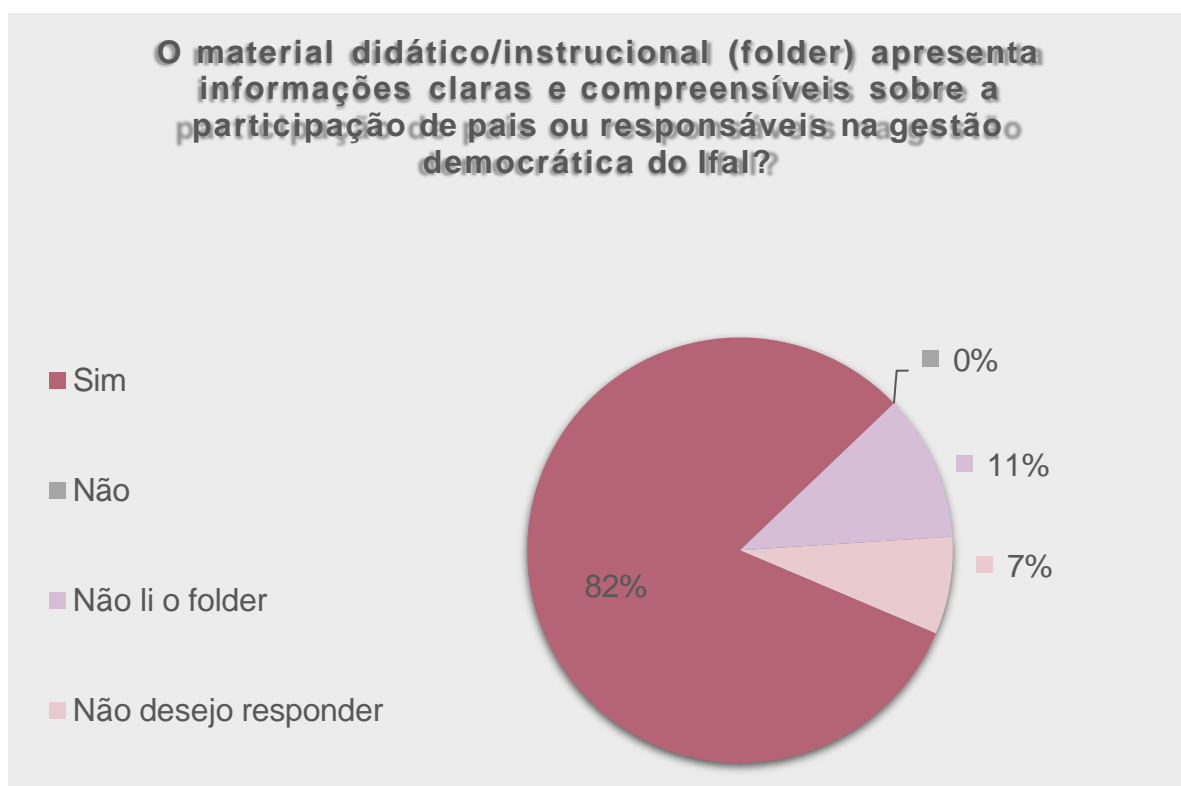
Dessa forma, as informações presentes no gráfico 21 refletem as opiniões dos pais ou responsáveis em relação ao material didático/instrucional (folder) relacionado à participação de pais e à gestão democrática na escola. A maioria dos pais ou responsáveis indicaram a aceitação do material e infere-se que o material foi percebido como relevante e útil na comunicação dos conceitos relacionados à

participação dos pais e à gestão democrática na escola.

Essas informações podem ser observadas, visto que 37% dos pais ou responsáveis, representado por 10 pais ou responsáveis, avaliaram o material como "excelente" e que 48% dos participantes, 13 pais ou responsáveis, considerou o folder como "bom".

Além disso, é notável que nenhum dos pais ou responsáveis tenha avaliado o material como "regular", "ruim" ou "péssimo". Isso sugere que o material foi positivamente acolhido pelos pais ou responsáveis. 4 pais ou responsáveis ainda responderam a opção "Não desejo responder" sobre o material didático/instrucional, indicando uma possível vontade de não compartilhar suas opiniões.

Gráfico 22 – Opinião sobre informações no material didático/instrucional (folder).



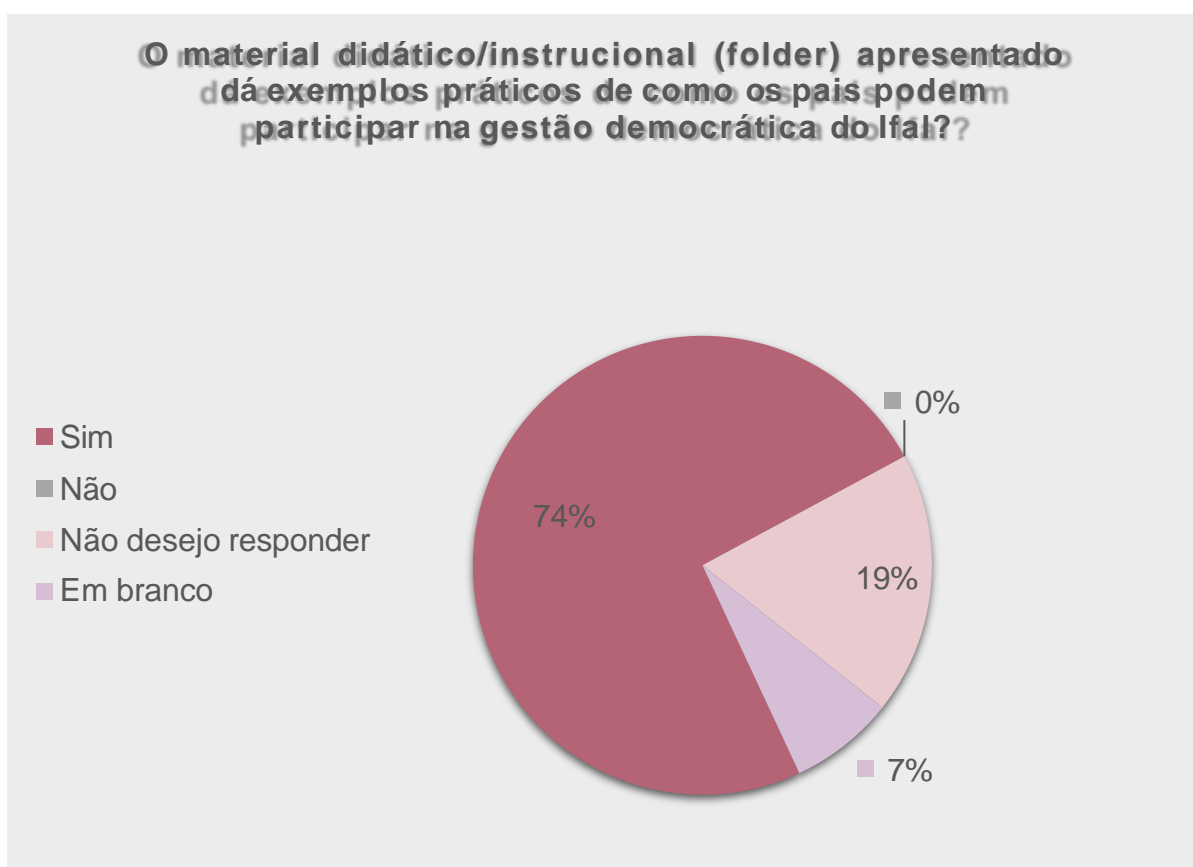
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já em relação a opinião dos pais sobre a clareza e compreensibilidade das informações contidas no material didático/instrucional (folder), o gráfico 22 mostra que 22 pais ou responsáveis, representado por 82%, na cor rosa-vermelha, sendo a maioria, respondem que sim, o material apresenta informações claras e compreensíveis, isso indica que a grande maioria dos respondentes considera que a

transmissão das informações relacionadas à participação dos pais na gestão democrática do Ifal, presentes no material, facilita a leitura e a compreensão.

Além disso, observou-se que nenhum dos pais ou responsáveis respondeu "não" à pergunta, o que sugere que ninguém encontrou dificuldades significativas em entender as informações apresentadas no material. No entanto, 3 pais ou responsáveis respondem que "não leu o folder", representando 11%, o que pode inferir vários contextos que impediram a leitura, mas não necessariamente reflete uma avaliação negativa da clareza das informações. Em relação aos 2 pais ou responsáveis que optaram por "Não desejo responder", apenas indica que preferiram não compartilhar a uma opinião sobre a clareza do material, demonstrando 7% das respostas.

Gráfico 23 – Opinião sobre exemplos práticos de como os pais podem participar na gestão democrática do Ifal no material didático/instrucional (folder).



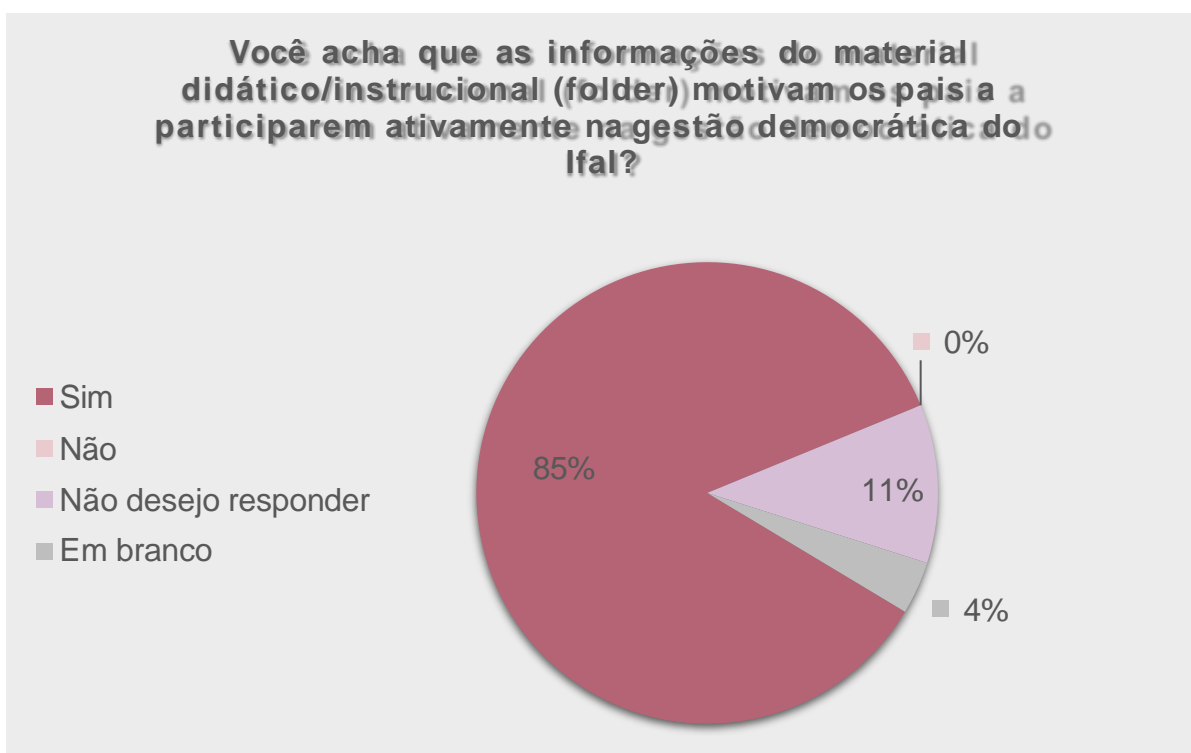
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No gráfico 23, as informações contidas tratam da avaliação dos pais ou responsáveis em relação à presença de exemplos práticos no material

didático/instrucional (folder) na gestão democrática do Ifal. Dessa forma, percebe-se que 20 pais ou responsáveis, sendo a maioria representada 74%, na cor rosa-vermelha, concordam que o material apresenta exemplos práticos de como os pais podem participar na gestão democrática do Ifal, o que demonstra que os pais ou responsáveis acham um material informativo.

Nessa avaliação, também se observou que nenhum dos pais ou responsáveis respondeu "não" à pergunta, o que significa que o material pode fornecer exemplos aos pais ou responsáveis interessados em participar ativamente na gestão democrática da escola. 5 pais ou responsáveis, o que representa 19%, optaram por não responder à pergunta, preferindo não compartilhar uma opinião sobre esse aspecto específico do material. Enquanto 2 pais ou responsáveis, com o percentual de 7%, deixaram a questão em branco, o que pode indicar que preferiram não responder à questão.

Gráfico 24 – Opinião sobre o material didático/instrucional (folder) motivar os pais a participarem ativamente na gestão democrática do Ifal.



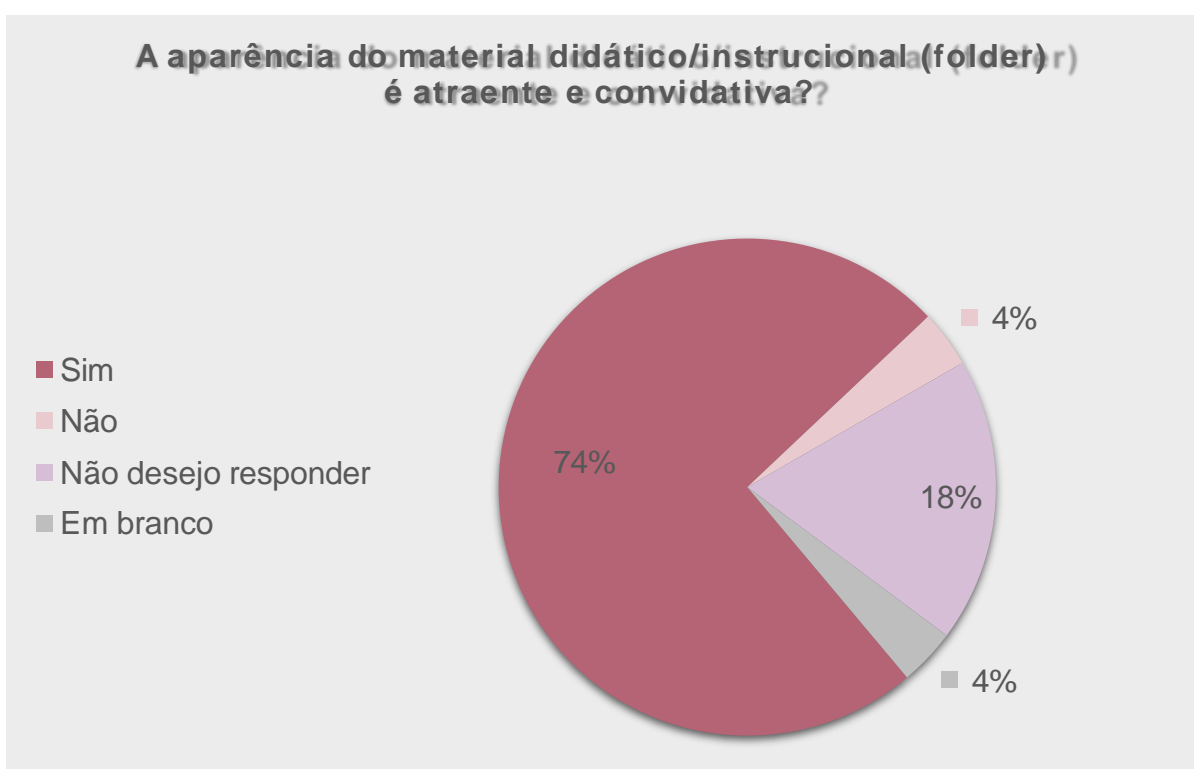
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já o gráfico 24, traz a avaliação dos pais ou responsáveis em relação à capacidade do material didático/instrucional (folder) de motivá-los a participar

ativamente na gestão democrática lfal, em que a maioria dos pais ou responsáveis, representada por 85%, ou seja, 23 pais ou responsáveis concordam que as informações do material motivam a participarem ativamente na gestão democrática do lfal. Nesse contexto, é possível inferir que essa correlação pode estar associada às informações previamente apresentadas nos gráficos 22 e 23. Isso se deve ao fato de que as informações indicam que o material em questão é informativo e inclui exemplos práticos. Essa abordagem parece incentivar os pais ou responsáveis a se envolverem de maneira mais proativa, pois eles adquirem um entendimento mais abrangente sobre como ocorrem os processos de gestão.

É notável que nenhum dos pais ou responsáveis respondeu "não" à pergunta, sugerindo que o material pode motivar os pais ou responsáveis a se envolverem nos processos de gestão escolar, mesmo que 3 pais ou responsáveis responderam a opção "Não desejo responder", representando 11%, na cor cinza e que 1 pai ou responsável deixou a questão em branco, na cor amarela, com percentual de 4%.

Gráfico 25 – Opinião sobre a aparência do material didático/instrucional (folder).



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que diz respeito à avaliação dos pais ou responsáveis em relação à aparência do material didático/instrucional (folder) sobre a participação na gestão

democrática do Ifal, o gráfico 25, mostra que a maioria dos participantes considerou a aparência do material atraente e convidativa, visto que 20 pais ou responsáveis, representado por 74%, na cor azul, dizem que sim, o material é visualmente atraente e convidativo. Contudo, 1 único pai ou responsável respondeu "não" à pergunta, inferindo-se que, em sua opinião, a aparência do material não chamou, visualmente, a sua atenção. Outros 5 pais ou responsáveis, responderam a opção “Não desejo responder”, totalizando 18%, na cor cinza e um outro pai ou responsável deixou a questão em branco.

Para além dessas informações, o questionário apresenta questões abertas para que os pais ou responsáveis se sentissem à vontade para opinarem sobre a temática. Desse modo, destacam-se por meio da tabela abaixo, com base nas respostas fornecidas, apresenta-se as principais as opiniões e observações dos participantes em relação às perguntas 26, 27, 28 e 29.

Tabela 4 – Respostas dos pais ou responsáveis em perguntas abertas.

PERGUNTAS	RESPOSTAS DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS
Questão 26	<i>“Poderia retirar a cor do fundo do texto? Para ter mais clareza. E colocar as cores mais vivas. Tirando esse efeito de papel antigo”</i>
Questão 27	<i>“É importante sim os pais estarem presentes no acompanhamento de seus filhos, mesmo porque a educação começa de casa”</i> <i>“A participação dos pais no ambiente escolar é de maior importância, pois ajuda a aproximar as pessoas que estão no ambiente com os responsáveis.”</i> <i>“É notório, que o desenvolvimento da aprendizagem, se faz em conjunto com todos os integrantes da comunidade escolar”</i>
Questão 28	<i>“Sugeria que o material fosse um pouco mais enxuto, na medida do possível, deixando a leitura mais arejada esteticamente. Isso o tornaria mais atrativo”</i> <i>“Que também possa ser ou estar disponível em plataforma online”</i>
Questão 29	

	<p><i>“Gostei da maneira como você abordou esse tema muito necessário”</i></p> <p><i>“O material é esclarecedor, pontuando alguns pontos significativos sobre a gestão democrática no âmbito escolar. Só alcançaremos bons resultados, com a participação de todos”</i></p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Percebe-se que os resultados do questionário indicam que a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar do Ifal ainda é um desafio. Esse estudo mostra que a maioria dos pais ou responsáveis conhece o tema da gestão escolar democrática, mas a maioria não está familiarizada com as leis e documentos específicos do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) que regulamentam a participação dos pais na gestão escolar.

Isso pode indicar que, embora os pais ou responsáveis tenham algum conhecimento sobre gestão escolar democrática, ainda há um déficit de informações sobre as especificidades da participação de pais ou responsáveis no Ifal, contudo, quando questionados sobre se sentem preparados para participar da gestão escolar do Ifal, uma parcela considerável afirmou estar preparada, o que demonstra vontade de participação mais ativa desses pais ou responsáveis envolvidos na pesquisa.

Em relação à percepção da participação de pais ou responsáveis na gestão escolar do Ifal, a maioria dos respondentes afirmou que a participação é importante e que contribui para o espaço democrático na escola, inclusive avaliando positivamente sua relação com a escola. No entanto, também houve relatos de dificuldades pessoais para participar das reuniões de pais ou responsáveis, o que pode indicar que ainda há obstáculos a serem superados para aumentar a participação dos pais ou responsáveis na gestão escolar.

No que se refere ao material didático/instrucional (folder) acerca da participação de pais ou responsáveis e a gestão democrática na escola, a maioria dos respondentes avaliou o material de forma positiva, afirmando que as informações são claras e compreensíveis, que o material apresenta exemplos práticos de como os pais podem participar na gestão democrática do Ifal e que o material é atraente e convidativo. Esses dados podem indicar que o material didático/instrucional pode ser um recurso importante para promover a participação como engajamento de pais ou

responsáveis na gestão escolar do Ifal.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES é marcada essencialmente de pesquisa translacional, ou seja, caminha na perspectiva de que os conhecimentos acadêmicos construídos em educação e ensino sejam aplicados em processos e produtos educativos, para atender às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais (Brasil, 2019).

Nesse sentido, os Produtos Educacionais, obrigatórios nos Mestrados Profissionais, devem contribuir para aliviar políticas públicas em temáticas de relevância e para a produção de serviços à comunidade, a partir do desenvolvimento de:

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019, p. 15).

De acordo o Anexo ao Regulamento 2022 do ProfEPT, os produtos educacionais devem contribuir com os processos educativos nos ambientes formais ou não formais da Educação Profissional e Tecnológica, além de estar em consonância com uma das Linhas de Pesquisa do Programa: (A) Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT); ou (B) Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. O trabalho final do curso deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante (Leite, 2018, p. 331).

Um material educativo é um objeto que proporciona informação e facilita a experiência de aprendizado, como um portador ou veículo de uma mensagem (Kaplún, 2003). Rizzatti et al. (2020), considera Produto Educacional o resultado tangível

proveniente de uma atividade de pesquisa, elaborado de forma individualizada ou em grupo e requer em sua descrição: as especificações técnicas; compartilhamento; registro; aderência às linhas de pesquisa e projetos; replicabilidade; desenvolvimento e avaliação juntamente ao público-alvo.

Nesse propósito, o produto educacional, **GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS**, encartado nesta Dissertação (Apêndice A), surge como proposta de ser um dos diversos canais de promoção do engajamento de pais ou responsáveis para participação na gestão, para que servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), possam utilizá-lo como instrumento formativo de pais ou responsáveis.

A estrutura do produto educacional está disposta com as seguintes seções: APRESENTAÇÃO; INTRODUÇÃO; O FOLDER COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO; SOBRE O FOLDER; SEÇÕES DO FOLDER; ORIENTAÇÕES PARA O USO DO FOLDER; REFERÊNCIAS.

Neste contexto, desenvolveu-se um folder formativo com a finalidade de divulgar informações relacionadas à gestão democrática aos pais ou responsáveis dos alunos, para ser utilizado por servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, nas reuniões de pais ou responsáveis e nos plantões pedagógicos, como um poderoso instrumento de comunicação e educação. Essa ferramenta tem como objetivo principal tornar mais acessível os princípios e práticas da gestão democrática do Ifal, fornecendo informações de maneira clara e sucinta sobre a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar. Por meio deste folder, os pais ou responsáveis poderão conhecer os diferentes espaços e formas de participação nas decisões e processos da gestão do Ifal.

O Produto Educacional apresenta o folder e suas seções. De acordo com Couto e Bernardon (2014), um folder é estruturado em seções, cuja quantidade pode variar conforme o número de dobras que o compõe. No caso do folder desenvolvido, possui duas dobras e está dividido em um total de 6 seções, no formato de carteira, que ocorre quando o papel é dobrado duas vezes para direção interna. Na face externa do folder são apresentadas informações prévias sobre o conteúdo formativo, englobando três seções: a capa, o expediente técnico e a apresentação. Na face interna do folder, destaca-se as informações destinadas aos pais ou responsáveis, abordando três seções essenciais: Gestão Democrática; Participação dos Pais ou

Responsáveis na Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Espaços de Participação na Gestão Democrática da EPT; e um Resumo.

Para avaliar o Produto Educacional, os servidores que integram a Equipe Pedagógica e a Equipe de Gestão do Ensino foram convidados a participar do questionário estruturado, durante visitas às salas de trabalho no campus. O questionário desenvolveu-se com base na Escala Likert e nos eixos pensados por Leite (2018) como proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino. Neste contexto, seguiram-se três eixos temáticos para compor os parâmetros fundamentais dessa avaliação: **Estética e organização, Estilo de escrita e Nível de criticidade**. Conforme Leite (2018), esses eixos temáticos são adotados como critérios avaliativos para produtos educacionais produzidos em programas de mestrado na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a qual destaca que não devem ser interpretados de forma absoluta, mas que servem de orientações para a avaliação desses produtos.

Posteriormente, os resultados obtidos discutidos, baseando-se na análise da avaliação do produto como instrumento de formação para pais ou responsáveis durante os momentos de interação entre a escola e a comunidade escolar. No que diz respeito às perguntas, os questionários são compostos por oito perguntas, todas alinhadas com os mencionados eixos temáticos.

Tabela 5 – Perguntas de questionário para servidores do Ifal.

PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO
1. Quanto à estética e organização, o produto educacional apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?
2. Quanto à estética e organização, o produto educacional promove uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção que é didático?
3. Quanto ao estilo de escrita, o produto educacional apresenta uma escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?
4. Quanto ao estilo de escrita, o produto educacional é atrativo e estimula a aprendizagem?

5. Quanto ao estilo de escrita, o produto educacional possibilita a aquisição de novos conhecimentos?

6. Quanto à criticidade, o produto educacional colabora com o debate da temática da participação de pais ou responsáveis na gestão democrática?

7. Quanto à criticidade, o produto educacional pode ser usado como instrumento de gestão do Instituto Federal de Alagoas nas reuniões de pais ou responsáveis?

8. Quanto à criticidade, o produto educacional contribui na atuação dos servidores das equipes pedagógicas do campus do Instituto Federal de Alagoas, para o fortalecimento da gestão democrática?

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto ao método adotado para mensurar a avaliação dos servidores, utilizou-se da escala Likert de cinco pontos, na qual "Concordo totalmente (CT)" representa o mais alto nível de concordância; "Concordo parcialmente (CP)" indica que o participante concorda com parte do que foi aqui, mas tem ressalvas em relação à outra parte; "Discordo totalmente (DT)" delimita o nível mínimo de concordância; "Discordo parcialmente (DP)" consiste no participante não concordar totalmente com uma afirmação, mas concordar com outras; e, por último, "Indiferente (I)" para indicar o ponto neutro da avaliação, em que um participante não tem preferência ou uma orientação a favor ou contra. Assim, este método permite descrever as percepções dos servidores durante uma avaliação, conforme ilustra abaixo:

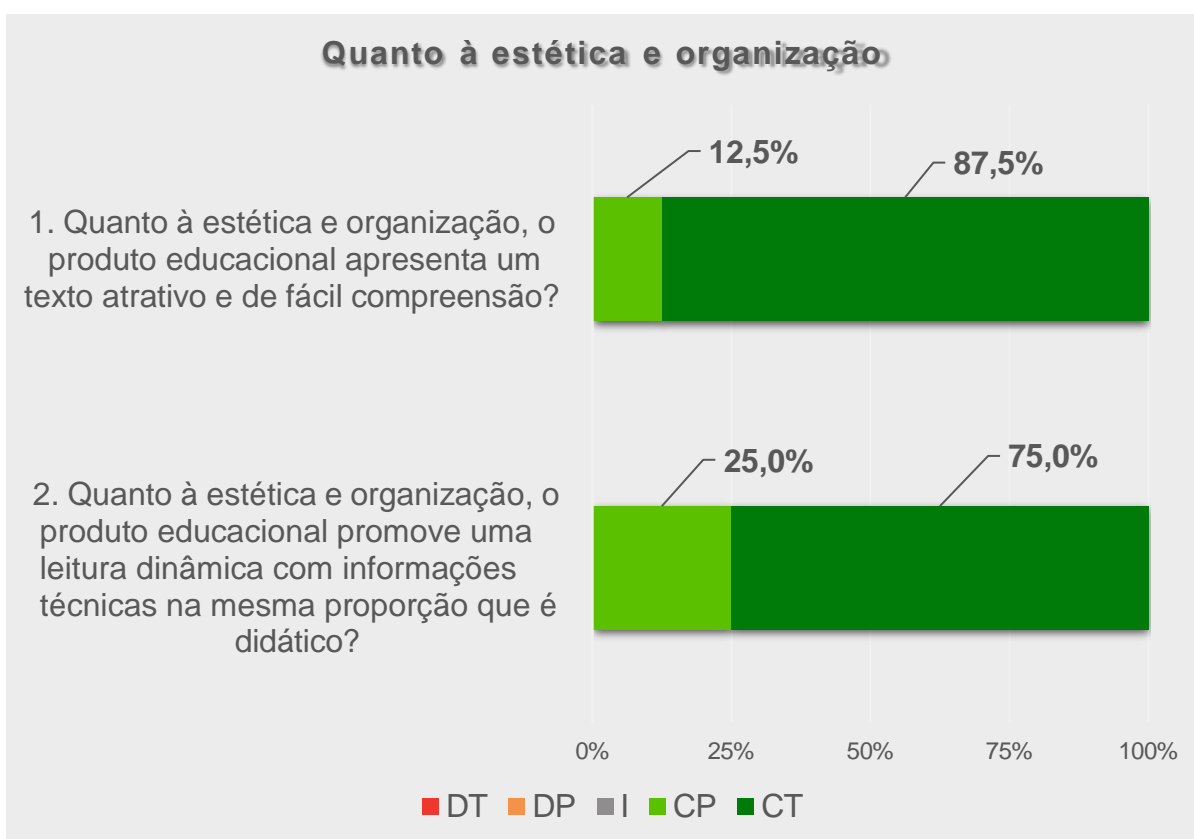
Figura 5: Escala Likert



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em relação ao eixo de estética e organização, foram formuladas duas perguntas com o propósito de avaliar a atratividade e a clareza do conteúdo do produto educacional. Estas questões se destinam a verificar se o material é capaz de chamar atenção dos pais ou responsáveis, ao mesmo tempo em que garante uma compreensão eficaz. Além disso, busca-se analisar se o produto promove uma leitura fluida e se apresenta uma estrutura didática apropriada para otimizar o processo de informação aos pais ou responsáveis.

Gráfico 26 – Quanto à estética e organização.



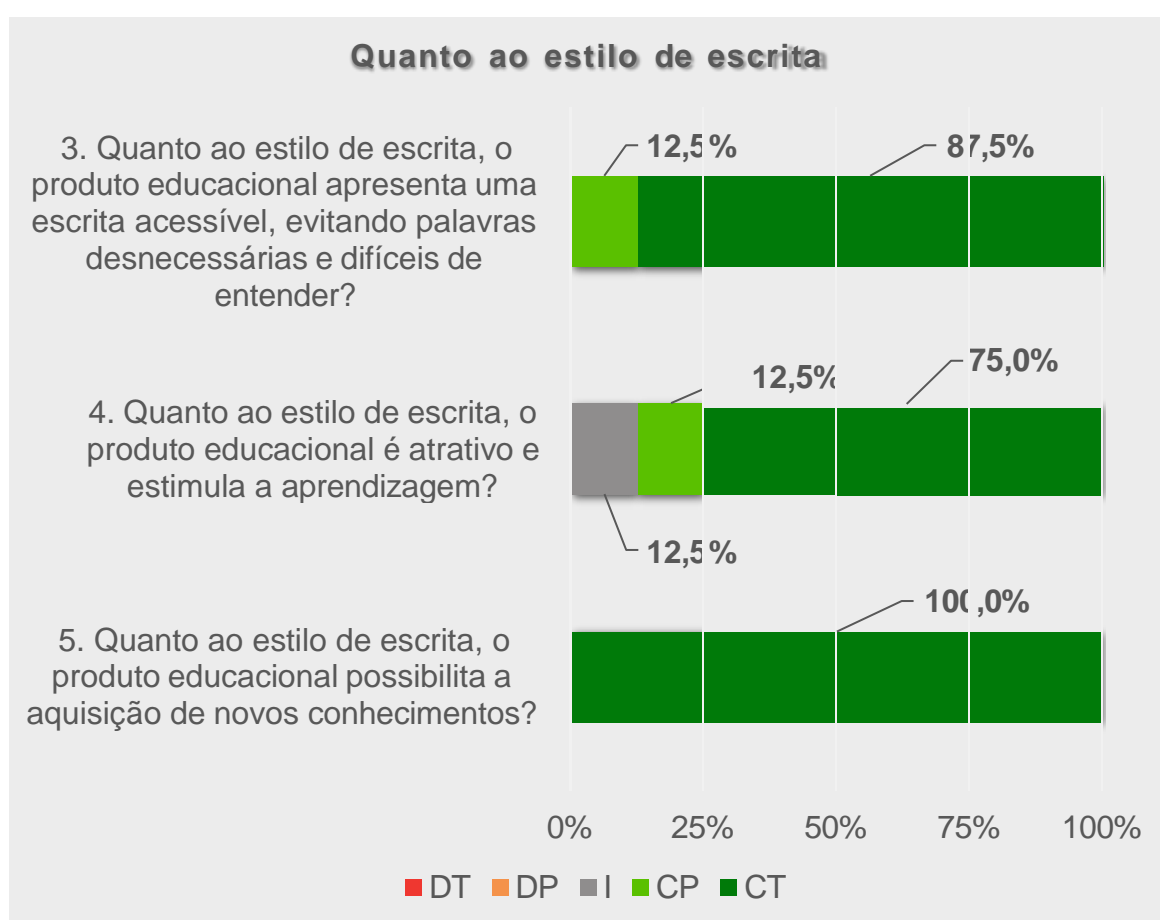
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De acordo com o método Likert, observa-se no gráfico 26 que a maioria dos servidores expressou positivamente em relação aos elementos relacionados ao eixo 1. Isso sugere que o conteúdo do produto educacional é percebido pelos participantes como atrativo, de fácil compreensão e informativo. Da mesma forma, pode-se concluir, nesse aspecto específico, a aprovação por parte dos servidores participantes, contemplando à sua organização clara e à capacidade de envolvimento que

demonstra ter para com os pais ou responsáveis.

No que se refere ao eixo de estilo de escrita, composto por 3 perguntas, o propósito reside na avaliação dos aspectos linguísticos do material em questão. Assim, busca-se aferir através dos servidores a capacidade do material de facilitar a aquisição de novos conhecimentos, verificar se sua atratividade contribui para o processo de aprendizagem e examinar se a linguagem utilizada é acessível, evitando o uso de palavras desnecessárias e de difícil compreensão.

Gráfico 27 – Quanto ao estilo de escrita.



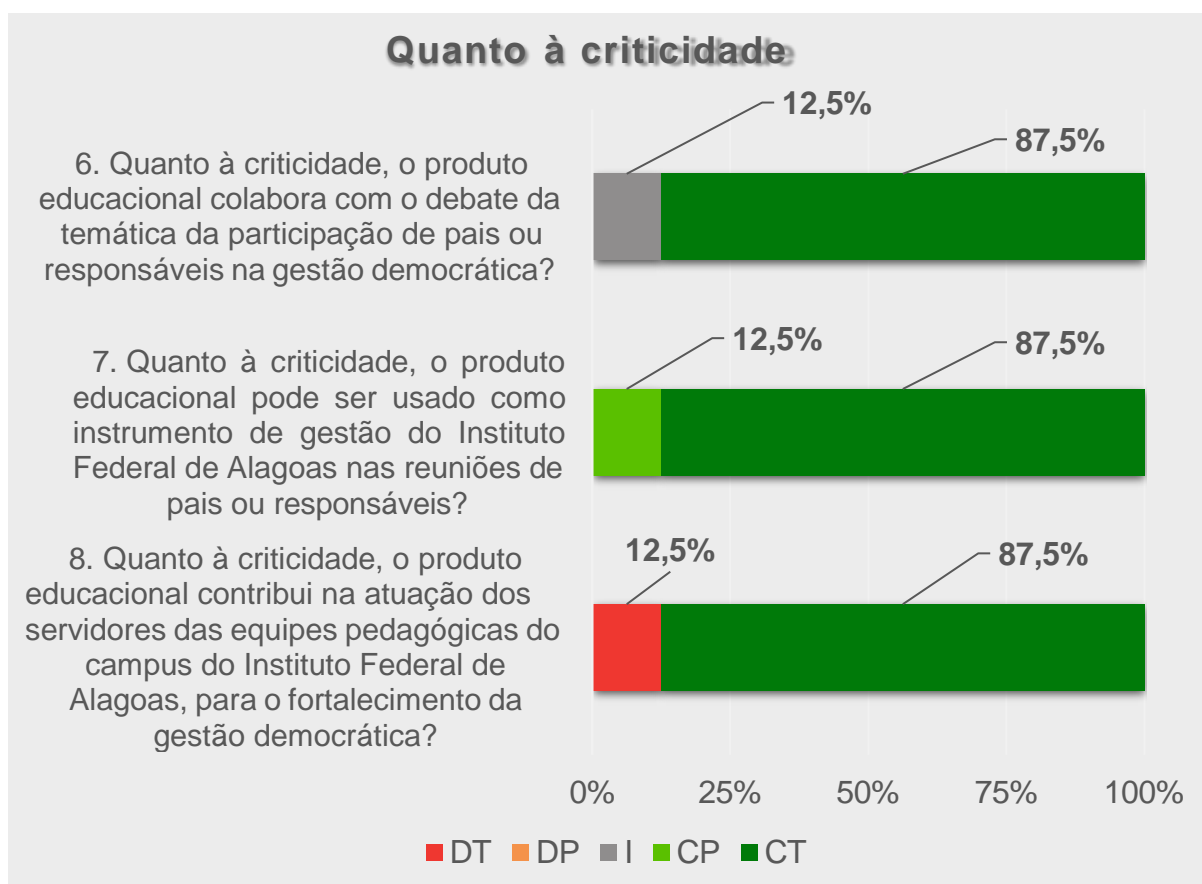
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os servidores que participaram concordam que há uma tendência em direção à aquisição de novos conhecimentos. Essa tendência se torna mais evidente ao notar que a maioria dos entrevistados ocorreu com a acessibilidade do texto, caracterizada pela eliminação de palavras com significados desnecessários ou ambíguos. Conseqüentemente, pode-se inferir que o produto educacional demonstra uma qualidade não que diz respeito aos aspectos linguísticos, capaz cativar o leitor e,

assim, facilitar o processo de aprendizagem. Isso se reflete na percepção dos participantes, que também afirmaram que o caráter do produto é atraente e estimulante para o aprendiz.

Por último e não menos importante, merece destaque o terceiro eixo, composto por três questões em que se busca avaliar a capacidade intrínseca do produto educacional em instigar debates durante o seu trabalho em momentos envolvendo os pais ou responsáveis. Nesse contexto, por meio da avaliação dos servidores, aferir se o material fomenta discussões inerentes à gestão democrática, se detém potencial enquanto instrumento de formação e, por conseguinte, se contribui na atuação dos servidores pertencentes às Equipes Pedagógicas e às de Gestão do Ensino do Ifal.

Gráfico 28 – Quanto à criticidade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A partir do gráfico 28, o Produto Educacional também se destaca com uma avaliação positiva, com um bom índice de aprovação em todas as perguntas. Portanto, considera-se que os participantes concordam que o produto educacional colabora com o debate da temática da participação de pais ou responsáveis na gestão

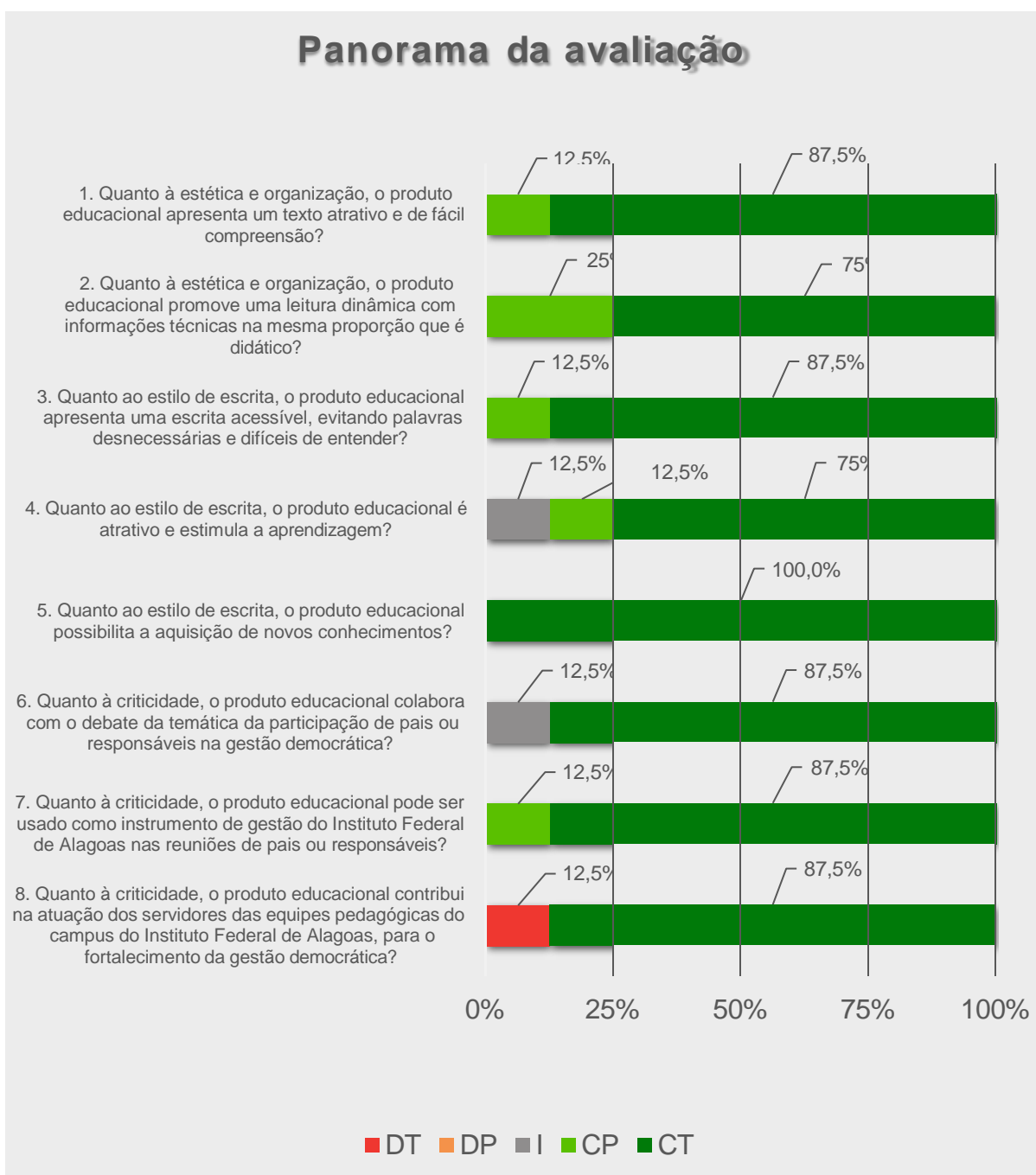
democrática. Isso significa que o material pode ser um bom fomento para iniciar discussões sobre a importância da participação de pais ou responsáveis na gestão da EPT.

Considerando isso, percebe-se que o produto educacional é um instrumento viável para a gestão do Instituto Federal de Alagoas, especialmente no contexto das reuniões com pais ou responsáveis, onde pode desempenhar a promoção da conscientização e da importância da participação desses sujeitos nos processos da gestão escolar. Além disso, importante ressaltar que, embora uma minoria dos participantes tenha expressado discordância em relação à contribuição do material para o desempenho das Equipes Pedagógicas, essa divergência é considerada relevante, pois serve como um indicativo de necessidade de aprimoramento do material em questão. Por fim, de maneira geral, percebe-se que os servidores atribuem relevância ao produto educacional no que tange ao uso por servidores das Equipes Pedagógicas e de Gestão do Ensino do Ifal.

A avaliação dos servidores sugere que o produto educacional é uma ferramenta adequada para a formação de pais ou responsáveis para participação na gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Ifal. Por meio de um resumo panorâmico abaixo, gráfico 29, verifica-se essa avaliação positiva que os servidores forneceram para o material, em que a maioria concorda, na maioria das perguntas, que o produto educacional é informativo, atraente, de fácil compreensão e que pode ser usado como instrumento pelos servidores das Equipes Pedagógicas.

Em síntese, a avaliação dos servidores indica que há um consenso sobre a utilidade e eficácia do Produto Educacional em relação aos eixos temáticos apresentados, como estética, organização, estilo de escrita e níveis de criticidade. Essas características positivas tornam o material uma ferramenta eficaz para que servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino possam utilizá-lo como instrumento formativo na promoção do engajamento de pais ou responsáveis para participação na gestão do Ifal.

Gráfico 29 – Panorama da avaliação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

6 CONCLUSÕES

A produção acadêmica brasileira sobre gestão democrática, por meio de autores que abordam a temática: Freire (2001), Libâneo (2001), Dourado (2006, 2008), Pacheco (2010, 2015), Lück (2009, 2013, 2015), Paro (2016, 2017), demonstram a importância do assunto para o cotidiano das escolas públicas brasileiras, em especial as da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), na direção de cumprir com a política e a legislação educacional.

Freire (2001) contribui com o seu vasto legado para o campo educacional em diversas temáticas, incluindo a defesa da interação entre família e escola, como visto na obra “A educação na Cidade”, a partir de sua experiência como Secretário da Educação do Município de São Paulo, na implantação de mecanismos democratizantes no interior da escola, para participação ativa dos sujeitos da comunidade escolar, deixando transparente que o maior patrimônio de escola são as pessoas que a compõem.

Libâneo (2001), Dourado (2006, 2008), Lück (2009, 2013, 2015) e Paro (2016, 2017), autores consagrados na temática da democratização no espaço escolar, defendem uma gestão escolar pautada na coletividade, através da participação efetiva nas decisões e ações da escola e convergem no pensamento da participação como uma maneira de promover a aproximação entre todos os sujeitos da comunidade escolar, na busca pela garantia de uma administração partilhada.

Pacheco (2010, 2015), autor de referência na temática Institutos Federais, apresenta em suas reflexões os fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais e propõe um aprofundar das temáticas inerentes à Educação Profissional e Tecnológica, como por exemplo: Ensino Médio Integrado, Omnilateralidade e Politecnia.

Dialogar sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão das instituições escolares que compõem a RFEPCT possibilita planejar um caminho para práticas de gestão democráticas, descentralizadas e participativas da educação escolar pública, a partir da legislação educacional nacional, de documentos do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e da literatura de autores, pela relevância da **gestão democrática** no contexto das escolas públicas, na participação de pais ou responsáveis na tomada de decisão nos assuntos pedagógicos, políticos, administrativos e financeiros.

O estudo concluiu, comprovando a hipótese de que ainda há necessidade de o Instituto Federal de Alagoas aprimorar os mecanismos de informação e de formação para pais ou responsáveis na promoção da participação engajada na gestão do campus. Ainda identificou que a participação de pais ou responsáveis no Ifal ainda é meta a ser aprimorada e ampliada por meio dos normativos institucionais e do trabalho constante das Equipes Pedagógicas e de Gestão do Ensino, como a implementação de ações para contribuir na efetiva participação de pais ou responsáveis na gestão do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), na busca para que a instituição seja mais democrática e inclusiva, com o aprimoramento de canais de informação e de formação que promovam o engajamento dos pais ou responsáveis para participação nessa gestão democrática, além de ampliar e fortalecer os espaços de participação assegurados em normativos institucionais.

Com efeito, destaca-se que o Conselho de Campus (Concamp) é um espaço privilegiado de participação na gestão escolar do Ifal. Essa participação é importante para garantir a representatividade dos pais ou responsáveis no processo de tomada de decisão sobre as políticas de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral do campus. Os pais podem trazer para o debate suas experiências e perspectivas, o que pode ajudar a identificar problemas e oportunidades de melhoria, fortalecendo o vínculo entre a escola e a família, o que é essencial para o sucesso do processo educativo. Esse espaço de participação é importante porque permite que eles se envolvam diretamente na vida escolar de seus filhos.

O objetivo geral da investigação, com a avaliação positiva do folder disponibilizado aos pais ou responsáveis e do produto educacional avaliado pelos servidores do Instituto Federal de Alagoas é um sinal encorajador para que as Equipes Pedagógicas e as de Gestão do Ensino possam promover a participação como engajamento na gestão democrática dos campi da autarquia federal. Esses resultados revelam a importância de democratizar a escola e torná-la uma instituição aberta à comunidade, com o fortalecimento da participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escolar. A participação destes na escola e na vida escolar dos estudantes tende a contribuir para o êxito na formação humana e profissional das novas gerações.

Sugerimos, como servidor que também integra a Equipe Pedagógica, a utilização do Produto Educacional, prioritariamente, no início de cada ano letivo, por

meio das reuniões de pais de estudantes ingressantes no 1º Ano, de forma que seja possível apresentar os espaços de participação de pais ou responsáveis na gestão escolar e colaborar na superação de modelos mecanizados na forma de administrar a escola, contribuindo para a constituição de uma gestão do campus mais flexível, participativa, aberta e transparente. Essa ação contribuirá para aprimorar os mecanismos de gestão da EPT, iniciativa que tende a contribuir com a consolidação de uma cultura de valorização da formação escolar de nível médio e da formação profissional integrada ao Ensino Médio, colaborando para consolidar o Ensino Médio Integrado (EMI) como modalidade de ensino, no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCCT).

Portanto, a participação de pais ou responsáveis na gestão da EPT é incentivada pelo Ifal. Ao participar da gestão da EPT, pais ou responsáveis podem colaborar com os processos de tomada de decisões que não se restringe às equipes gestoras e assim, estreitar os laços entre a gestão do ensino e as famílias, como uma ação que objetiva o êxito do processo de ensino-aprendizagem e na qual a Instituição aprende sobre a realidade local enquanto os participantes desenvolvem habilidades de compreensão e gestão dos bens públicos. Essa participação da comunidade escolar nos processos de gestão escolar aplicados à EPT, contribuem para consolidar a EPT como uma modalidade de ensino que valoriza o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a transferência de tecnologia e saberes para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Diego dos Santos. História, memória e imagem quilombola: o vídeo educativo como recurso didático no currículo do ensino médio integrado. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maceió – AL, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 128/2022, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 62. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023a. E-Book.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/642419>. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 16, de 26 de novembro de 1999**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 26 nov. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer_1699.pdf. Acesso em: 29 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Caderno 5. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Histórico. Brasília: MEC, 2022a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20204>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF, 24 maio 2016.

COUTO, Genivaldo Bonifácio; BERNARDON, Maura. O gênero folder e suas contribuições no processo de ensino/aprendizagem de LEM-inglês. In: **PARANÁ. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Cadernos PDE. 1. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão em educação escolar**. 4. ed. Cuiabá: UFMT / Rede e-Tec Brasil, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia/GO**. Goiânia: Alternativa, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática**

educativa. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. 2006, v. 14, n. 50, pp. 27-38.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IFAL. **Organograma**. *In*: Portal do Ifal. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/ORGANOGRAMASANTANADOIPANEMA2023.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/legislacao-e-normas/arquivos/plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023.pdf/view>. Acesso em: 25 mai. 2022.

IFAL. **Regimento Geral do Instituto Federal de Alagoas**. 2018. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica-da-estrutura-organizacional-e-das-competencias/arquivos/regimento-geral-do-ifal.pdf/view>. Acesso em: 25 mai. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. *In*: MOLL, Jaqueline e Cols. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 253-270.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Trabalho como Princípio Educativo. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, fev. 1989, p. 21-28. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/download/1118/1123>. Acesso em: 25 mai. 2022.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. VII Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ). **Atas CIAIQ**, 2018, p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LÜCK, Heloísa *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Ática, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, fev./jun. 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro, EPU, 2018.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores**. 2016. 207 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

OBSERVATÓRIO DA EPT. **Linha do tempo**. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/sobre-ept/linha-do-tempo>. Acesso em: 13 out. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da Estrutura da Escola**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2016. E-book.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2017. E-book.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PROFEPT. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. **Anexo ao Regulamento Geral - 2022**. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Regulamentos/1Anexo_ao_Regulamento_ProfEPT2023.pdf. Acesso em: 13 out. 2023. 2022a.

PROFEPT. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. **Regulamento Geral - 2022**. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Acesso em: 13 out. 2023. 2022b.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os Produtos e Processos Educacionais dos Programas de Pós-Graduação Profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

ROVER, Ardinete; MELLO, Regina Oneda. **Normas da ABNT**: orientações para a produção científica. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: autores associados, 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

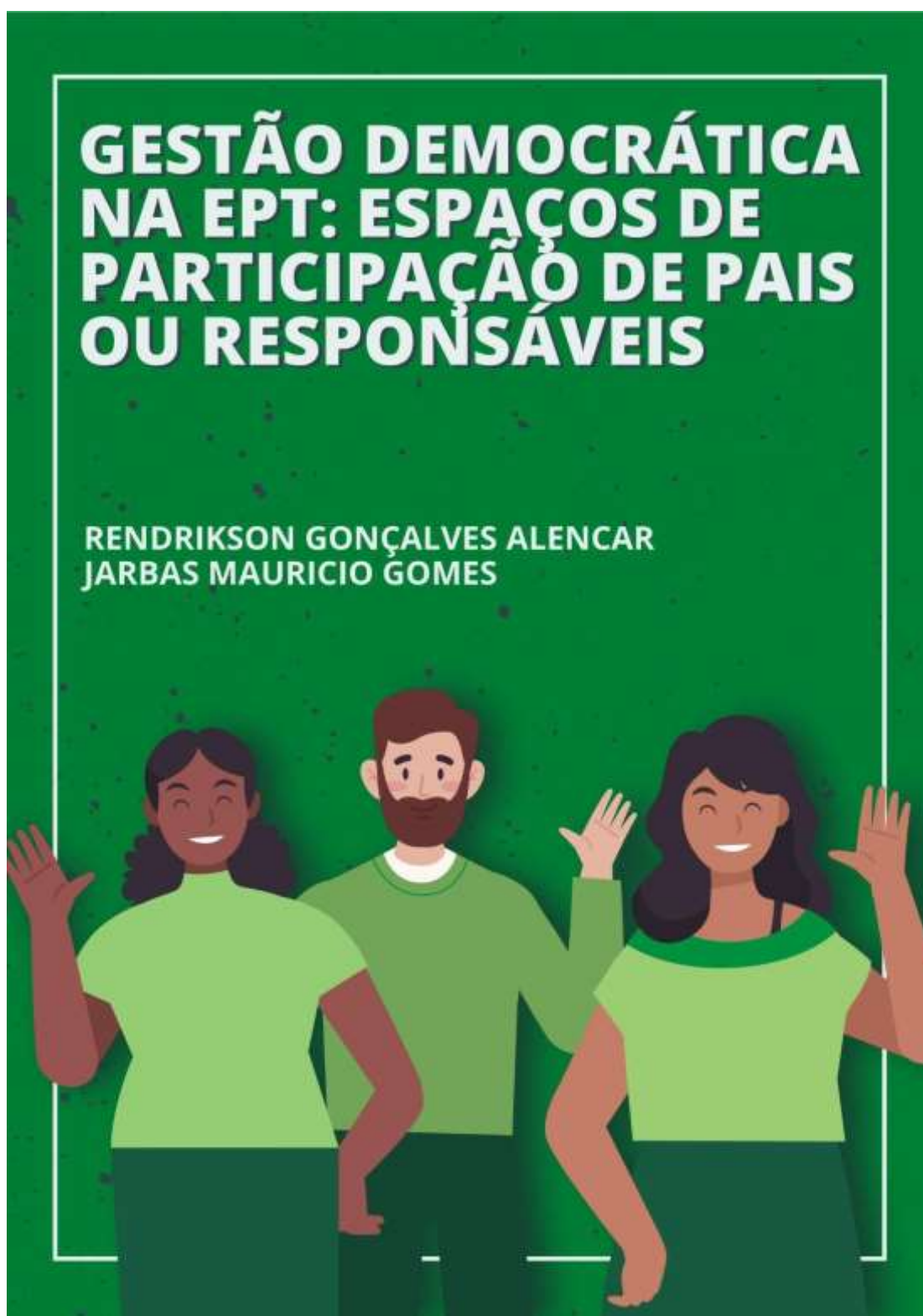
SHIROMA, Eneida Oto. *et al.* Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. *In*: Stephen J. Ball; Jefferson Mainardes. (Org.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011, v. 1, p. 222-248.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. v. 31, n. 3, pp. 443-466. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Biblioteca Central. **Procedimentos para elaboração de citações (NBR 10520:2023) e referências (NBR 6023:2018) conforme ABNT**. Florianópolis: BU/UFSC, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180833>. Acesso em: 09 out. 2023.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



EXPEDIENTE TÉCNICO

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL)

REITOR: Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO: Eunice Palmeira da Silva

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO: Joabe Gomes de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT/IFAL)

COORDENAÇÃO ACADÊMICA LOCAL: Beatriz Medeiros de Melo

PRODUÇÃO: Rendrikson Gonçalves Alencar
Jarbas Mauricio Gomes

PROJETO GRÁFICO: Barbara Pereira da Silva
Alan Fagner Ferreira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

A368g

Alencar, Rendrikson Gonçalves.
Gestão democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis /
Rendrikson Gonçalves Alencar, Jarbas Mauricio Gomes. – 2023.
25 f. : il.
ISBN: 978-65-00-89584-1

Produto Educacional da Dissertação - A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da educação profissional e tecnológica do Ifal (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2023.

1. Educação. 2. Gestão Escolar. 3. Espaço - Participação. 4. Gestão - Pais.
5. Produto Educacional. I. Gomes, Jarbas Mauricio. II. Título.

CDD: 371

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796



Produto Educacional desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal-CABB).

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto: Organização de espaços pedagógicos da EPT.

Título da pesquisa: A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do IFAL.



Acesse este Produto Educacional por meio de QR CODE acima.



SUMÁRIO

Apresentação	4
Introdução	6
O folder como instrumento de formação	8
Sobre o folder	9
O folder formativo	10
Seções do folder	11
Orientações sobre o uso do folder	16
Referências	21

APRESENTAÇÃO

A Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES é marcada essencialmente de pesquisa translacional, ou seja, caminha na perspectiva de que os conhecimentos acadêmicos construídos em educação e ensino sejam aplicados em processos e produtos educativos, para atender às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais (Brasil, 2019).

Nesse sentido, os Produtos Educacionais, obrigatórios nos Mestrados Profissionais, devem contribuir para aliviar políticas públicas em temáticas de relevância e para a produção de serviços à comunidade, a partir do desenvolvimento de:

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019, p. 15).



De acordo o Anexo ao Regulamento 2022 do ProfEPT, os produtos educacionais devem contribuir com os processos educativos nos ambientes formais ou não formais da Educação Profissional e Tecnológica, além de estar em consonância com uma das Linhas de Pesquisa do Programa: (A) Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT); ou (B) Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. O trabalho final do curso deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante (Leite, 2018, p. 331).

Um material educativo é um objeto que proporciona informação e facilita a experiência de aprendizado, como um portador ou veículo de uma mensagem (Kaplún, 2003). Rizzatti et al. (2020), considera Produto Educacional o resultado tangível proveniente de uma atividade de pesquisa, elaborado de forma individualizada ou em grupo e requer em sua descrição: as especificações técnicas; compartilhamento; registro; aderência às linhas de pesquisa e projetos; replicabilidade; desenvolvimento e avaliação juntamente ao público-alvo.

Nesse propósito, este produto educacional, **GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS**, surge como proposta de ser um dos diversos canais de promoção da participação de pais ou responsáveis na gestão, para que servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), possam utilizá-lo como instrumento formativo de pais ou responsáveis.



RENDRIKSON GONÇALVES ALENCAR

Pedagogo-Área (Ifal-CSAN)

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal-CABB)

JARBAS MAURICIO GOMES

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ifal-CPEN)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

(ProfEPT/Ifal-CABB)

Doutor em Educação (UFSCar)

INTRODUÇÃO

Por pequena que seja, em comparação com tudo o que há por fazer na escola, a contribuição que os pais podem dar para o processo pedagógico escolar precisa ser levada em conta para evitar o risco de se ignorar algo que é imprescindível para o bom desempenho dos alunos (Paro, 2001, p. 111).

A gestão escolar ou gestão educacional configura uma mudança de contexto da educação brasileira, como um esforço de superação às teorias de administração em direção a uma abordagem mais dinâmica, participativa e democrática dos processos escolares e de ensino. A concepção de gestão escolar democrática está amparada na Constituição Federal de 1988, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei Federal 9.394/96) e sistematizada no Plano Nacional da Educação 2014-2024, por meio de diretrizes, metas e estratégias, para promoção de uma construção coletiva dos projetos e processos pedagógicos do ambiente escolar.

Nesse contexto, democratizar a escola, torná-la uma instituição aberta à comunidade, passa pelo fortalecimento da participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escolar. A participação destes na escola e na vida escolar dos estudantes tende a contribuir para o êxito na formação humana e profissional das novas gerações.

A inquietação sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão no cotidiano das atividades escolares e no acompanhamento dos



processos de ensino, somada à percepção de ausência destes no âmbito da gestão escolar da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) motivou a elaboração desse material.

Nesse sentido, revisitar os processos de gestão do ensino e pensar os espaços de participação de pais e responsáveis na gestão escolar se apresenta como um instrumento de aprimoramento dos mecanismos de gestão, aqui aplicada à EPT, iniciativa que tende a contribuir com a consolidação de uma cultura de valorização da formação escolar de nível médio e da formação profissional integrada ao Ensino Médio, colaborando para consolidar o Ensino Médio Integrado (EMI) como modalidade de ensino, no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Dessa forma, dialogar sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão das instituições escolares que compõem a RFEPCT possibilita planejar um caminho para práticas de gestão democráticas, descentralizadas e participativas da educação escolar pública. Seguindo esse caminho, buscamos apresentar espaços de atuação em que pais ou responsáveis podem participar ativamente da gestão escolar e colaborar na superação de modelos mecanizados na forma de administrar a escola, contribuindo para a constituição de uma gestão mais flexível, participativa, aberta e transparente.



O FOLDER COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO



SOBRE O FOLDER

Um folder é um material impresso, informativo e didático, comumente em formato A4, com informações em ambos em lados da folha, podendo ser dobrado em duas ou mais partes. Este recurso representa uma ferramenta de comunicação visual eficiente e acessível, adequada para uma ampla variedade de finalidades, incluindo divulgação, promoção, informação e conscientização. No âmbito educacional, o folder assume um papel significativo, uma vez que pode ser empregado pela gestão escolar como uma estratégia para disseminar informações e promover ações no ambiente escolar.

Neste contexto, desenvolveu-se um folder formativo com a finalidade de divulgar informações relacionadas à gestão democrática aos pais ou responsáveis dos alunos, para ser utilizado por servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, nas reuniões de pais ou responsáveis e nos plantões pedagógicos. Assim, o folder formativo revela-se um poderoso instrumento de comunicação e educação, capacitando os pais ou responsáveis a desempenhar um papel ativo no ambiente escolar de seus filhos.



Essa ferramenta tem como objetivo principal tornar mais acessível os princípios e práticas da gestão democrática na escola, fornecendo informações de maneira clara e sucinta sobre a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar. Por meio deste folder, os pais ou responsáveis poderão conhecer os diferentes espaços e formas de participação nas decisões e processos escolares.

O FOLDER FORMATIVO

Informações da face externa



Este material didático é parte integrante do produto educacional desenvolvido ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PPG-EP/Tec).

O advento da gestão escolar e da gestão educacional configurou uma instância de comando na educação brasileira, ampliando o processo de democratização da escola ao concebê-la como uma instituição aberta à comunidade e na qual a participação dos pais ou responsáveis se constitui como um meio de fortalecimento da relação entre os estudantes e a escola.

A participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escolar se constitui como um importante mecanismo de auxílio de performance e bom estudante, na medida em que contribui para a formação de sujeitos atuantes e críticos sobre a realidade.

A gestão escolar democrática e participativa, em síntese, requer que toda a comunidade escolar contribua com a defesa de uma escola de excelência e corresponsabilidade social.

EXPEDIENTE TÉCNICO

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)

Reitor
Carlos Gustavo de Lencina

Pro-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Bruno Palhares de Silva

Programa de PÓS-GRADUAÇÃO em Educação Profissional e Tecnológica (PPG-EP/Tec)

Coordenação Acadêmica Local
Aécio Antônio de Melo

Orientação
Jairbas Maurício Góes

Produção
Rendrierson Gonçalves Alencar
Jairbas Maurício Góes

Projeto Gráfico
Alan Fagner Farias e
Rafaela Pereira de Silva



ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT

RENDRIERSON GONÇALVES ALENCAR
JAIRBAS MAURÍCIO GÓES



Informações da face interna

A GESTÃO DEMOCRÁTICA

"No processo que visa, em resumo, a uma gestão que visa ao bem da escola, a contribuição que os pais podem dar para o processo pedagógico escolar precisa ser levada em conta para evitar o risco de se ignorar algo que é imprescindível para o bom desempenho das escolas". (SILVA, 2009, p. 10)

A concepção de gestão escolar democrática está presente na legislação educacional e é:

- Anunciada na Constituição Federal de 1988;
- Regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei Federal 9.394/96;
- Sistematizada no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, por meio de diretrizes, metas e estratégias, para promoção de uma construção coletiva dos projetos e processos pedagógicos do ambiente escolar.

A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT

O Instituto Federal de Alagoas tem como meta fortalecer a gestão democrática e participativa. Isso está inserido em documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPGI) e nos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.

Por meio do objetivo estratégico n. 5, o Ifal anuncia um conjunto de iniciativas que visam promover a gestão democrática com a participação da sociedade e da comunidade acadêmica junto aos gestores nos processos de tomada de decisão.

O PDI 2019-2023 tem como uma de suas diretrizes que a política de ensino seja pautada por uma concepção de gestão democrática de modo que, também, o ensino contribua para "impulsionar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postulado no Artigo 14 da educação nacional contida na Constituição Federal, na LDBEN n. 9394/1996, na Lei 11.802/2008 e legislações correlatas".

SÃO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EPT:

Nos Planários Pedagógicos
do Conselho de Campus – Consampa

Os planários pedagógicos, formados por membros de Pais e Membros Alados no Ifal, são o principal espaço de participação de pais e/ou responsáveis.

Os planários são espaços de reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem, constituindo-se como uma via de mão dupla na qual participam pais, responsáveis, professores, equipe pedagógica, coordenadores de curso e a direção da escola.

O Consampa é um espaço privilegiado de participação na gestão escolar. Ele é um órgão de caráter consultivo e deliberativo cujo finalidade é regulamentar e orientar as atividades de cada Campus, segundo as orientações do Conselho Superior.

O Consampa é uma instância que democratiza o tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, pós-graduação e administração geral de cada Campus.

RESUMINDO

- A participação de pais e responsáveis na gestão da EPT é promovida pelo Ifal;
- Os pais e responsáveis podem colaborar com os processos de tomada de decisão que afetam o ensino e a aprendizagem;
- Estabelecer os laços entre a gestão do ensino e as famílias é uma ação que objetiva o bem do processo de ensino-aprendizagem;
- A participação dos pais e responsáveis na gestão da EPT é uma realidade do Ifal, em que a instituição age em sintonia com a realidade local enquanto os participantes demonstram habilidades de compreensão e gestão dos bens públicos;
- A participação da comunidade escolar nos processos de gestão escolar aproxima a EPT e contribui para consolidar a EPT como uma realidade de ensino que valoriza o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a inserção da comunidade e o saber para a sociedade.

SEÇÕES DO FOLDER

De acordo com Couto e Bernardon (2014), um folder é estruturado em seções, cuja quantidade pode variar conforme o número de dobras que o compõe. No caso deste material, que possui duas dobras, está dividido em um total de seis seções, no formato de carteira, que ocorre quando o papel é dobrado duas vezes para direção interna. Nesse sentido, na face externa do folder, são apresentadas informações prévias sobre o conteúdo formativo, englobando três seções: a capa, o expediente técnico e a apresentação.



CAPA

A capa do folder desempenha um papel crucial nesse material didático/instrucional, uma vez que é a primeira seção que pais ou responsáveis irão encontrar. A sua ênfase reside em ser atrativa e cativante, com o intuito de chamar a atenção do leitor e incentivá-lo a explorar o conteúdo. Isso é alcançado através da apresentação de um título destacado, como por exemplo, "ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT," que ressalta o propósito do documento, ou seja, informar os pais ou responsáveis sobre as formas de participação na gestão democrática do ensino profissionalizante e tecnológico no contexto do IFAL.

EXPEDIENTE TÉCNICO

O expediente técnico é a seção que tem como principal finalidade fornecer informações gerais sobre o grupo de pessoas e instâncias envolvidas na produção desse material. Essa seção do folder foi criada para comunicar de forma clara e detalhada, com foco em informação e esclarecimento, aos pais ou responsáveis.

EXPEDIENTE TÉCNICO

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)

Rector

Carlos Guedes de Lacerda

Pró-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação
Eusce Palmeira da Silva

Programa de PÓS-GRADUAÇÃO em Educação
Profissional e Tecnológica (ProFEPT/Ifal)

Coordenação Acadêmica Local

Reitor Medeiros de Melo

Orientação

Jerfany Mauricio Gomes

Produção

Rendrickson Gonçalves Alencar
Jerfany Mauricio Gomes

Projeto Gráfico

Alan Fagner Ferreira
Barbara Pereira da Silva



APRESENTAÇÃO

Este material didático é parte integrante do produto educacional desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT/Ifal).

O advento da gestão escolar e da gestão educacional configurou uma mudança de contexto na educação brasileira, ampliando o processo de democratização da escola ao concebê-la como uma instituição aberta à comunidade e na qual a participação dos pais ou responsáveis se consolidou como um meio de fortalecimento da relação entre os estudantes e a escola.

A participação dos pais e/ou responsáveis nos processos de gestão escolar se constitui como um importante mecanismo de auxílio de permanência e êxito estudantil, na medida em que contribui, pelo exemplo, para a formação de sujeitos atuantes e críticos sobre a realidade.

A gestão escolar democrática e participativa, em essência, requer que toda a comunidade escolar contribua com a defesa de uma escola de excelência com qualidade social.

APRESENTAÇÃO

A apresentação do folder é a segunda seção na qual os pais ou responsáveis encontrarão ao abrir o folder. Na apresentação um texto introdutório informa que o folder faz parte do produto educacional desenvolvido no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT/Ifal). Além disso, o texto apresenta um resumo dos pontos essenciais relacionados à gestão democrática, enfatizando a importância da participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão escolar.

Na face interna do folder, destacam-se as informações destinadas aos pais ou responsáveis, abordando três seções essenciais: Gestão Democrática; Participação dos Pais ou Responsáveis na Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Espaços de Participação na Gestão Democrática da EPT; e um Resumo.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA

"Por pequena que seja, em comparação com tudo o que há por fazer na escola, a contribuição que os pais podem dar para o processo pedagógico escolar precisa ser levada em conta para evitar o risco de se ignorar algo que é imprescindível para o bom desempenho dos alunos". - Vitor Henrique Paris.

A concepção de gestão escolar democrática está presente na legislação educacional, e é:

- Amparada na Constituição Federal de 1988;
- Regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei Federal 9.394/96);
- Sistematizada no Plano Nacional da Educação 2014-2024, por meio de diretrizes, metas e estratégias, para promoção de uma construção coletiva dos projetos e processos pedagógicos do ambiente escolar.

A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT

O Instituto Federal de Alagoas tem como meta fortalecer a gestão democrática e participativa. Isso está impresso em documentos institucionais como o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP) e nos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023).

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Esta seção inaugura as informações cruciais destinadas aos pais ou responsáveis, enfatizando a gestão democrática na educação como um modelo de gestão que abrange a participação de todos os membros da comunidade escolar, incluindo pais ou responsáveis. Além disso, essa seção traz que o conceito está amparado pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei de Diretrizes, pela Bases da Educação Nacional (LDBEN) e sistematizado no Plano Nacional da Educação (PNE), os quais estabelecem princípios e diretrizes que norteiam a gestão democrática na educação.

A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT

Esta seção enfatiza o compromisso do IFAL em fomentar um modelo de gestão democrática e participativa, onde a inclusão dos pais ou responsáveis é valorizada. A explanação sobre essa participação é desenvolvida ao longo das três seções, com destaque significativo na segunda seção da face interna do folder. Dessa forma, aborda-se a integração desse compromisso institucional com fundamentos consignados em documentos oficiais, tais como o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), bem como nos objetivos delineados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Esta seção também descreve áreas específicas de participação para pais ou responsáveis, focalizando os Plantões Pedagógicos e o Conselho de Campus (Concamp).

Por meio do objetivo estratégico n. 5, o IFAL anuncia um conjunto de iniciativas que visam promover a gestão democrática com a participação da sociedade e da comunidade acadêmica junto aos gestores nos processos de tomada de decisão.

O PDI 2019-2023 tem como uma de suas diretrizes que a política de ensino seja pautada por uma concepção de gestão democrática de modo que, também, o ensino contribua para "consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN n. 9394/1996, na Lei 11.802/2008 e legislações correlatas".

SÃO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EPT:

Nos Plantões Pedagógicos No Conselho de Campus - Concamp

Os plantões pedagógicos, formato de reuniões de Pais e Mestres adotado no IFAL, são o principal espaço de participação de pais e/ou responsáveis.

Os plantões são espaço de reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem, constituindo-se como uma via de mão dupla na qual participam pais, responsáveis, professores, equipe pedagógica, coordenadores de curso e a direção da escola.

O Concamp é um espaço privilegiado de participação na gestão escolar. Ele é um órgão de caráter consultivo e deliberativo cuja finalidade é regulamentar a execução das atividades de cada Campus, seguindo as orientações do Conselho Superior.

O Concamp é uma instância que democratiza a tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, pós-graduação e administração geral de cada Campus.

RESUMINDO

- A participação de pais e responsáveis na gestão da EPT é incentivada pelo Ifai;
- Ao participar da gestão da EPT, pais e responsáveis podem colaborar com os processos de tomada de decisões que não se restringe às equipes gestoras;
- Estreitar os laços entre a gestão do ensino e as famílias é uma ação que objetiva o êxito do processo de ensino-aprendizagem;
- A participação dos pais e responsáveis na gestão da EPT é uma via de mão dupla, na qual a instituição aprende sobre a realidade local enquanto os participantes desenvolvem habilidades de compreensão e gestão dos bens públicos;
- A participação da comunidade escolar nos processos de gestão escolar aplicadas à EPT contribuem para consolidar a EPT como uma modalidade de ensino que valoriza o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a transferência de tecnologia e saberes para a comunidade.

RESUMINDO

Esta seção recapitula os principais aspectos apresentados nas seções anteriores, enfatizando os seguintes pontos: O Ifai incentiva a participação dos pais ou responsáveis na gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Os pais ou responsáveis têm a oportunidade de contribuir para os processos de tomada de decisões, que não se limitam exclusivamente às equipes gestoras da instituição; O estreitamento dos laços entre a gestão educacional e as famílias é uma estratégia que visa melhorar o sucesso do processo de ensino-aprendizagem; A participação dos pais ou responsáveis na gestão da EPT representa uma relação de reciprocidade, na qual a instituição de ensino adquire conhecimento sobre a realidade local, enquanto os participantes desenvolvem competências relacionadas à compreensão e administração dos bens públicos; A contribuição da comunidade escolar nos processos de gestão escolar na EPT é fundamental para consolidar essa modalidade de ensino como um pilar que valoriza o progresso científico e tecnológico.

ORIENTAÇÕES PARA O USO DO FOLDER

Para que o folder seja adequadamente utilizado por servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino nas reuniões de pais ou responsáveis, recomendam-se as seguintes orientações para otimizar a eficácia do folder como uma ferramenta de comunicação e formação:

1) Sobre o tamanho do material didático/instrucional:

É aconselhável que o material seja impresso no formato A4, com conteúdo disposto em ambos os lados da mesma folha, na opção de borda longa. Essa abordagem possibilita que a face interna e a face externa estejam contidas na mesma folha e na mesma posição, evitando que a face contrária esteja em posição invertida, tornando o material prático e funcional para ser utilizado como um folder.

2) Sobre a cor da impressão:

Aconselha-se que a impressão seja colorida para melhorar a compreensão do conteúdo e chamar a atenção dos pais ou responsáveis. A utilização de cores pode permitir o destaque das informações relevantes e tornar o material mais atrativo.

3) Sobre as dobras:

Para facilitar a dobra do folder, sugerimos o uso de uma régua ou um objeto rígido como guia. Isso assegurará que as seções do folder sejam dobradas de forma precisa e uniforme, mantendo a apresentação do material de forma ordenada. Além disso, este modelo de folder incorpora duas dobras, seguindo o formato do "tipo carteira", as quais serão detalhadas a seguir.

1º

No formato aberto, posicione o folder à sua frente, com a face interna voltada para cima.



2º

Em seguida, faça a 1ª dobra na extremidade direita do folder, exatamente na linha delimitada, conforme ilustrado na imagem.



3º

Por fim, faça a 2ª dobra na outra extremidade do folder, à esquerda, exatamente na linha delimitada, conforme ilustrado na imagem, deixando o folder no formato fechado.





Este material está disponível para alterações e adequações necessárias ao trabalho de servidores das Equipes Pedagógicas e da Gestão do Ensino, de toda a Rede EPT, a fim de atender às necessidades específicas de cada unidade, para melhor atender ao seu público-alvo por meio do link: https://www.canva.com/design/DAF2KnhfY58/BeBRUq_vDmM5Znw8xlh2u/edit.



Acesse também o folder através do QR CODE acima.
Na página seguinte está disponível a versão para impressão.



APRESENTAÇÃO

Este material didático é parte integrante do produto educacional desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal).

O advento da gestão escolar e da gestão educacional configurou uma mudança de contexto na educação brasileira, ampliando o processo de democratização da escola ao concebê-la como uma instituição aberta à comunidade e na qual a participação dos pais ou responsáveis se consolidou como um meio de fortalecimento da relação entre os estudantes e a escola.

A participação dos pais e/ou responsáveis nos processos de gestão escolar se constitui como um importante mecanismo de auxílio de permanência e êxito estudantil, na medida em que contribui, pelo exemplo, para a formação de sujeitos atuantes e críticos sobre a realidade.

A gestão escolar democrática e participativa, em essência, requer que toda a comunidade escolar contribua com a defesa de uma escola de excelência com qualidade social.

EXPEDIENTE TÉCNICO

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)

Reitor

Carlos Guedes de Lacerda

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Eurice Palmeira da Silva

Programa de PÓS-GRADUAÇÃO em Educação
Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal)

Coordenação Acadêmica Local

Beatriz Medeiros de Melo

Orientação

Jarbas Maurício Gomes

Produção

Rendrikson Gonçalves Alencar
Jarbas Maurício Gomes

Projeto Gráfico

Alan Fagner Ferreira
Barbara Pereira da Silva



ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT

RENDRIKSON GONÇALVES ALENCAR
JARBAS MAURÍCIO GOMES



A GESTÃO DEMOCRÁTICA

"Por pequena que seja, em comparação com tudo o que há por fazer na escola, a contribuição que os pais podem dar para o processo pedagógico escolar precisa ser levada em conta para evitar o risco de se ignorar algo que é imprescindível para o bom desempenho dos alunos". -Vitor Henrique Paris.

A concepção de gestão escolar democrática está presente na legislação educacional, e é:

- Amparada na Constituição Federal de 1988;
- Regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei Federal 9.394/96);
- Sistematizada no Plano Nacional da Educação 2014-2024, por meio de diretrizes, metas e estratégias, para promoção de uma construção coletiva dos projetos e processos pedagógicos do ambiente escolar.

A PARTICIPAÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS NA GESTÃO DA EPT

O Instituto Federal de Alagoas tem como meta fortalecer a gestão democrática e participativa. Isso está impresso em documentos institucionais como o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP) e nos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023).

Por meio do objetivo estratégico n. 5, o Ifal enuncia um conjunto de iniciativas que visam promover a gestão democrática com a participação da sociedade e da comunidade acadêmica junto aos gestores nos processos de tomada de decisão.

O PDI 2019-2023 tem como uma de suas diretrizes que a política de ensino seja pautada por uma concepção de gestão democrática de modo que, também, o ensino contribua para "consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN n. 9394/1996, na Lei 11.892/2008 e legislações correlatas".

SÃO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EPT:

Nos Plantões Pedagógicos No Conselho de Campus - Concamp

Os plantões pedagógicos, formato de reuniões de Pais e Mestres adotado no Ifal, são o principal espaço de participação de pais e/ou responsáveis.

Os plantões são espaços de reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem, constituindo-se como uma via de mão dupla na qual participam pais, responsáveis, professores, equipe pedagógica, coordenadores de curso e a direção da escola.

O Concamp é um espaço privilegiado de participação na gestão escolar. Ele é um órgão de caráter consultivo e deliberativo cuja finalidade é regulamentar a execução das atividades de cada Campus, seguindo as orientações do Conselho Superior.

O Concamp é uma instância que democratiza a tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, pós-graduação e administração geral de cada Campus.

RESUMINDO

- A participação de pais e responsáveis na gestão da EPT é incentivada pelo Ifal;
- Ao participar de gestão da EPT, pais e responsáveis podem colaborar com os processos de tomada de decisões que não se restringe às equipes gestoras;
- Estreitar os laços entre a gestão do ensino e as famílias é uma ação que objetiva o êxito do processo de ensino-aprendizagem;
- A participação dos pais e responsáveis na gestão da EPT é uma via de mão dupla, na qual a instituição aprende sobre a realidade local enquanto os participantes desenvolvem habilidades de compreensão e gestão dos bens públicos;
- A participação da comunidade escolar nos processos de gestão escolar aplicados à EPT contribuem para consolidar a EPT como uma modalidade de ensino que valoriza o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a transferência de tecnologia e saberes para a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 128/2022, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 62. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023. E-Book.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/642419>. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Caderno 5. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Histórico. Brasília: MEC, 2022a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. –2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20204>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF, 24 maio 2016.

COUTO, Genivaldo Bonifácio; BERNARDON, Maura. O gênero folder e suas contribuições no processo de ensino/aprendizagem de LEM-inglês. In: **PARANÁ. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Cadernos PDE. 1. 2014.

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/legislacao-e-normas/arquivos/plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023.pdf/view>. Acesso em: 25 mai. 2022.

IFAL. **Regimento Geral do Instituto Federal de Alagoas**. 2018. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica-da-estrutura-organizacional-e-das-competencias/arquivos/regimento-geral-do-ifal.pdf/view>. Acesso em: 25 mai. 2022.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. VII Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ). **Atas CIAIQ**, 2018, p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Ática, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, fev./jun. 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro, EPU, 2018.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da Estrutura da Escola**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2016. E-book.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2017. E-book.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade e Ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PROFEPT. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. **Anexo ao Regulamento Geral - 2022**. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Regulamentos/1Anexo_ao_Regulamento_ProfEPT2023.pdf. Acesso em: 13 out. 2023. 2022a.

PROFEPT. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. **Regulamento Geral - 2022**. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Acesso em: 13 out. 2023. 2022b.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os Produtos e Processos Educacionais dos Programas de Pós-Graduação Profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Biblioteca Central. **Procedimentos para elaboração de citações (NBR 10520:2023) e referências (NBR 6023:2018) conforme ABNT**. Florianópolis: BU/UFSC, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180833>. Acesso em: 09 out. 2023.



APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES

Título do Projeto: **A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal.**

Pesquisador responsável: **Rendrikson Gonçalves Alencar**

Pesquisador colaborador: **Jarbas Mauricio Gomes**

1. Indique o nome pelo qual gostaria de ser identificado/a na pesquisa:_____.

2. Informe a sua faixa etária:
 18 a 25 anos
 26 a 40 anos
 40 a 55 anos
 acima de 55 anos
 Não desejo responder

3. Qual é seu sexo?
 M F Outro Não desejo responder

4. Qual é seu tempo de experiência profissional no Instituto Federal de Alagoas?
 0 a 3 anos 4 a 8 anos 9 a 14 anos acima de 14 anos

5. Informe a sua Formação Acadêmica:
 Ensino fundamental
 Ensino médio
 Graduação
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-Doutorado
 Não desejo responder

6. Na sua formação acadêmica, houve estudo sobre a temática da gestão escolar na oferta de algum componente curricular?
- () Sim
() Não
() Não desejo responder
7. Como você avalia seus conhecimentos sobre a temática da gestão escolar?
- () Conheço amplamente a temática.
() Conheço algo a respeito.
() A temática não me parece relevante.
() Conheço pouco.
() Não conheço nada.
8. Você conhece as leis, normativos e documentos do Instituto Federal de Alagoas que regulamentam a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar?
- () Conheço amplamente a temática.
() Conheço algo a respeito.
() A temática não me parece relevante.
() Conheço pouco.
() Não conheço nada.
9. É pertinente discutir a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar?
- () Discordo totalmente.
() Discordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo.
() Concordo parcialmente.
() Concordo totalmente.
10. Você se sente preparada(o) profissionalmente para lidar com a participação de pais no contexto da gestão do Ifal/CSan?
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
11. Há no Instituto Federal de Alagoas algum documento que oriente os servidores quanto às estratégias que promovam o fortalecimento da participação de pais ou responsáveis na gestão escolar, pautadas nos princípios da gestão democrática?
- () Sim

- Não
- Não lembro
- Desconheço

12. É relevante para o Ifal/CSan dispor de um material didático/instrucional sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão do ensino?

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

Título do Projeto: **A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal.**

Pesquisador responsável: **Rendrikson Gonçalves Alencar**

Pesquisador colaborador: **Jarbas Mauricio Gomes**

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Informe a sua faixa etária:
() 25 a 30 anos () acima de 55 anos
() 30 a 40 anos () Não desejo responder
() 40 a 55 anos

3. Qual o seu nível de escolaridade:
() Sem escolaridade () Ensino Superior completo
() Ensino Fundamental incompleto () Pós-graduação
() Ensino Fundamental completo () Mestrado
() Ensino Médio incompleto () Doutorado
() Ensino Médio completo () Pós-Doutorado
() Ensino Superior incompleto () Não desejo responder

4. Quantos filhos você tem?
() 1 () 4
() 2 () 5 ou mais
() 3 () Não desejo responder

5. Quantos filhos estudam no Ifal no ano letivo de 2023?
() 1 () 4
() 2 () 5 ou mais
() 3 () Não desejo responder

6. Quantos filhos estudaram no Ifal em anos letivos anteriores (2022, 2021 etc...)?
() 1 () 5 ou mais
() 2 () Não desejo responder
() 3
() 4

7. Seu(Sua) filho(a) estuda em qual curso técnico de nível médio integrado no Ifal:
() Administração
() Agropecuária
() Não desejo responder

8. Seu(Sua) filho(a) estuda em qual ano do curso técnico de nível médio integrado no Ifal:
() 1º ano

- 2º ano
 3º ano
 Não desejo responder
9. Você conhece sobre o tema da gestão escolar democrática?
 Sim Não desejo responder
 Não
10. Você conhece as leis, normativos e documentos do Instituto Federal de Alagoas que regulamentam a participação de pais ou responsáveis na gestão escolar?
 Sim Não desejo responder
 Não
11. Você se sente preparada(o) para participar da gestão escolar do Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
12. É importante os servidores do Ifal tratem sobre a temática da participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão do Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
13. Na sua opinião, a participação de pais ou responsáveis na gestão do Ifal contribui com o espaço democrático na escola?
 Sim Não desejo responder
 Não
14. Você tem dificuldades pessoais (trabalho, deslocamento, outras atividades) para participar das reuniões de pais ou responsáveis no Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
15. Você participou de reuniões de pais ou responsáveis no ano letivo de 2022 no Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
16. Você já participou de reuniões de pais ou responsáveis no início do ano letivo de 2023 no Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
17. Como você avalia a relação família e escola, nesta unidade do Ifal que seu filho/filha está matriculado(a)?
 Excelente Ruim
 Bom Péssimo
 Regular Não desejo responder
18. Você participa/participou de assembleias, órgãos colegiados ou conselhos escolares em outra escola da rede particular, municipal ou estadual?

- Sim Não desejo responder
 Não
19. Você participa/participou de reuniões de pais ou responsáveis em outra escola da rede particular, municipal ou estadual?
 Sim Não desejo responder
 Não
20. Você já participou de plantão pedagógico em outra escola da rede particular, municipal ou estadual?
 Sim Não desejo responder
 Não
21. O que você achou do material didático/instrucional (folder) acerca da participação de pais e a gestão democrática na escola?
 Excelente Ruim
 Bom Péssimo
 Regular Não desejo responder
22. O material didático/instrucional (folder) apresenta informações claras e compreensíveis sobre a participação de pais ou responsáveis na gestão democrática do Ifal?
 Sim Não li o folder
 Não Não desejo responder
23. O material didático/instrucional (folder) apresentado dá exemplos práticos de como os pais podem participar na gestão democrática do Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
24. Você acha que as informações do material didático/instrucional (folder) motivam os pais a participarem ativamente na gestão democrática do Ifal?
 Sim Não desejo responder
 Não
25. A aparência do material didático/instrucional (folder) é atraente e convidativa?
 Sim
 Não
 Não desejo responder

26. Você deseja propor alguma alteração no material didático/instrucional (folder) para ocorra melhoria? Se sim, por favor, descreva. (Caso não deseje responder, siga para próxima pergunta)

27. Você poderia nos dizer quais aspectos são relevantes ou não sobre a participação dos pais ou responsáveis na gestão do Ifal? (Caso não deseje responder, siga para próxima pergunta)

28. Você tem alguma sugestão para aprimorar o material didático/instrucional (folder) ou a forma como ele comunica sobre a participação dos pais ou responsáveis na gestão do Ifal? (Caso não deseje responder, siga para próxima pergunta)

29. Você tem algum comentário final sobre o material didático/instrucional (folder) ou sobre o tema?

ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES

Senhor coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal de Alagoas (CEPSH/Ifal)

Nós, **Rendrikson Gonçalves Alencar** – pesquisador responsável - e **Jarbas Mauricio Gomes** - pesquisador colaborador, proponentes do projeto de pesquisa intitulado “A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal – Santana do Ipanema”, comprometemo-nos a dar início à pesquisa de campo ou coleta de dados, referentes a esta pesquisa, somente após apreciação e aprovação pelo CEPSH/Ifal e parecer de aprovação disponível na Plataforma Brasil.

Asseguramos o caráter anônimo dos dados coletados em documentos ou junto aos participantes e, quando da divulgação dos resultados, as identidades dos participantes serão preservadas, salvo quando estes manifestarem desejo em contrário. Os materiais da pesquisa: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e resposta da entrevista via e-mail, serão mantidos em confidência estrita, em arquivo, físico ou digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa.

Responsabilizamo-nos pelo andamento, realização e conclusão da pesquisa de acordo com o Protocolo de Pesquisa encaminhado ao CEPSH/Ifal ou, em caso de modificações, informá-las ao Comitê. Declaramos que as informações fornecidas nos documentos são verdadeiras e que nenhuma informação relevante para a análise ética foi omitida. Comprometemo-nos a encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, ou justificar ao CEPSH/Ifal ou à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) a não publicação dos resultados, bem como a encaminhar relato sobre eventos adversos decorrentes da pesquisa.

Declaramos que lemos e entendemos as Resoluções (CNS) 466/2012, 510/2016 e suas complementares e que enviaremos ao CEPSH/Ifal, via Plataforma Brasil, o relatório parcial e relatório final, ou justificativa, a qualquer momento, se o estudo for interrompido.

Santana do Ipanema - AL, 16 de dezembro de 2021.

Rendrikson Gonçalves Alencar

Nome completo do pesquisador responsável

Jarbas Mauricio Gomes

Nome completo do pesquisador colaborador

ANEXO II – TERMO DE CONCORDÂNCIA DOS SERVIÇOS NA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Senhor Coordenador do CEPESH/Ifal,

Eu, Gilberto da Cruz Gouveia Neto, Diretor-Geral do Instituto Federal de Alagoas – campus Santana do Ipanema, estou ciente e de acordo com a realização do projeto de pesquisa “A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal – Santana do Ipanema”, observadas as resoluções 466/2012, 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNE) e suas complementares, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Rendrikson Gonçalves Alencar** – pesquisador responsável - e **Jarbas Mauricio Gomes** - pesquisador colaborador, nas nossas dependências (Direção-Geral, Departamentos, Coordenações e Auditório), tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal de Alagoas (CEPSH/Ifal), até o seu final, previsto para o mês de dezembro de 2022.

Santana do Ipanema - AL, 16 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Gilberto da Cruz Gouveia Neto
Diretor-Geral

ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS DE ARQUIVO (TCUD)

Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

1. Identificação da pesquisa

a) Título do projeto:

A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal – Santana do Ipanema.

b) Departamento/Faculdade/Curso:

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – Campus Avançado Benedito Bentes.

c) Pesquisador(a) responsável:

Rendrikson Gonçalves Alencar – pesquisador responsável - e Jarbas Mauricio Gomes - pesquisador colaborador.

2. Identificação dos membros do grupo de pesquisa

Nome completo	RG	Assinatura
Rendrikson Gonçalves Alencar	1.980.643 SESP-AL	
Jarbas Mauricio Gomes	982557 SSP-MT	

3. Descrição dos Dados

Os dados a serem coletados serão solicitados ao Instituto Federal de Alagoas – campus Santana do Ipanema somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética. Tais dados se referem aos dados básicos dos pais ou responsáveis dos estudantes do campus, das turmas de primeiros, segundos e terceiros anos, a serem disponibilizados pela Coordenação de Registro Acadêmico, entre janeiro de dezembro de 2022.

Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto

vinculado.

4. Declaração dos pesquisadores

Os pesquisadores envolvidos no projeto se comprometem a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos do **Instituto Federal de Alagoas, campus Santana do Ipanema**, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam a Resolução 466/12, e suas normas complementares, do Conselho Nacional de Saúde.

Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas estão sob nossa responsabilidade. Também declaramos que não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa, que será submetido à nova apreciação por um Comitê de Ética em Pesquisa.

Devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os participantes, assinaremos esse Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda dos direitos dos participantes.

Santana do Ipanema - AL, 16 de dezembro de 2021.

Rendrikson Gonçalves Alencar

Nome completo do pesquisador responsável

Jarbas Mauricio Gomes

Nome completo do pesquisador colaborador

5. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores

apresentados neste termo, o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, por parte dos pesquisadores, dos requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas normas complementares, comprometendo-se os supracitados a utilizar os dados dos participantes da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados, os pesquisadores deverão apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Santana do Ipanema - AL, 16 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

Diretor-Geral

ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: **A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal.**

Pesquisador responsável: **Rendrikson Gonçalves Alencar**

Responsável pela ministração da pesquisa: **Rendrikson Gonçalves Alencar**

Nome do participante da pesquisa: _____

Data de Nascimento: ____/____/_____(não obrigatório)

Neste momento o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, em caráter voluntário, do Projeto de Pesquisa **A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal**, sob a responsabilidade dos(as) pesquisadores **Rendrikson Gonçalves Alencar** – pesquisador responsável - e **Jarbas Mauricio Gomes** - pesquisador colaborador. Por favor, leia atentamente o texto seguinte e esclareça com o pesquisador todas as dúvidas que surgirem. Após serem sanadas as possíveis dúvidas, no caso aceite participar do estudo, assine ao final deste Termo e rubrique as demais páginas, o qual consta em duas vias. Uma delas pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

A pesquisa tem por objetivo desenvolver material didático/instrucional sobre a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão do ensino na Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em consideração que a relevância da participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão, pois a ausência desse ator social no âmbito escolar, apresenta-se de forma desfavorável na tomada de decisões e de consciência do papel importante que estes têm no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, para a formação de uma base de conhecimentos que possibilite a atuação e emancipação da família e dos estudantes. Assim, os resultados esperados são, ao final dos trabalhos, através do produto

educacional e do relatório final, a contribuição para promover a participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da EPT, bem como ponto de partida para novas pesquisas inerentes à temática.

1. Em atenção à Resolução CNS/MS nº 466/2012 e a Resolução CNS/MS nº 510/2016, parte-se da afirmativa de que esta pesquisa com seres humanos apresenta riscos. Nesse sentido, é necessário lembrar que risco é qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (BRASIL, 2013, 2016).
2. Para esse estudo são apontados os possíveis riscos/danos e suas respectivas minimizações, a saber: risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidenciais, os quais serão minimizados/evitados por meio da garantia do sigilo das informações obtidas e pelo anonimato dos participantes da pesquisa, além de guardar todo o material de coleta de forma física (questionários) em pastas dentro de armário e os arquivos digitais (entrevistas) e em dispositivos locais, como: pendrive, cartão de memória, HD; riscos de constrangimento e/ou desconforto, serão minimizados garantindo ao participante local reservado, atenção ao horário de aplicação dos questionários e realização das entrevistas e liberdade para não responder perguntas as quais não se sinta confortável ou considere sensíveis e/ou constrangedoras; riscos de discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, serão minimizados assegurando a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; riscos de tomar tempo e cansaço serão minimizados informando ao participante o tempo de duração média para responder ao questionário ou a entrevista, como também ficar atento aos sinais verbais e não verbais que indiquem algum tipo de desconforto, como cansaço.
3. Em caso de algum dano decorrente da participação na pesquisa, será providenciada a assistência médica e psicológica ao participante, além da garantia de indenização diante de eventuais danos, conforme preconiza a Resolução nº 466/2012 - CNS.
4. Esta pesquisa somente será realizada após obtenção da autorização de sua realização pelo Diretor-Geral do Ifal – campus Santana do Ipanema, e seus pesquisadores se comprometerem, documentalmente, a preservar a privacidade dos 32 (trinta e dois) participantes, cujos dados serão coletados por meio de questionários e entrevistas de aproximadamente 30 (trinta) minutos sobre a participação dos pais ou responsáveis nos processos de gestão no Ifal, de forma presencial.
5. Os pesquisadores concordam ainda, e igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em arquivos nos computadores dos pesquisadores para possíveis avaliações ou reavaliações de qualquer propósito descrito no protocolo.

6. Os participantes serão formalmente convidados a participarem voluntariamente da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – T.C.L.E. e do Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para Fins de Pesquisa, onde serão informados do objeto de estudo e, do respectivo produto educacional, da metodologia, dos riscos, dos possíveis constrangimentos e inibições provenientes dos questionamentos constantes dos instrumentos da pesquisa, da possibilidade de sua solicitação de desligamento da pesquisa ao longo do processo sem que lhes sejam imputados prejuízos, dos benefícios do estudo, da possibilidade de sua solicitação de esclarecimentos e, conseqüente resposta pelos pesquisadores, do sigilo de seus dados, da possibilidade de ressarcimento por eventuais gastos que venha a ter e/ou indenizações que venha a requerer por comprovados danos sofridos em virtude da pesquisa.
7. Os pesquisadores não poderão ter conflito de interesses que possa influenciar no resultado da pesquisa, nem interesses administrativos ao utilizar os resultados obtidos para coagir, admitir ou demitir funcionários locais onde a pesquisa será realizada.
8. Com vistas a atenuar a ocorrência de negativas ou desistências quanto às respostas aos questionários e às entrevistas, os pesquisados receberão esclarecimentos sobre todo o trabalho. Se eventualmente algum participante não desejar responder ou desistir de fazê-lo, o Conselho de Ética na Pesquisa será comunicado para que se avalie a necessidade de adequação.
9. Os dados obtidos no estudo serão utilizados somente para as finalidades descritas no projeto e considerados propriedade conjunta das partes envolvidas, não devendo ser comunicados a terceiros por uma das partes sem prévia autorização de outra parte interessada. No entanto, torna-se expresso, o comprometimento em tornar público os resultados da pesquisa, sejam eles favoráveis ou não. Os dados serão mantidos em pastas digitais sob o cuidado dos pesquisadores para avaliações ou reavaliações de qualquer propósito descrito no protocolo e destruídos logo após serem reanalisados ou ao final do estudo. Enfatizando, havendo a quebra de sigilo, os dados com sigilo rompido no curso da pesquisa serão descartados.
10. Como pesquisador responsável será mantida uma relação direta com a equipe multidisciplinar do Instituto Federal de Alagoas – campus Santana do Ipanema, especificamente com o Setor de Enfermagem, para quaisquer tipos de acompanhamento físico e psíquico-emocional, caso se faça necessário.
11. Não haverá despesa alguma decorrente de sua participação nesta Pesquisa, podendo deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá nenhuma punição.
12. Não haverá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação na pesquisa; no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, será ressarcido. Em caso de algum dano decorrente da sua participação nesta pesquisa, será indenizado conforme determina a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.
13. O seu nome será mantido em sigilo, garantindo a privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre os estudos

dessa pesquisa, como também será informado das suas consequências, enfim, tudo o que anseie saber antes, durante e depois da sua participação.

14. As informações coletadas serão usadas, única e exclusivamente, para a finalidade desta pesquisa e os resultados serão publicados para fins acadêmicos.
15. Os dados físicos (documentos) da pesquisa ficarão armazenados em pastas e os digitais em pendrive(s) e/ou HD (interno e/ou externo a um computador), pelo período de 5 anos, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora principal, em armário privativo com chave, no Departamento de Ensino do campus, conforme o item XI.2 (f) da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. Após esse período os dados físicos e os digitais serão destruídos/descartados.
16. Os dados do pesquisador responsável são: Rendrikson Gonçalves Alencar, telefone: (82) 98109-9480, e-mail: rendrikson.alencar@ifal.edu.br e endereço: Rua Graciliano Ramos, 205, Bairro Novo, Delmiro Gouveia - Alagoas. E os dados do pesquisador colaborador são: Jarbas Mauricio Gomes, telefone: (82) (82) 98131-1979, e-mail: jarbas.gomes@ifal.edu.br e endereço: Rua Sândalo, nº 468, Loteamento Monte Rey, Bairro Don Constantino, Penedo - Alagoas, 57200-000.
17. Os dados da Instituição Proponente são: Instituto Federal de Alagoas – campus Santana do Ipanema, Endereço: Rodovia AL 130, Km 4, nº 1609, Santana do Ipanema - AL, 57500-000, Contato: (82) 98101 – 3339.
18. Caso seja percebida, pelo pesquisador, qualquer possibilidade de dano, decorrente da participação na pesquisa, serão tomadas providências, que podem inclusive haver o encerramento da pesquisa, informando-se ao CEP/CONEP a posteriori.
19. O CEPESH é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica e criado para defender os interesses dos/as participantes da pesquisa em sua integridade dos valores, dos direitos e dos deveres para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos nas diferentes áreas do conhecimento e com os princípios básicos do IFAL.
20. O CEPESH está localizado na Rua Dr. Odilon Vasconcelos, nº 103, 4º andar, sala 404 – Bairro: Jatiúca – CEP: 57035-660, Maceió, Estado de Alagoas. O atendimento ao público ocorre pela manhã das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira. O atendimento online pode ser feito através do e-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br ou através do telefone (82) 3194-1176.

Eu, _____

declaro ter sido informado e concordo em permitir a minha participação, em caráter voluntário, do projeto de pesquisa “**A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal**”, sob responsabilidade de **Rendrikson Gonçalves Alencar** - pesquisador responsável - e **Jarbas Mauricio Gomes** - pesquisador colaborador, vinculado ao PROGRAMA DE

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT), sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.

Santana do Ipanema - AL, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Rendrikson Gonçalves Alencar
Pesquisador responsável

Jarbas Mauricio Gomes
Pesquisador colaborador

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Eu, **Gilberto da Cruz Gouveia Neto**, Diretor-Geral do Instituto Federal de Alagoas – campus Santana do Ipanema autorizo **Rendrikson Gonçalves Alencar** – pesquisador responsável, a qual terá como colaboradores: **Jarbas Mauricio Gomes** - pesquisador colaborador, do Instituto Federal de Alagoas – ProfEPT, o uso do espaço físico para a realização da pesquisa intitulada “A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal – Santana do Ipanema”.

Tendo como necessárias as instalações e equipamentos listados (Direção-Geral, Departamentos, Coordenações e Auditório), para a realização de reuniões para aplicação dos questionários e realização das entrevistas. Em caso de danos resultantes da participação do indivíduo na pesquisa serão utilizadas as instalações e/ou os serviços profissionais da Coordenação de Apoio Acadêmico (Setor de Enfermagem), conforme anuência desta Direção-Geral.

Comprometendo-se seguir as normas e rotinas do Serviço, zelar pelo sigilo ético e respeitar a resolução 466/12, 510/16 CNS/MS e todas as suas complementares, havendo o compromisso de divulgação dos dados obtidos apenas em reuniões e publicações científicas com sigilo e resguardo ético da Instituição.

Santana do Ipanema - AL, 16 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

Diretor-Geral

ANEXO VI – DECLARAÇÃO SOBRE A DESTINAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Protocolo de pesquisa: A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal – Santana do Ipanema.

Pesquisador responsável: **Rendrikson Gonçalves Alencar**

Os dados obtidos no estudo mencionado serão utilizados somente para as finalidades descritas no protocolo. Depois a conclusão da pesquisa, o material físico ficará na posse do pesquisador (impressos preenchidos durante a pesquisa), com a finalidade de que se realize a tabulação de resultados, conclusões e produto educacional desenvolvido. Em razão de sua natureza sigilosa, tais materiais ficarão sob a guarda do pesquisador responsável por um período máximo de 5 (cinco) anos após o encerramento da pesquisa, de acordo com o item XI.2 (f) da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Santana do Ipanema - AL, _____ de _____ de _____.

(Assinaturas de todos os participantes do projeto de pesquisa)

ANEXO VII – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ E DEPOIMENTOS PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem, som de voz e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO** a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado “A participação de pais ou responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal – Santana do Ipanema”, sob responsabilidade de **Rendrikson Gonçalves Alencar** - pesquisador responsável - e **Jarbas Mauricio Gomes** - pesquisador colaborador, vinculado ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT).

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise por parte da equipe de pesquisa para desenvolvimento, interpretação e obtenção de resultados da pesquisa.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz nem depoimentos por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens, sons de voz e/ou depoimentos são de responsabilidade do pesquisador responsável.

Tenho ciência de que os dados físicos (documentos) da pesquisa, referentes à minha imagem e/ou ao som da minha voz, se for o caso, ficarão armazenados somente durante o período de coleta e, após esse período, ficarão armazenados pelo período de 5 anos, em consonância com preconizado no item XI.2 (f) da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides, produtos educacionais), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto no art. 5º, X, da Constituição Federal, este garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem, som de voz e/ou depoimentos, em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Lei Nº 13.146/2015).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Santana do Ipanema - AL, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Rendrikson Gonçalves Alencar
Pesquisador responsável

ANEXO VIII – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/IFAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A participação de pais e responsáveis nos processos de gestão da Educação Profissional e Tecnológica do Ifal - Santana do Ipanema.

Pesquisador: RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55083621.4.0000.0195

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

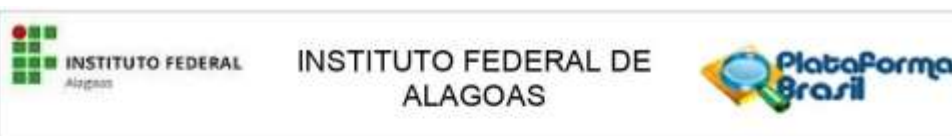
Número do Parecer: 5.604.876

Apresentação do Projeto:

Este projeto tem como temática e objeto de estudo a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão do ensino no Instituto Federal de Alagoas e se constitui em uma pesquisa aplicada que tem como objetivo sistematizar práticas educativas para o trabalho em gestão do ensino no âmbito do Ifal por meio do desenvolvimento de material didático/instrucional voltado aos profissionais lotados no Departamento de Ensino de um

campus do Ifal. Situado na área do ensino e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) na linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Educativos da EPT, assume uma perspectiva metodológica pautada pela pesquisa-ação e uma abordagem qualitativa e tem como universo de análise a comunidade escolar do campus do Ifal (servidores, pais e responsáveis de estudantes). A pesquisa será desenvolvida em três etapas: I) Pesquisa diagnóstica dos espaços de participação de pais e responsáveis na gestão do ensino e das práticas de gestão realizadas no Ifal; II) Definição e desenvolvimento do protótipo/produto educacional; III) Aplicação teste e avaliação do Protótipo. Na primeira etapa será realizada uma pesquisa diagnóstica para conhecer a comunidade escolar envolvida no campus do Ifal, de modo a caracterizar a população a qual se destina o produto educacional. Entre os dados que serão coletados estão informações básicas dos participantes da pesquisa (para definir o tipo de material a ser desenvolvido) e sobre a participação de pais nos processos de gestão do ensino, serão coletadas, ainda, informações sobre as práticas de gestão realizadas pela Instituição. Nesta fase, a

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.876

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1877383.pdf	15/07/2022 02:39:46		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_1407.pdf	15/07/2022 02:36:42	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	CARTA_DE_RESPOSTA_PENDENCIA_S_1407_assinado.pdf	15/07/2022 02:02:10	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_PARA_PAIS_E_RESPONSAVEIS.pdf	15/07/2022 01:47:40	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_PARA_SERVIDORES.pdf	15/07/2022 01:46:08	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Rendrikson_1407.docx	15/07/2022 01:42:55	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_V_TCLE>Ifal_Adultos_1407.docx	15/07/2022 01:42:13	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ANEXO_VIII_TERMOS_DE_AUTORIZAÇÃO_DE_USO_DE_IMAGEM_E_DEPOIMENTOS>Ifal.pdf	13/05/2022 09:56:45	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Plataforma_Brasil.pdf	03/01/2022 18:55:28	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ANEXO_VII_DESTINACAO_DOS_DADOS_COLETADOS.pdf	03/01/2022 16:49:47	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_PARA_SERVIDORES.pdf	21/12/2021 02:19:50	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_PARA_PAIS_E_RESPONSAVEIS.pdf	21/12/2021 02:19:26	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_DO_PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	20/12/2021 15:57:46	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	CNPJ_da_Instituicao.pdf	20/12/2021 15:56:39	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	CHECKLIST_DOCS.pdf	20/12/2021 15:56:08	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito

Endereço: Rua Dr. Odilon Visconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiúca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

da Res. CNS 466/2012, contemplando assim esta pendência 3.1 sobre o TCLE.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ilmo. Pesquisador RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR, de acordo com as diretrizes para pesquisas definidas pelas Res. CNS 466/12, Res. CNS 510/16 e suas complementares, seu protocolo de pesquisa está APROVADO. Dessa forma, o seu protocolo de pesquisa encontra-se totalmente adequado para execução.

Esta aprovação está condicionada a que o projeto de pesquisa seja desenvolvido conforme os Termos e delineamentos apresentados pelo/a(s) pesquisador/a(es) nesse protocolo de pesquisa.

Conforme estabelece a alínea "d" do item XI.2 da Res. CNS 466/2012 e o item V do Art. 28 da Res. CNS 510/2016, cabe ao pesquisador elaborar e apresentar o relatório parcial e final (ver modelos na página do CEP/SH/Ifal em "Modelos de Documentos e Orientações para Submissão" - <https://www2.ifal.edu.br/of-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/comite-de-etica-em-pesquisa>) atestando que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Caso sejam necessárias mudanças no desenvolvimento do projeto, essas devem ser comunicadas ao CEP/SH/Ifal na forma de Emendas ou Extensões, conforme definidas no item "H" do tópico 2.1 da Norma Operacional CNS 001/2013.

Cabe destacar que o Comitê de Ética em Pesquisa ao receber denúncias ou perceber situações de infrações éticas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes de pesquisa, deve comunicar os fatos às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público, conforme estabelece o item "K" do tópico 2.1 da Norma Operacional CNS 001/2013.

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

sofreram novos ajustes, para o cumprimento ao que estabelece as alíneas "c" e "h" do item IV.3 da Res. CNS 466/2012.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

* Quanto ao TCLE (arquivo intitulado "ANEXO_V_TCLE_Ifal_Adultos_1407.docx", postado em 15/07/2022)

PENDÊNCIA 4: Aqui ocorre os mesmos problemas já mencionados nas análises das Pendências 1.2 e 2.4. Solicita-se que todos os riscos estejam num mesmo parágrafo e que a cada risco apresentado seja mencionado na sequência qual é a sua forma de atenuação/minimização.

Recomenda-se substituir os itens 2 até 9 do TCLE pelo seguinte parágrafo:

"Para esse estudo são apontamos os possíveis riscos/danos e suas respectivas minimizações, a saber: risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidenciais, os quais serão minimizados/evitados por meio da garantia do sigilo das informações obtidas e pelo anonimato dos participantes da pesquisa, além de guardar todo o material de coleta de forma física (questionários) em pastas dentro de armário e os arquivos digitais (entrevistas) e em dispositivos locais, como: pendrive, cartão de memória, HD; riscos de constrangimento e/ou desconforto, serão minimizados garantindo ao participante local reservado, atenção ao horário de aplicação dos questionários e realização das entrevistas e liberdade para não responder perguntas as quais não se sinta confortável ou considere sensíveis e/ou constrangedoras; riscos de discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, serão minimizados assegurando a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; riscos de tomar tempo e cansaço serão minimizados informando ao participante o tempo de duração média para responder ao questionário ou a entrevista, como também ficar atento aos sinais verbais e não verbais que indiquem algum tipo de desconforto, como cansaço."

RESPOSTA à Pendência 4:

A partir das sugestões do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Alagoas nas Pendências 1.2 e 2.4, os tópicos "RISCOS" e "METODOLOGIA" foram reestruturados para o cumprimento ao que estabelece as alíneas "c" e "h" do item IV.3

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

indenização diante de eventuais danos, conforme preconiza a Resolução nº 466/2012 - CNS.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

PENDÊNCIA 2: Solicita-se ajustar o Cronograma, nos diversos arquivos.

RESPOSTA à Pendência 2:

Em atenção à pendência "Cronograma de Execução", o campo foi ajustado na Plataforma Brasil e no Projeto de Pesquisa. Na Plataforma Brasil, um novo anexo "CRONOGRAMA_1407" foi adicionado para avaliação. Como a Plataforma Brasil não aceita data retroativa no Cronograma de Execução, as etapas 1 a 3 tiveram que permanecer com a data simbólica de 14/07/2022, porém o período real consta no arquivo anexado e no Projeto de Pesquisa.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

* Quanto ao Projeto de Pesquisa (arquivo intitulado "Projeto_Rendrikson_1407.docx", postado em 15/07/2022)

PENDÊNCIA 3: Sobre o tópico "5 Metodologia" foram feitos ajustes no Projeto detalhado conforme consta na carta de resposta. Em relação ao tópico "7 Riscos", foi atendida a solicitação de criar um parágrafo exclusivo esclarecendo sobre a forma de acompanhamento e assistência e garantia de indenização. Entretanto, não foi atendida a solicitação de que todos os riscos/danos da pesquisa relacionados aos participantes sejam mencionados num único parágrafo, tendo em sequência a cada risco mencionado a(s) sua(s) forma(s) de atenuação/minimização. Além disso, muitas das formas de minimizações apontadas para os riscos foram consideradas pelo colegiado do CEP/SH/Ifal como não adequadas, conforme explicitado na Análise da Pendência 1.2. Solicita-se que todos os riscos estejam num mesmo parágrafo e que a cada risco apresentado seja mencionado na sequência qual é a sua forma de atenuação/minimização. Recomenda-se substituir os parágrafos 3, 4, 5 e 6 do tópico "7 Riscos" pelo parágrafo contendo o texto sugerido na Análise da Pendência 1.2.

RESPOSTA à Pendência 3:

Por meio da sugestão de texto na Análise da Pendência 1.2, os tópicos "RISCOS" e "METODOLOGIA"

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

RESPOSTA à Pendência 1:

A partir da sugestão de texto do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Alagoas para o saneamento das pendências 1.2, 2.4 e 3.1, para o saneamento da pendência do campo "Riscos" da Plataforma Brasil e do Projeto de Pesquisa, as alterações necessárias foram providenciadas na Plataforma Brasil e o novo texto está em destaque na nova versão do Projeto de Pesquisa.

Os "Questionários" foram alterados para retirada da solicitação ao participante que "indique o nome pelo qual gostaria de ser identificado/a na pesquisa", preservando o anonimato. Assim, o "Questionário para servidores" e o "Questionário para pais e responsáveis", foram ajustados e adicionados na Plataforma Brasil, bem como atualizados nos Apêndices A e B do Projeto de Pesquisa.

Em atenção à Resolução CNS/MS nº 466/2012 e a Resolução CNS/MS nº 510/2016, parte-se da afirmativa de que esta pesquisa com seres humanos apresenta riscos. Nesse sentido, é necessário lembrar que risco é qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (BRASIL, 2013, 2016). Para esse estudo são apontados os possíveis riscos/danos e suas respectivas minimizações, a saber: risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidenciais, os quais serão minimizados/evitados por meio da garantia do sigilo das informações obtidas e pelo anonimato dos participantes da pesquisa, além de guardar todo o material de coleta de forma física (questionários) em pastas dentro de armário e os arquivos digitais (entrevistas) e em dispositivos locais, como: pendrive, cartão de memória, HD; riscos de constrangimento e/ou desconforto, serão minimizados garantindo ao participante local reservado, atenção ao horário de aplicação dos questionários e realização das entrevistas e liberdade para não responder perguntas as quais não se sinta confortável ou considere sensíveis e/ou constrangedoras; riscos de discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, serão minimizados assegurando a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; riscos de tomar tempo e cansaço serão minimizados informando ao participante o tempo de duração média para responder ao questionário ou a entrevista, como também ficar atento aos sinais verbais e não verbais que indiquem algum tipo de desconforto, como cansaço. Em caso de algum dano decorrente da participação na pesquisa, será providenciada a assistência médica e psicológica ao participante, além da garantia de

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

proteção da imagem e a não estigmatização [...], isso também não é uma forma de minimização plausível para esse risco/dano. Já em relação aos riscos/danos possíveis de "constrangimento" e "desconforto" o pesquisador aponta que "[...] será garantido ao participante local reservado e liberdade para não responder questões que considere sensíveis e/ou constrangedoras.[...]", aqui está até adequado, mas seria interessante para o risco de "desconforto" complementar com o trecho do que está escrito no parágrafo seguinte "Será garantida atenção ao horário de aplicação dos questionários e realização das entrevistas[...]", Mas, em relação ao risco/dano de "cansaço" é apontado como forma de minimização que "[...] Haverá a garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.", só que isso não é considerado como uma forma de minimização para o risco de "cansaço". Solicita-se ajustar o parágrafo relativo aos riscos e suas formas de minimizações no campo "Riscos" da Plataforma Brasil.

A fim de ajudar a sanar os problemas apontados acima recomenda-se que seja inserido o seguinte texto: "Para esse estudo são apontamos os possíveis riscos/danos e suas respectivas minimizações, a saber: risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidenciais, os quais serão minimizados/evitados por meio da garantia do sigilo das informações obtidas e pelo anonimato dos participantes da pesquisa, além de guardar todo o material de coleta de forma física (questionários) em pastas dentro de armário e os arquivos digitais (entrevistas) e em dispositivos locais, como: pendrive, cartão de memória, HD; riscos de constrangimento e/ou desconforto, serão minimizados garantindo ao participante local reservado, atenção ao horário de aplicação dos questionários e realização das entrevistas e liberdade para não responder perguntas as quais não se sinta confortável ou considere sensíveis e/ou constrangedoras; riscos de discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, serão minimizados assegurando a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; riscos de tomar tempo e cansaço serão minimizados informando ao participante o tempo de duração média para responder ao questionário ou a entrevista, como também ficar atento aos sinais verbais e não verbais que indiquem algum tipo de desconforto, como cansaço.

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito

aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Espera-se ainda que esta pesquisa, ao final dos trabalhos, através do produto educacional e do relatório final, possa contribuir para promover a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão da EPT, bem como ponto de partida para novas pesquisas inerentes à temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considera-se que o presente estudo se encontra de acordo com a Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Prezado pesquisador, considera-se que os Termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS e complementares.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

ANÁLISE DAS RESPOSTAS REFERENTES AO PARECER CONSUBSTANCIADO Nº 5.508.104

* Quanto ao arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1877383.pdf", postado em 15/07/2022.

PENDÊNCIA 1: Apesar do pesquisador ter inserido minimizações para os riscos apontados, muitas delas não são consideradas adequadas. Por exemplo, para o risco/dano possível da "Invasão de privacidade" o pesquisador aponta como providências para minimizar que "não haverá a coleta de dados de identificação que possa individualizar a pessoa participante da pesquisa, sendo os questionários integralmente anônimos." Entretanto, no questionário é solicitado ao participante que "indique o nome pelo qual gostaria de ser identificado/a na

pesquisa", caracterizando que o anonimato não é garantido e que providência apontada não devidamente realizada. Em relação ao risco/dano possível da "Divulgação de dados confidenciais registrados no TCLE" o pesquisador aponta como providências para minimizar que "[...] as informações só poderão ser utilizadas na presente pesquisa, com a autorização prévia constante de assinatura do TCLE [...]", isso não é considerado pelo colegiado CEPESH/fal como uma providência que minimize o risco apontado. Para o risco/dano possível da "Quebra da confidencialidade e a privacidade", o pesquisador aponta como providências para minimizar que "[...] será assegurar a confidencialidade e a privacidade, a

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@fal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (BRASIL, 2013, 2016). Para esse estudo são apontados os possíveis riscos/danos e suas respectivas minimizações, a saber: risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidenciais, os quais serão minimizados/evitados por meio da garantia do sigilo das informações obtidas e pelo anonimato dos participantes da pesquisa, além de guardar todo o material de coleta de forma física (questionários) em pastas dentro de armário e os arquivos digitais (entrevistas) e em dispositivos locais, como: pendrive, cartão de memória, HD; riscos de constrangimento e/ou desconforto, serão minimizados garantindo ao participante local reservado, atenção ao horário de aplicação dos questionários e realização das entrevistas e liberdade para não responder perguntas as quais não se sinta confortável ou considere sensíveis e/ou constrangedoras; riscos de discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, serão minimizados assegurando a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; riscos de tomar tempo e cansaço serão minimizados informando ao participante o tempo de duração média para responder ao questionário ou a entrevista, como também ficar atento aos sinais verbais e não verbais que indiquem algum tipo de desconforto, como cansaço. Em caso de algum dano decorrente da participação na pesquisa, será providenciada a assistência médica e psicológica ao participante, além da garantia de indenização diante de eventuais danos, conforme preconiza a Resolução nº 466/2012 - CNS.

Benefícios:

O principal benefício e resultado esperado com a pesquisa será a identificação das estratégias que promovam a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão no Instituto Federal de Alagoas. Além disso, a partir da divulgação dos resultados da pesquisa, espera-se que os dados possam ser utilizados pelo Instituto Federal de Alagoas, no planejamento das atividades letivas. Tais benefícios seguem as orientações da

Resolução CNS/MS nº 466/2012 ao considerar: [...] o progresso da ciência e da tecnologia, que deve implicar em benefícios, atuais e potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, nacional e universal, possibilitando a promoção do bem-estar e da qualidade de vida e promovendo a defesa e preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações. Os benefícios da pesquisa estão alinhados à Resolução CNS/MS nº 510/2016 ao considerar que: [...] a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.576

coleta de dados se dará mediante a aplicação de questionário estruturado para traçar o perfil da comunidade escolar e de entrevistas semiestruturadas com os profissionais lotados no Departamento de Ensino do campus do Ifal. Serão ainda consultados documentos Institucionais como o PDI e outros documentos pertinentes. Uma vez que a pesquisa é pautada pela pesquisa-ação, a segunda fase compreenderá a definição do tipo de material que será desenvolvido e envolverá os profissionais do Departamento de Ensino e será definido o tipo de situação em que o produto será aplicado/testado. Neste momento haverá a concepção e o desenvolvimento do protótipo e que levará em consideração os dados coletados de modo que possa atender as demandas e características da população ao qual o produto se destina. A terceira fase do estudo compreende a aplicação e avaliação do produto educacional. Na avaliação do produto, os participantes da pesquisa irão ponderar sobre a qualidade do material, sua adequação ao perfil do público-alvo e sobre a relevância do conteúdo apresentado. **Palavras-chave:** Processos de Gestão, Participação de Pais e Responsáveis, Educação Profissional e Tecnológica, Pesquisa-ação, Produto Educacional.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este trabalho se propõe a desenvolver material didático/instrucional sobre a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão do ensino na Educação Profissional e Tecnológica.

Objetivo Secundário:

A pesquisa tem como objetivos secundários: Realizar um levantamento bibliográfico sobre a participação dos pais e responsáveis nos processos de gestão do ensino na educação profissional e tecnológica; Identificar os espaços de participação de pais e responsáveis na gestão do ensino e das práticas de gestão que buscam aproximar os pais da gestão escolar do campus do Ifal; Analisar as práticas de gestão do ensino e os espaços de participação dos pais na gestão escolar do campus do Ifal; Desenvolver o protótipo do produto educacional sobre a organização dos espaços de gestão do ensino de modo a promover a participação de pais e responsáveis nos processos de gestão da EPT; Aplicar e avaliar o produto educacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Em atenção à Resolução CNS/MS nº 466/2012 e a Resolução CNS/MS nº 510/2016, parte-se da afirmativa de que esta pesquisa com seres humanos apresenta riscos. Nesse sentido, é necessário lembrar que risco é qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral,

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 5.604.876

Outros	ANEXO_VI_AUTORIZACAO_E_INFRA ESTRUTURA.pdf	20/12/2021 15:55:18	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ANEXO_IV_TCUD_Modelo_IFAL.pdf	20/12/2021 15:54:36	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ANEXO_III_CONCORDANCIA_SERVIC OS_ENVOLVIDOS_INSTITUICAO_PRO PONENTE.pdf	20/12/2021 15:54:09	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ANEXO_II_TERMOS_DE_COMPROMIS SO.pdf	20/12/2021 15:53:43	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito
Outros	ANEXO_I_CARTA_DE_APRESENTAC AO.pdf	20/12/2021 15:52:30	RENDRIKSON GONCALVES ALENCAR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 25 de Agosto de 2022

Assinado por:
GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404
Bairro: Jatiuca **CEP:** 57.035-660
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3194-1176 **E-mail:** eticaempesquisa@ifal.edu.br